



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS CAMPUS - VI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM
ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE - PPGELS



CLEIDIANA BRITO DA SILVA

HISTÓRIAS REPARTIDAS: CULTURA, SABERES E ENSINO NA COMUNIDADE
QUILOMBOLA LAGOA DO ROCHA – LAGOA REAL - BAHIA

CAETITÉ - BAHIA

2025

CLEIDIANA BRITO DA SILVA

**HISTÓRIAS REPARTIDAS: CULTURA, SABERES E ENSINO NA COMUNIDADE
QUILOMBOLA LAGOA DO ROCHA – LAGOA REAL - BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado Profissional) em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS), ofertado pela Universidade do Estado da Bahia – Campus VI – Caetité- Bahia, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ensino, Linguagem e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Ensino, Sociedade e Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Nivaldo Osvaldo Dutra

CAETITÉ - BAHIA

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Bibliotecário Carlos Roberto M. de S. Marinho
CRB 5/2142
Sistema de Bibliotecas da UNEB

S586h Silva, Cleidiana Brito da
Histórias repartidas: cultura, saberes e ensino na
Comunidade Quilombola Lagoa do Rocha - Lagoa Real - Bahia
/ Cleidiana Brito da Silva. Caetité/BA. 2025. 142p.

Orientador: Nivaldo Osvaldo Dutra
Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade
do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas.
Programa de Pós-graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade
- PPGELS, Campus VI, Caetité, 2025.
Contém referências, anexos e apêndices.

1. História oral. 2. Identidades quilombolas. 3. Lagoa
do Rocha. 4. Memórias. 5. Ensino. I. Título.

CDD: 305.8



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95




PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO,
LINGUAGEM E SOCIEDADE

FOLHA DE APROVAÇÃO

**“HISTÓRIAS REPARTIDAS: CULTURA, SABERES E ENSINO NA
COMUNIDADE QUILOMBOLA LAGOA DO ROCHA – LAGOA REAL - BAHIA”**


CLEIDIANA BRITO DA SILVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em ENSINO, LINGUAGENS E SOCIEDADE – PPGELS – DCH VI – UNEB, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ensino, Linguagem e Sociedade pela Universidade do Estado da Bahia.

Documento assinado digitalmente
 NIVALDO OSVALDO DUTRA
Data: 13/05/2025 14:52:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Aprovado em 28 de abril de 2025, com nota – 10,0

Prof. Dr. NIVALDO OSVALDO DUTRA
Orientador – PPGELS – UNEB – DCH – Campus VI
Doutor em História Social - PUC

Documento assinado digitalmente
 JAIRO CARVALHO DO NASCIMENTO
Data: 14/05/2025 09:00:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. JAIRO CARVALHO DO NASCIMENTO
Examinador Interno – PPGELS – UNEB
Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia

Prof.^a Dr.^a NAPOLIANA PEREIRA SANTANA
Examinadora Externo – UFOB
Doutora em História da UFBA

Documento assinado digitalmente
 NAPOLIANA PEREIRA SANTANA
Data: 13/05/2025 19:33:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dedico este trabalho à minha família e amigos pelo incentivo e apoio constantes.

De maneira muito especial, dedico aos moradores e moradoras da comunidade Lagoa do Rocha, que gentilmente me acolheram e repartiram suas histórias e memórias.

[...]
E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
Das lições diárias de outras tantas pessoas

E é tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá
É tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho por mais que pense estar
[...]

(Caminhos do coração – Gonzaguinha)

AGRADECIMENTOS

“A gratidão é a memória do coração”. Esta frase atribuída a Antístenes, um dos discípulos de Sócrates, representa bem o meu sentimento ao findar este trabalho. Com o coração cheio de gratidão, gostaria de agradecer a todas as pessoas que de alguma maneira contribuíram para a finalização desta etapa de minha formação acadêmica.

Primeiramente, agradeço a Deus por todas as bênçãos; por me permitir ter coragem para enfrentar os desafios sempre com esperança.

Agradeço, também, ao professor orientador Dr. Nivaldo Osvaldo Dutra, que me guiou pelos caminhos da pesquisa com muita sabedoria, dedicação e amizade. Me sinto privilegiada por tê-lo como orientador.

Estendo agradecimentos à professora Dra. Napoliana Pereira Santana e ao professor Dr. Jairo Carvalho do Nascimento pela participação nas bancas de qualificação e defesa e, especialmente, pelas valiosas contribuições para o aprimoramento deste trabalho.

À Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS), agradeço pela oportunidade de fazer o mestrado no Alto Sertão da Bahia. De igual forma, agradeço a todos/as os/as professores/as e colegas da turma 2023.1 por proporcionarem momentos tão ricos de partilha.

Agradeço à equipe gestora, colegas e estudantes da Escola Municipal Donério Aguiar e Escola Municipal Messias Fernandes de Brito, pelo incentivo.

Expresso minha gratidão, ainda, aos moradores e às moradoras da comunidade quilombola Lagoa do Rocha que me acolheram e contribuíram no processo de efetivação desta pesquisa, dedicando tempo para nossas conversas e entrevistas. Este trabalho é, também, de modo muito especial, para todos/as vocês.

À minha mãe Lina Brito da Silva e ao meu pai Clemente Rodrigues da Silva agradeço por se esforçarem para que eu pudesse estudar. Às minhas irmãs, Gislaine e Eliana, e ao meu irmão, Cleliomar, agradeço pelo apoio e incentivo de sempre.

Agradeço à minha amiga Judite Costa, que sempre me acolheu em sua casa, em sua família e em seu coração. Marlene Sousa, agradeço pela amizade incondicional e apoio desde a seleção para o mestrado e durante todo o período em que me dediquei a este trabalho. Gratidão por acreditar em mim, quando eu mesma duvidava. À Clélia Gomes, também pela amizade, incentivo e por compartilharmos juntas o desejo de despertar nas pessoas o gosto pela leitura. Um agradecimento especial também pela ajuda com a elaboração do *abstract* deste trabalho. Aos meus amigos Valdeci Pessoa, José Borges, Jarbas Almeida e minha sobrinha Viviane

Gonçalves que gentilmente me acompanharam durante a coleta de dados.

Agradeço ao meu amigo Carlos André Cotrim que com imensa gentileza e boa vontade me auxiliou no processo de submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Selma Santos e Selma Miranda, obrigada pela amizade e por cada momento de companheirismo e cumplicidade em nossa jornada como professoras. À Gisele Neves, minha querida Gi, que ao alçar vôos cada vez mais altos me inspirou grandemente.

A todas as pessoas que de alguma maneira contribuíram para a realização deste trabalho.

SILVA, Cleidiana Brito da. **Histórias repartidas: cultura, saberes e ensino na comunidade quilombola Lagoa do Rocha, Lagoa Real – Bahia.** 2025. 142f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino, Linguagem e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Em Ensino, Linguagem e Sociedade, Universidade do Estado da Bahia, Caetité, 2025.

RESUMO

Este texto dissertativo faz uma discussão sobre as histórias, o modo de vida, as manifestações culturais e a identidade quilombola na comunidade Lagoa do Rocha, localizada na zona rural (28 km da sede) do município de Lagoa Real / BA, no Alto Sertão Baiano, a 640 km da capital Salvador. Esta pesquisa emerge a partir da seguinte questão: De que forma as manifestações culturais, as experiências vivenciadas na comunidade, seus saberes e cultura são levados para a escola, com vistas a uma (re)afirmação positiva da identidade quilombola? No prisma da abordagem qualitativa e da história oral como principal metodologia de pesquisa, a condução deste trabalho se deu em diálogo com as fontes escritas (matrículas escolares), os registros fotográficos e o diário de campo, fruto das entrevistas semiestruturadas. Este trabalho colabora com a produção do conhecimento histórico-científico ao ouvir e evidenciar as vozes dos/as quilombolas de Lagoa do Rocha, numa perspectiva de conhecer e valorizar seus saberes e experiências, suas histórias e cultura, e se\como a Escola Municipal Professor Sebastião Joaquim Pinto lida com esses elementos. Como produto educacional elaborou-se um guia didático o qual servirá como base para professores/as em sua prática didática com turmas de 4º e 5º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais. Este produto educacional uma das exigências do Mestrado Profissional, e configura-se como um objeto de aprendizagem que emerge da pesquisa científica. Com este guia, professores/as terão à sua disposição, propostas de atividades em consonância com a lei 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola. Para o desenvolvimento do produto educacional foram definidas três etapas: 1ª etapa - Levantamento dos produtos educacionais do Programa de Pós Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade – PPGELS; 2ª etapa - elaboração do esboço do guia didático com temáticas baseadas nos conceitos de quilombo, história, identidade, memória e cultura; 3ª etapa - organização final do guia. O guia materializado em formato digital será disponibilizado em PDF na plataforma digital da Universidade do Estado da Bahia, o Repositório Institucional Saber Aberto.

Palavras-chave: História oral. Memórias. Identidades quilombolas. Culturas. Ensino.

SILVA, Cleidiana Brito da. **Shared stories: culture, knowledge and teaching in the quilombola community of Lagoa do Rocha, Lagoa Real – Bahia**. 2025. 142p. Dissertation (Professional Master's Degree in Teaching, Language and Society) - Stricto Sensu Postgraduate Program in Teaching, Language and Society, State University of Bahia, Caetité, 2025.

ABSTRACT

This dissertation text discusses the histories, the way of life, the cultural manifestations and the quilombola identity in the Lagoa do Rocha community, located in the rural area (28 km from the headquarters) of the municipality of Lagoa Real / BA, in the Alto Sertão Baiano, 640 km from the capital Salvador. This research emerges from the following question: How are cultural manifestations, experiences lived in the community, their knowledge and culture taken to school, with a view to a positive (re)affirmation of quilombola identity? In the prism of the qualitative approach and oral history as the main research methodology, the conduction of this work took place in dialogue with the written sources (school enrollments), the photographic records and the field diary, the result of semi-structured interviews. This work collaborates with the production of historical-scientific knowledge by listening to and highlighting the voices of the quilombolas of Lagoa do Rocha, in a perspective of knowing and valuing their knowledge and experiences, their histories and culture, and how the Professor Sebastião Joaquim Pinto Municipal School deals with these elements. As an educational product, a didactic guide was elaborated, which will serve as a basis for teachers in their didactic practice with classes of 4th and 5th year of Elementary School Early Years. This educational product is one of the requirements of the Professional Master's Degree and is a learning object that emerges from scientific research. With this guide, teachers will have at their disposal proposals for activities in line with law 10.639/2003 and the National Curriculum Guidelines for Quilombola School Education. For the development of the educational product, three stages were defined: 1st stage - Survey of the educational products of the Graduate Program in Teaching, Language and Society - PPGELS; 2nd stage - preparation of the draft of the didactic guide with themes based on the concepts of quilombo, history, identity, memory and culture; 3rd stage - final organization of the guide. The guide materialized in digital format will be made available in PDF on the digital platform of the State University of Bahia, the Institutional Repository Open Knowledge.

Keywords: Oral history. Memories. Quilombola identities. Cultures. Teaching.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Fluxograma para apresentar a metodologia da pesquisa.....	27
Figura 02: Lagoa da comunidade	46
Figura 03: Mapa com vista aérea da localização da comunidade Lagoa do Rocha	47
Figura 04: Localização da comunidade Lagoa do Rocha.....	47
Figura 05: Território de identidade Sertão Produtivo.....	48
Figura 06: Localização do município de Lagoa Real-BA	49
Figura 07: Sede da Associação dos Agricultores Familiares da Comunidade Quilombola Lagoa do Rocha.....	53
Figura 08: Cerimônia da certificação	55
Figura 09: Palmeira Licuri no largo da comunidade, ao lado da igreja.....	60
Figura 10: Palmeira Licuri ao fundo de ruínas de construção.....	61
Figura 11: Antigo forno de barro na comunidade	64
Figura 12: Procissão com bandeira de Nossa Senhora Aparecida - 2024	68
Figura 13: Procissão com bandeira e andor de Nossa Senhora Aparecida.....	68
Figura 14: Igreja de Nossa Senhora Aparecida	70
Figura 15: Preparo do almoço para a festa da padroeira - 2024	71
Figura 16: Almoço durante os festejos de Nossa Senhora Aparecida.....	72
Figura 17: Imagens e bandeira de São Cosme e Damião	74
Figura 18: Imagens de São Cosme e Damião na residência de dona Rosa	75
Figura 19: Roda de conversa com componentes do Terno de Reis.....	77
Figura 20: Card de divulgação de “Brincadeira de bumba”	78
Figura 21: Instrumentos utilizados pelos reiseiros	79
Figura 22: Presépio na casa de Reinaldo	81
Figura 23: Presépio na casa de dona Rosa.....	82
Figura 24: Morador confeccionando cesto com cipó de caititu.....	86
Figura 25: Cestos feitos pelo morador Jorge	87

Figura 26: Pintura em tecido e crochê	88
Figura 27: Cavaleiros e amazonas pelas estradas nas proximidades da comunidade	90
Figura 28: Momento festivo na residência de Santina Duarte e Jorge	91
Figura 29: Card para divulgação da cavalgada no ano de 2024	92
Figura 30: Escola Municipal Professor Sebastião Joaquim Pinto	101
Figura 31: Mosaico de desenhos feitos por crianças da Escola Professor Sebastião Joaquim Pinto.....	116
Figura 32: Miniatura de curral feito com pedaços de madeira	117

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) – 2004 a 2024.....	37
Quadro 02: Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) – 2004 a 2024 por regiões	39
Quadro 03: Comunidades quilombolas certificadas no território de identidade Sertão Produtivo	40
Quadro 04: Comunidades quilombolas total e parcialmente regularizadas	42
Quadro 05: Aspectos gerais da comunidade Lagoa do Rocha	56
Quadro 06: Estrutura da Escola Professor Sebastião Joaquim Pinto.....	102
Quadro 07: Matrículas por Ano e gênero (2024)	104
Quadro 08: Tipos de produtos educacionais disponíveis no Repositório Institucional Saber Aberto	120
Quadro 09: Algumas informações sobre produtos educacionais disponíveis no Repositório Institucional Saber Aberto	120

LISTA DE SIGLAS

ABA - Associação Brasileira de Antropologia

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

AEE - Atendimento Educacional Especializado

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CAPS - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional

CNE - Conselho Nacional de Educação

COOPLLAR - Cooperativa dos Produtores de Leite e Cereais de Lagoa Real

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CRQs - Comunidades Remanescentes de Quilombos

DCNEEQ - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola

DCNGEB - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica

DCNPERER - Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Para as Relações Étnico-raciais

FCP - Fundação Cultural Palmares

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LDBN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MASB - Museu do Alto Sertão da Bahia

MEC - Ministério da Educação

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PCD - Pessoas com Deficiência

PME - Plano Municipal de Educação

PPP - Projeto Político Pedagógico

PPGELS - Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino, Linguagem e Sociedade

PSF - Programa Saúde da Família

PUC – Pontifícia Universidade Católica

PVC – Policloreto de Vinila

SDH \ PR - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão

UNB – Universidade de Brasília

UNEB - Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 QUILOMBOS NO BRASIL: LUTA E RESISTÊNCIA.....	29
1.1 Historicizando os quilombos: modos de vida, resistências e lutas.....	29
1.2 Quilombos contemporâneos: labutas, vivências e culturas.....	35
2 LAGOA DO ROCHA: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E TRADIÇÕES.....	45
2.1 O lugar do vivido.....	45
2.2 Modos de vida e experiências cotidianas da comunidade.....	56
2.3 As festas religiosas e outras manifestações culturais	65
2.3.1 A santa negra Aparecida.....	67
2.3.2 Os santos gêmeos	72
2.3.3 O Terno de Reis: “Abra a porta e acendi a luz, vem receber seus reiseiro”	76
2.3.4 Dos cestos aos candeeiros de barro: o artesanato.....	82
2.3.5 A cavalgada: pelas estradas, traços da história e cultura.....	89
2.3.6 Práticas curativas e outros saberes	92
3 SABERES E FAZERES NA ESCOLA: AS IDENTIDADES NEGRAS IMPORTAM SIM.....	99
3.1 Legislação da educação escolar quilombola	99
3.2 Escola Municipal Professor Sebastião Joaquim Pinto – a escola da comunidade	101
3.3 Conexões entre os saberes e fazeres comunitários e a sala de aula.....	106
3.4 Produto educacional: Guia didático - Saberes e fazeres quilombolas: contribuições pedagógicas	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
REFERÊNCIAS	127

ANEXOS	136
APÊNDICES	140

INTRODUÇÃO

“Sonhos tenho vários, mais o que me sinto mais em busca de realizar é trazer uma maior visibilidade para a comunidade e defender todos direitos para a população local.”

(Natália Santana Duarte dos Santos - Moradora da comunidade Lagoa do Rocha)

Este trabalho teve, em sua perspectiva, investigar as histórias, as memórias, os modos de vida, as manifestações culturais e o papel da escola como forma de (re)afirmação da identidade quilombola na comunidade Lagoa do Rocha, comunidade que fica localizada na zona rural de Lagoa Real, Bahia, no Alto Sertão Baiano¹, distante 28 km da sede do município e cerca de 640 km da capital Salvador.

O interesse por temáticas relacionadas às comunidades quilombolas surgiu durante a minha formação inicial em História, na Universidade do Estado da Bahia – Campus VI, Caetitê. Naquela ocasião, pesquisei sobre o Quilombo Santo Inácio, localizado no município de Ibiassucê, Bahia. O resultado da pesquisa, sucedeu na escrita do artigo intitulado “História Viva: saberes e memórias no cotidiano da comunidade de Santo Inácio – Ibiassucê-BA”, publicado na Revista *Habitus* (v.8 - 2010), da Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC.

Ingressei na graduação em História no ano de 2005. Em 2007, assumi uma vaga de professora no Centro Educacional de Ibiassucê. Foi uma experiência gratificante, pois tive a oportunidade de antecipar meu vínculo com a sala de aula antes de concluir a licenciatura. Me formei em 2009 e, no ano seguinte, fui admitida no concurso público no município de Lagoa Real – BA, sendo lotada na Escola Municipal Donério Aguiar, localizada na comunidade de Riachão, para lecionar em turmas do Ensino Fundamental Anos Finais. No ano de 2013, fui convidada para atuar como orientadora de ensino em escolas do Ensino Fundamental Anos Iniciais em Ibiassucê-BA. Em 2015, fui aprovada no concurso público do município de Caculé-BA, sendo lotada também em uma escola de comunidade rural, Escola Messias Fernandes de Brito, onde comecei a atuar na Educação Infantil. Ao rememorar minha trajetória

¹ PIRES apud NEVES “[...] região do sertão, caracterizada pela morfologia de vegetação; região do Alto Sertão da Bahia, referenciada na posição relativa ao curso do rio São Francisco na Bahia a ao relevo baiano, que ali projeta as maiores altitudes” (1998, p. 22).

na educação, em escolas públicas, me remeto a Ruben Alves (1990, p. 13) quando afirma que

Os educadores são como velhas árvores. Possuem uma fase, um nome, uma estória a ser contada. Habitam um nome em que o que vale é a relação que os liga aos alunos, sendo que cada aluno é uma “entidade” *si generais*, portador de um nome, também de uma estória, sofrendo tristezas e alimentando esperanças. E a educação é algo pra acontecer neste espaço invisível e denso, que se estabelece a dois. Espaço artesanal.

Alimentando esperanças, sigo lecionando nas escolas citadas anteriormente, onde, dentro de minhas possibilidades, faço um trabalho pautado na valorização dos saberes dos estudantes, na equidade e ampliação de suas aprendizagens, na perspectiva de uma educação emancipatória. O ingresso no Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS) foi uma oportunidade ímpar em minha formação enquanto professora e cidadã. Por meio desta formação, venho aprimorando meus conhecimentos e, conseqüentemente, contribuindo com a melhoria do processo de ensino e aprendizagem nas unidades de ensino que atuo, bem como minha atuação enquanto cidadã em meu lugar de vivência.

A invisibilidade social que o povo negro foi historicamente condicionado, a discriminação, ora sutil, ora explícita, presente nas relações sociais, o silenciamento das vozes desses sujeitos que foram instrumentos essenciais em toda a história cultural e econômica do Brasil, evidenciam a necessidade de trilhar caminhos na pesquisa acadêmica, objetivando a construção do conhecimento, a fim de contribuir e fomentar as discussões em torno destes sujeitos sociais.

Maria Clareth Gonçalves Reis (2004), em seu trabalho intitulado “Reflexões sobre a construção da identidade negra num quilombo pelo viés da história oral”, relata que a desigualdade racial ainda é disseminada através dos meios de comunicação social, escolas, igrejas e outros aparelhos ideológicos. Muitas escolas ainda acabam reproduzindo a ideologia da branquitude e os padrões de beleza ainda veem a branquitude como um símbolo e modelo de beleza.

Assim como a autora, compartilho uma inquietação diante das relações raciais que atravessam a sociedade. Durante minha formação em História e, posteriormente, na Especialização em História e Cultura Afro-Brasileira, compreendi que minha prática docente e minha atuação cidadã poderiam contribuir para a luta por equidade. Não se trata, evidentemente, de oferecer soluções imediatas ou transformações definitivas, mas de fomentar uma compreensão crítica acerca das questões étnico-raciais, das discriminações sofridas pelo

povo negro e da contínua negligência em relação à sua história e cultura.

Ao delinear meu objeto de pesquisa, percebo o quanto ele dialoga com minha trajetória pessoal e profissional, refletindo experiências que, enquanto professora e cidadã, podem contribuir para práticas educativas fundamentadas em meu lugar de vivência. Para ilustrar essa aproximação entre minha trajetória e o objeto investigado, considero pertinente mencionar algumas atividades e projetos que se articulam diretamente com a temática da pesquisa.

Além de uma prática docente pautada na busca constante por referências plurais, destaco ações como as atividades culturais realizadas no Quilombo Santo Inácio, localizado no município de Ibiassucê – Bahia, bem como na sede do próprio município. Essas atividades estiveram majoritariamente voltadas para manifestações culturais locais, questões étnico-raciais e práticas de leitura. Juntamente com colegas e lideranças do Quilombo Santo Inácio, participei da organização de gincanas culturais, oficinas de leitura, eventos em comemoração ao Dia da Consciência Negra e saraus literários.

Destaco, ainda, o projeto Um Livro na Feira, idealizado e custeado por mim em parceria com a professora Clélia Gomes dos Santos, doutoranda em Estudos Literários pela Universidade de Brasília (UnB) cujo objetivo é ampliar o acesso à leitura por meio da oferta de obras dos mais diversos gêneros textuais, promovendo tanto o saber popular quanto o literário. Além disso, o projeto fomenta o intercâmbio de experiências leitoras, contribuindo significativamente para os processos de formação humana dos sujeitos envolvidos. O projeto vem potencializando leitores e estimulando novos adeptos à leitura. Neste projeto, buscamos incluir temáticas antirracistas, por meio da disponibilidade de uma literatura negro-brasileira e africana, disponibilizando livros de autores e autoras negras como Carolina Maria de Jesus, Emicida, Conceição Evaristo, Chimamanda Ngozi Adichie, Djamila Ribeiro, Marlene Sousa e Conceição Gomé, sendo estas duas últimas, escritoras do município de Ibiassucê.

Meu primeiro contato com a comunidade Lagoa do Rocha aconteceu no ano de 2020, durante o ensino remoto ocasionado pela pandemia da COVID-19². Na ocasião, planejei uma atividade a ser realizada com estudantes do 9º Ano do Ensino Fundamental Anos Finais da

² Em 17 de março o Ministério da Educação, por meio da portaria nº 343, aprova a substituição das aulas presenciais por aulas remotas com o apoio dos meios digitais, por conta das medidas de afastamento social decorrente da Pandemia do COVID 19 (infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. (Brasil, 2020). No município de Lagoa Real, a fim de dar continuidade ao processo de ensino e aprendizagem, de maneira on-line, foram utilizados o aplicativo multiplataforma WhatsApp e plataforma Bravo! Sistema de Gestão Escolar.

Escola Municipal Donério Aguiar. Em consonância com a lei 10.639\2003³, fiz uma sequência didática tendo como inspiração a comunidade quilombola de Lagoa do Rocha. Após contato com um morador da referida comunidade, tive acesso a algumas informações sobre a história do lugar, às fotografias de festividades e a outras atividades realizadas naquele local. A proposta foi bem aceita pelos estudantes, que demonstraram interesse em conhecer mais a respeito dessa comunidade.

Ao avaliar a atividade realizada, pude refletir sobre as potencialidades do território local, Lagoa Real, e sobre como os saberes e fazeres dos sujeitos podem contribuir para a construção de uma aprendizagem contextualizada, significativa e transformadora para os/as estudantes da escola onde leciono. Quando me preparava para participar da seleção do PPGELS, vi a possibilidade de explorar as potencialidades desse pedacinho do Alto Sertão da Bahia a partir do estudo da comunidade quilombola Lagoa do Rocha e, assim, cheguei a uma proposta de trabalho que buscou colaborar com a produção historiográfica ao ouvir e evidenciar as vozes dos/das quilombolas de Lagoa do Rocha em uma perspectiva de conhecer e valorizar seus saberes, experiências, histórias e cultura.

Com o cenário delineado, apresento a seguinte questão de pesquisa: De que forma as manifestações culturais, as experiências vivenciadas na comunidade, seus saberes e sua cultura são levados para a escola com vistas a uma (re)afirmação positiva da identidade quilombola? Para responder ao problema de investigação, foram definidos os objetivos, sendo que o objetivo geral é analisar o papel da escola como forma de afirmação da identidade quilombola, à luz das experiências vivenciadas na comunidade, seus saberes e sua cultura. Como objetivos específicos, apresento: a) Identificar aspectos históricos e sociais da comunidade; b) Analisar o modo de vida e as experiências do cotidiano dos moradores da comunidade; c) Conhecer as manifestações culturais existentes na comunidade; d) Identificar se/de que forma as manifestações culturais da comunidade colaboram com a construção da identidade; e) Elaborar um guia didático a fim de contribuir com a prática pedagógica na escola da comunidade, com vistas à valorização da história e cultura local. Essa investigação passa pelo recorte temporal que compreende os anos de 2003 a 2024.

Os caminhos metodológicos que empreenderam o trabalho de pesquisa enfatizam a abordagem qualitativa com trabalho de campo de caráter etnográfico. Optamos pela pesquisa qualitativa, uma vez que esta possibilita que os eventos em estudo sejam melhor analisados e entendidos, já que permite a compreensão do contexto social e cultural de um determinado

³ A Lei 10639\2003 determina que nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2003).

grupo (Silveira; Córdova, 2009). Para Minayo (2002, p. 21-22), a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Desse modo, investigamos as peculiaridades dos/das quilombolas de Lagoa do Rocha, suas histórias, experiências cotidianas, seus saberes e fazeres, buscando compreender sua realidade social.

A história oral conduziu o trabalho de campo, dialogando com as fontes escritas (matrículas escolares), registros fotográficos e os registros em diário de campo, com vistas ao conhecimento das histórias, vivências, saberes e fazeres de moradores/as da comunidade *locus* da pesquisa. A história oral permitiu o reavivamento da memória de moradores/as de Lagoa do Rocha e a reconstituição de histórias vividas por eles, uma vez que se apresenta como uma possibilidade inovadora de produzir um conhecimento histórico-científico. Para Etienne François,

A história oral seria inovadora primeiramente por seus objetos, pois dá atenção especial aos “dominados”, aos silenciosos e aos excluídos da história [...], à história do cotidiano e da vida privada [...], à história local e enraizada. Em segundo lugar, seria inovadora por suas abordagens, que dão preferência a uma história “vista de baixo” [...], atenta às maneiras de ver e de sentir, e que às estruturas “objetivas” e às determinações coletivas prefere as visões subjetivas e os percursos individuais, numa perspectiva decididamente “micro-história” (François, 2006, p. 4-5).

Nesse sentido, a história oral, como metodologia, permitiu ouvir e evidenciar as vozes dos/as quilombolas de Lagoa do Rocha em uma perspectiva de conhecer e valorizar suas histórias de vida. Como nos diz Cassab e Ruscheinsky (2004, p. 7), “a riqueza da pesquisa com esta metodologia está na ênfase e importância atribuída ao sujeito da história, construtor de seu destino, entre possibilidades e limites”.

Em relação aos cuidados que devemos ter ao utilizar as fontes orais, seguimos as orientações de Alessandro Portelli que evidencia os compromissos éticos que se deve ter com os sujeitos e com a pesquisa, além dos cuidados na experiência do trabalho de campo.

A História Oral é uma ciência e arte do indivíduo. Embora diga respeito – assim como a sociologia e a antropologia – a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa aprofundá-los em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individuais e ainda por meio de impacto que estas tiveram na vida de cada um. Portanto, apesar de o trabalho de campo ser importante para todas as ciências sociais, a História Oral é, por definição, impossível sem ele. O significado e a ética dos contatos humanos diretos, na experiência do trabalho de campo, são imprescindíveis ao significado e à ética no exercício de nossa profissão

(Portelli, 1997, p.15-16).

A metodologia da história oral “utiliza como principal instrumento fontes orais que permitem, em situação de entrevista, a coleta de dados” (Cassab; Ruscheinsky, 2004, p.13). Desse modo, um dos instrumentos para a coleta de dados foram as entrevistas semiestruturadas e roda de conversa. Como recurso complementar, foi realizada a análise documental de matrículas escolares, das observações e registros do diário de campo e os registros fotográficos.

As narrativas, em suas versatilidades, ofereceram informações muito valiosas nessa investigação. Alessandro Portelli (1997, p. 31), em seu trabalho titulado “O que faz a história oral diferente”, afirma que as “entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas”. Cabe ao/à pesquisador/a utilizar o que for pertinente ao seu objeto de estudo e objetivos pré-estabelecidos, sendo fiel à visão do entrevistado.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com o uso do gravador de voz do smartphone, seguindo um roteiro de perguntas previamente elaboradas. É importante ressaltar que as perguntas foram sofrendo alterações conforme o direcionamento da investigação, pois a entrevista semiestruturada propicia mais liberdade ao/à entrevistado/a, ao tempo que permite ao/à pesquisador/a formular novas questões durante o andamento da entrevista. Sobre essa questão, Cassab e Ruscheinsky (2004, p. 16), afirmam que

[...] não se pode estabelecer um roteiro rígido, único, a ser seguido em várias entrevistas, pois em cada uma delas novas informações e conhecimentos são acrescidos. O resultado da escuta atenta e da reflexão sobre as informações implica novos questionamentos nas entrevistas subsequentes.

Éder da Silva Silveira (2007, p. 39), em seu artigo “História oral e memória: pensando um perfil do historiador etnográfico”, afirma que a entrevista se caracteriza como técnica relevante do método de história oral. O autor também destaca os cuidados que se deve ter no trato das entrevistas realizadas, pois é necessário analisar e ter um olhar crítico a fim de extrair as evidências que auxiliarão na resolução do problema da pesquisa.

Foram realizadas entrevistas com sete moradores da comunidade Lagoa do Rocha, com idades entre 20 e 83 anos; um professor da Escola Municipal Professor Sebastião Joaquim Pinto, que também é morador da comunidade; a coordenadora de ensino e a diretora do Núcleo

Escolar Rural do município de Lagoa Real.

A roda de conversa foi utilizada como instrumento investigativo para possibilitar o diálogo e a troca de experiências entre os/as participantes. Alessandra Aninceto Ferreira de Figueiredo e Tacinara Nogueira de Queiroz, no trabalho intitulado “A utilização de rodas de conversa como metodologia que possibilita o diálogo”, traz uma abordagem de rodas de conversa como uma metodologia participativa que “[...] favorece a construção de uma prática dialógica em pesquisa, que possibilita o exercício de pensar compartilhado” (2012, p.1). Nesse sentido, a roda de conversa, tornou-se um momento de fala e de escuta que produziu dados e ajudou a elucidar o problema da pesquisa. Moura e Lima (2014) destacam:

A Roda de Conversa [...] é uma forma de coleta de dados em que o pesquisador se insere como sujeito da pesquisa pela participação na conversa e, ao mesmo tempo, produz dados para discussão. É, na verdade, um instrumento que permite a partilha de experiências e o desenvolvimento de reflexões [...] em um processo mediado pela interação com os pares, mediante diálogos internos, e, ainda, no silêncio observador e reflexivo. (Moura; Lima, 2014, p. 25. Grifos nossos).

A roda de conversa aconteceu com integrantes do Terno de Reis da comunidade para que, de uma forma dialógica e lúdica, pudéssemos conhecer aspectos relacionados a esta expressiva manifestação cultural de Lagoa do Rocha.

Em relação à pesquisa documental, que serve de fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico (Fonseca, 2002, p. 32), fizemos análise das matrículas escolares a partir de um viés quantitativo e verificamos o número de estudantes quilombolas e não-quilombolas matriculados na escola da comunidade, referente ao ano de 2024, identificando o ano, o gênero e suas comunidades de origem. Os dados provenientes destes documentos serviram de subsídios para o processo investigativo.

A coleta de dados em campo constitui uma etapa fundamental no percurso da pesquisa, sendo essencial que o/a pesquisador/a tenha clareza quanto às estratégias adotadas e aos instrumentos operacionais utilizados. É nesse momento que se iniciam a construção de histórias e a elaboração de narrativas, a partir das observações realizadas e das informações obtidas. Segundo Minayo (2012, p. 623),

É preciso imergir na realidade empírica na busca de informações previstas ou não previstas no roteiro inicial. Num trabalho de campo profícuo, o pesquisador vai construindo um relato composto por depoimentos pessoais e visões subjetivas dos interlocutores, em que as falas de uns se acrescentam às dos outros e se compõem com ou se contrapõem às observações.

A priori, foram elaborados os passos que conduziram a pesquisa na etapa do trabalho de campo:

- Visita à comunidade e diálogo com moradores/as para apresentação do projeto de pesquisa e agendamento das entrevistas;
- Realização das entrevistas;
- Roda de conversa com participantes do Terno de Reis;
- Diálogo com professor da escola da comunidade para apresentar proposta de uma oficina com os/as estudantes;
- Realização de oficina na escola da comunidade;
- Diálogo com liderança da comunidade, após conclusão da pesquisa, para viabilizar o momento de devolutiva dos resultados (dissertação e produto educacional).

É importante salientar que o diálogo com moradores/as para apresentação do projeto de pesquisa e obtenção de autorização para a minha inserção naquele lugar aconteceu em reunião na comunidade, na sede da Associação dos Agricultores Familiares da Comunidade Quilombola de Lagoa do Rocha, no dia 28 de maio de 2023. Esse contato com a comunidade foi viabilizado pela moradora Santina Abília Duarte que atualmente é ministra da igreja.

Na ocasião, me apresentei falando brevemente da minha trajetória pessoal e profissional, destacando a atuação como professora nos municípios de Lagoa Real e Caculé e o trabalho de pesquisa realizado no Quilombo Santo Inácio no município de Ibiassucê. Foi apresentada a proposta da pesquisa, destacando que seria conduzida com respeito e compromisso ético; ao findar, daria uma devolutiva do trabalho para a comunidade e a escola. Após a minha explanação, alguns moradores fizeram suas considerações, se posicionando positivamente, falando da importância do trabalho para registrar a história da comunidade. Ao final da reunião algumas pessoas indicaram possíveis interlocutores, como dona Ana e o senhor Abel, pessoas mais velhas da comunidade e que teriam muito a contribuir com o trabalho. Outras informações compartilhadas foram importantes para os posteriores encaminhamentos do trabalho de campo, a exemplo daquelas pessoas que ainda trabalhavam com artesanato ou faziam parte do Terno de Reis.

Feita a coleta dos dados, ocorreu outra etapa da análise de dados. De acordo com Antonio Pereira (2022, p. 1), “o rigor epistemológico e metodológico na análise de dados conduz a resultados positivos, refletindo a problemática, a interpretação e a produção de conhecimento”. Nesta etapa, foi adotada como procedimento a Análise de Conteúdo que, conforme Laurence Bardin (2011, p. 44), é “(...) um conjunto de técnicas de análise das

comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

A fim de encontrar respostas para o problema de pesquisa e os objetivos estabelecidos, foram definidas as seguintes categorias: Quilombo, Memória, Identidade, Educação e Educação para as Relações Étnico-raciais. Esse procedimento permitiu interpretar criticamente os dados coletados através das entrevistas e da roda de conversa, buscando a compreensão de todo o material, com vistas à escrita do texto final. Desse modo, a escrita do texto exigiu análise criteriosa dos dados coletados e muita cautela às implicações presentes em sua construção para manter o respeito ao sentido das falas dos/as entrevistados/as. Nesse sentido, é válido trazer as considerações de Portelli, que durante uma entrevista concedida a Paulo Roberto de Almeida e Yara Aun Koury, na Universidade Federal de Uberlândia, em 2002, afirma que “o que é importante é realizar um texto que aproxime o leitor, o mais possível, à experiência do diálogo que encontramos no trabalho de campo” (Portelli, 2014, p. 207).

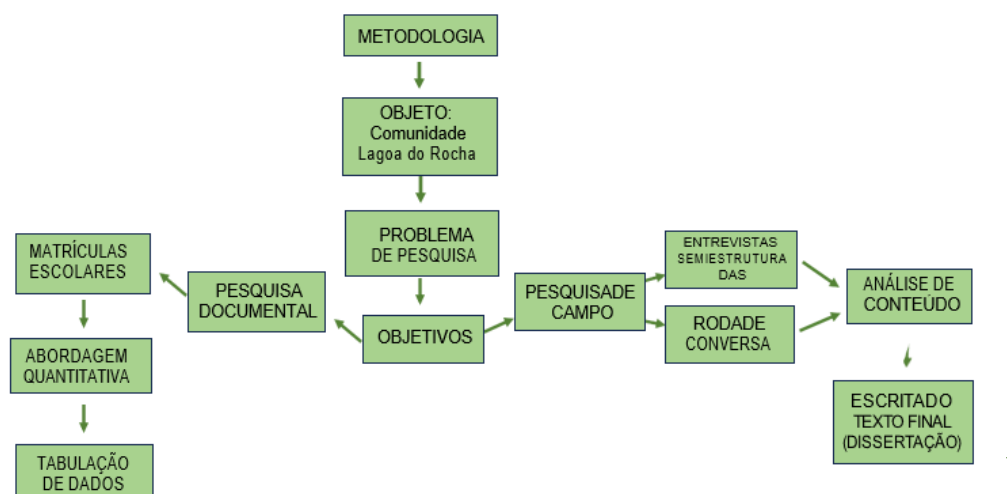
No processo de conclusão de uma pesquisa qualitativa, o/a pesquisador/a deverá apresentar, por meio de sua escrita, informações coerentes e fidedignas (Minayo, 2012, p. 625). Na escrita, é preciso elencar critérios e ter definidos os caminhos para a análise dos dados coletados para que o texto revele a complexidade da realidade social do grupo estudado.

É importante ressaltar, ainda, que a coleta dos dados fora feita seguindo os trâmites necessários do Comitê de Ética⁴ da Universidade do Estado da Bahia, em respeito aos princípios da autonomia dos participantes da pesquisa, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade, garantindo aos mesmos todos os seus direitos a fim de evitar quaisquer transtorno.

Para uma melhor compreensão dos caminhos metodológicos que conduziram a pesquisa, apresentamos o fluxograma seguinte:

⁴ A pesquisa foi inscrita no Comitê de Ética da UNEB, sob o número CAAE: 76743123.7.0000.0057, tendo sido aprovada pelo mesmo. O termo de aprovação segue em Anexos para verificação.

Figura 01: Fluxograma para apresentar a metodologia da pesquisa



Fonte: Dados produzidos pela autora.

O trabalho foi estruturado em três capítulos, considerações finais, fontes e referências, apêndices e anexos. Após a introdução e apresentação dos caminhos metodológicos, há o primeiro capítulo, intitulado “Quilombos no Brasil: luta e resistência” cuja discussão se embasa no conceito de quilombo sob uma perspectiva histórica e suas ressignificações ao longo da história. O texto aborda, ainda, os quilombos contemporâneos como espaços de labutas, vivências e culturas. Também há uma breve abordagem sobre território e territorialidade.

O segundo capítulo, nomeado “Lagoa do Rocha: histórias, memórias e tradições”, apresenta caracterização sobre a comunidade Lagoa do Rocha, trazendo aspectos históricos e sociais da comunidade e as histórias e os modos de vida, elucidando suas práticas laborativas, manifestações religiosas, festividades e outros aspectos culturais.

No último capítulo, “Saberes e fazeres na escola: as identidades negras importam sim”, apresenta a história da Escola Municipal Professor Sebastião Joaquim Pinto e analisa como a instituição tem lidado, em seu cotidiano pedagógico, com a Lei Federal 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Além disso, abordaremos se/como os saberes e fazeres da comunidade, suas práticas laborativas, suas tradições e histórias são levados para a escola, com vistas à valorização destes elementos no espaço escolar e à (re)afirmação da identidade quilombola. Neste capítulo, será apresentado também o produto educacional, direcionado para o corpo docente da Escola Municipal

Professor Sebastião Joaquim Pinto, localizada na comunidade Lagoa do Rocha, em sua prática pedagógica com crianças do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais.

1 QUILOMBOS NO BRASIL: LUTA E RESISTÊNCIA

“Me sinto muito orgulhosa de ser quem eu sou e de vim de um quilombo acolhedor, mais orgulho ainda tenho de ser bisneta de uma idosa que eu vi morrer com seus 103 anos de vida, que tinha um orgulho de contar suas histórias sofridas para todos, e de como cuidava de todos seus filhos só, de como andava procurando melhoria de vida”.

(Natália Santina Duarte dos Santos - Moradora da comunidade Lagoa do Rocha)

1.1 Historicizando os quilombos: modos de vida, resistências e lutas

Ao tratar de uma temática tão importante e envolvente quanto as comunidades quilombolas, faz-se necessário elencar diferentes concepções de quilombo ao longo da história, a fim de estabelecer uma relação dialógica entre passado e presente.

No Brasil, é sabido que as origens dos quilombos remontam à época colonial, eclodindo como uma das maneiras de resistência à escravização negra. Wlamyra R. De Albuquerque e Walter Fraga Filho, no livro “Uma história do negro no Brasil”, afirmam que nas Américas as sociedades escravistas foram marcadas pela rebeldia dos escravizados. Senhores e autoridades frequentemente foram surpreendidos com a resistência onde quer que tenha existido o regime de escravidão. Conceituando quilombo, os autores afirmam que,

Quilombos, *palenques*, *maroons* são diferentes denominações para o mesmo fenômeno nas diversas sociedades escravistas nas Américas: os grupos organizados de negros fugidos. No Brasil, esses agrupamentos também eram chamados de mocambos. Fugir do senhor e se juntar a outros rebeldes foi uma estratégia de luta desde que os primeiros tumbeiros aportaram na costa brasileira até às vésperas da abolição (Albuquerque; Filho, 2006, p. 118).

Evidencia-se, portanto, que a formação dos quilombos e/ou mocambos era sinônimo de luta para o povo negro escravizado no Brasil. Libertar-se do controle de qualquer senhor, era o objetivo principal de muitos homens e mulheres que, individual ou coletivamente, decidiram escapar da escravidão. Desse modo, os quilombos tornam-se uma ameaça para os senhores e autoridades, uma vez que poderiam colocar em perigo a ordem escravista.

De acordo com Simone Rezende da Silva e Lisangela Kati de Nascimento, outra questão importante de ser mencionada sobre os quilombos é que, embora a maioria representasse resistência à escravidão, nem todos se formaram pela reunião de escravizados fugitivos. As

autoras elencam algumas circunstâncias que originaram quilombos:

A partir do abandono, pelo fazendeiro, dos escravos nas terras que cultivavam, principalmente em momentos de crise econômica do produto cultivado; Por herança. Há muitos casos em que fazendeiros deixaram pedaços de terra para escravos de sua confiança, ou em que viúvas solitárias as deixaram para seus escravos, ou ainda os casos em que o herdeiro é um filho bastardo do fazendeiro; Terras doadas a Santos muitas vezes foram ocupadas por comunidades negras; Terras ocupadas pacificamente depois de abandonadas pelos senhores em momentos de crise econômica; Compra de terras por parte dos escravos alforriados; Ocupação de terras devolutas, antes e depois da abolição da escravidão, pois mesmo após esta, a marginalização dos negros fez com que muitos migrassem em busca de terras mais distantes e ainda não ocupadas, ou abandonadas; Recebimento de terras por serviços prestados ao Estado; E, é claro reunião de escravos fugidos (Silva; Nascimento, 2012, p. 28).

Ao contrário do que se apresenta no imaginário de muitas pessoas, os quilombos não eram comunidades exclusivamente negras, isoladas, localizadas em lugares distantes das cidades, escondidas em florestas e montanhas. Essa não era a realidade de um grande número de quilombos no Brasil que reuniam escravizados em fuga, mas também indígenas, negros e negras libertos, além de brancos com algum tipo de problema com a justiça. Muitos desses grupos reuniam-se nas imediações de vilas, cidades, fazendas e arredores de engenho. (Albuquerque; Filho, 2006).

Para Albuquerque e Filho (2006), o predomínio da ideia de quilombo como sendo um agrupamento exclusivamente negro e auto-sustentável justifica-se pela existência do maior e mais duradouro quilombo da história brasileira, localizado na Serra da Barriga, no estado de Alagoas – o Quilombo de Palmares, que tornou-se referência para se pensar todos os outros quilombos. Abdias Nascimento (2002, p. 70) afirma que cerca de 30 mil rebeldes que formavam Palmares “estabeleceram o primeiro governo de africanos livres nas terras do Novo Mundo, indubitavelmente um verdadeiro Estado africano – pela forma de sua organização sócio-econômica e política”.

Segundo Flávio Gomes (2005, p. 56), Palmares estava localizado em uma região de difícil acesso, onde, do alto das serras, os vários vigias espalhados pelas matas, possuíam uma visão panorâmica da região, sendo possível perceber a aproximação de tropas repressoras e, dessa forma, alertar os habitantes dos mocambos. O autor pontua também que eram comuns as armadilhas espalhadas pelas matas, como buracos camuflados, ataques repentinos aos acampamentos dos repressores, além das picadas de cobras e insetos e as febres que dizimavam membros das expedições inimigas.

Palmares, o maior quilombo das Américas, foi um símbolo de resistência para negros e

negras escravizados e significou uma grande ameaça aos senhores que viam comprometida a mão-de-obra dos escravizados. Com sua força e organização, “pôs em questão a estrutura colonial inteira: o exército, o sistema de posse da terra dos patriarcas portugueses [...] assim como desafiou o poder todo poderoso da Igreja católica” (Nascimento, 2002, p. 71). Palmares “assustou sobremaneira a Coroa portuguesa” (Gomes, 2005, p. 73) e, dentre muitas questões, Gomes (2005) elucida características de Palmares quanto à organização econômica e à relação com moradores das localidades próximas com quem eram comuns a realização de trocas mercantis, uma vez que a produção não era destinada apenas à subsistência da população dos mocambos.

Com os excedentes, os palmaristas realizavam trocas mercantis com moradores das localidades próximas. Levavam farinha de mandioca, vinho de palma, manteiga e outros produtos, obtendo em troca armas de fogo, pólvora, sal e ferramentas de que precisavam nos seus mocambos (Gomes, 2005, p. 77).

Gomes (2005) discorre também sobre os contatos com os cativos assenzalados cujas relações acabavam por construir uma rede de solidariedade entre os mocambos e as senzalas. Por meio desses contatos, os palmaristas⁵ recebiam informações acerca de expedições repressoras e os escravizados que viviam nas senzalas, tinham mais informações acerca de Palmares, que “representava mais uma expectativa de liberdade para os negros que continuavam escravos” (Gomes, 2005, p. 78).

Após anos de combate, Palmares fora vencido. Embora as autoridades passassem a combater de forma mais sistemática, a fim de impedir qualquer tentativa de reorganização de Palmares, o desejo de liberdade de escravizados, negros libertos e outros grupos que lutavam pelos mesmos ideais, manteve-se vivo e muitos outros quilombos não deixaram de existir. Segundo Albuquerque e Filho (2006, p. 125),

Palmares mudou a forma como o combate a fuga era organizado. [...] depois de Palmares todos estavam mais atentos, mais vigilantes. Se os fugitivos se juntassem pondo em perigo à ordem local, aliciando outros escravos, além dos capitães-do-mato, recorria-se de pronto às milícias e tropas da administração colonial. Pela mesma razão, tornaram-se mais frequentes as expedições bélicas para explorar os sertões em busca de quilombolas à custa da câmara e dos moradores locais. A repressão ficou mais refinada, mas nem por isso, [...] muitos outros quilombos deixaram de existir onde quer que existissem escravos.

⁵ De acordo com Flávio Gomes, no livro *Palmares*, a escolha do termo *palmaristas* para se referir aos habitantes de Palmares, seguindo uma sugestão de Luiz Felipe de Alencastro, em sua obra *Trato dos Videntes*.

Cabe elencar algumas leituras de obras que possibilita a compreensão acerca do povo negro e suas formas de resistência no período da escravidão, rompendo com o estigma do negro submisso e silenciado.

Flávio dos Santos Gomes (2005), no trabalho intitulado “A Hidra e os Pântanos – Mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII – XIX)”, busca mostrar que onde quer que existisse escravidão, certamente haveria quilombos por perto. A obra possibilita comparações dos quilombos brasileiros entre si, uma vez que este estudo de Gomes é baseado em pesquisas que abrangem diversas regiões do Brasil e suas fronteiras - Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso, Bahia e Maranhão. O livro já indica a grandiosidade a partir do título, pois no Brasil do século XX o quilombo era retratado a partir da imagem da Hidra, um monstro mítico que, apesar de ter a cabeça cortada, reaparecia com outras. No que diz respeito aos Pântanos, estes podem parecer lugares pacíficos e tranquilos, mas são terrenos perigosos que podem representar riscos para visitantes despreparados. Assim eram os quilombos que sempre reapareciam e os fugitivos resistiam à repressão das autoridades.

A leitura do livro “História de quilombolas”, também de Flávio dos Santos Gomes (2006), foi bastante relevante, pois detalha as ligações dos quilombos com os grupos livres. O autor mostra de forma primorosa como os fugitivos abalavam o equilíbrio das relações escravistas. Gomes (2006) aborda como que, no século XIX, os quilombos de Iguaçu, no recôncavo de Guanabara (Rio de Janeiro), resistiram à repressão das autoridades. Os aquilombados mantinham relações estreitas com taberneiros e pequenos comerciantes. Estes preveniam os aquilombados de qualquer movimento de tropas contra eles. Graças a essa cumplicidade, os quilombolas ficavam sabendo das expedições punitivas com antecedência e também outras informações da cidade.

Em muitos dos lugares onde se fixaram comunidades de escravos fugidos no Brasil eram comuns as relações entre quilombolas e sitiantes, como vendeiros e taberneiros etc. [...] em vários processos criminais que envolveram escravos fugidos, autoridades se esforçaram em descobrir como entretinham relações e se comunicavam com negociantes e protetores. Era como se fosse uma indagação-padrão nesses inquéritos: se havia alguém que os ajudava a se manterem fugidos, acoitando-os ou sustentando algum comércio com eles (Gomes, 2006, p. 41).

De acordo com esse autor, as fontes sobre a economia dos quilombos são escassas, mas as informações que se tem apontam para o cultivo de alimentos, caça, pesca e extrativismo. Os quilombos que produziam excedentes, na maioria das vezes agrícola, favoreciam as trocas

mercantis. Geralmente os quilombolas trocavam o excedente por produtos como armas, sal, aguardente e roupas. Gomes (2006) nos ajuda a pensar nas relações socioeconômicas dos quilombolas com outros grupos sociais de forma complexa, pois fizeram com que estas comunidades de fugitivos se tornassem uma ameaça constante para as autoridades e fazendeiros. Em suas lutas, enfrentamentos e diversas situações construídas, os negros procuravam escapar do jugo dos senhores e garantir-lhes alguma autonomia. Para Silva e Nascimento (2012, p. 30) “a ênfase desloca-se da ‘fuga e resistência’, para ‘resistência e autonomia’ ”.

A pesquisa de Napoliana Pereira Santana, sobre a antiga freguesia e comarca de Santo Antônio do Urubu de Cima, se configura como grande aporte sobre as lutas de negros e negras por espaços de autonomia. À luz de fontes orais e uma vasta documentação como processos-crime, testamentos, inventários post-mortem, processos cíveis, registros de batismo, casamento e óbito, fotografias, busca compreender as trajetórias de escravizados, libertos e livres, do Urubu, entre os anos de 1870 a 1930. Santana aborda também sobre como atividades autônomas ampliaram as possibilidades de autonomia. Sobre escravizados no sertão do São Francisco, Santana (2022, p.32) afirma que

estavam envolvidos na economia local e regional, por meio de suas participações nos negócios com o gado estabelecidos nas fazendas onde trabalhavam e viviam. [...] escravizados com ofícios especializados, como era o caso dos vaqueiros, possuíam maiores chances de barganhar ganhos e até recebiam pagamentos por realizar determinados tipos de serviço. Como vaqueiros, conseguiram amealhar economias, tanto em dinheiro quanto em reses. Esses ganhos possibilitaram a muitos deles adquirir alforrias para si e para membros de suas famílias.

A resistência diante da exploração e escravização levaram escravizados em fuga, mestiços, negros e negras libertos marginalizados e indígenas a buscarem refúgio, sobretudo em florestas, formando os quilombos – sinônimo de liberdade para eles. De acordo com Silva e Nascimento (2012, p. 24), tanto antes quanto depois da abolição da escravidão, esses pontos de resistência marcaram o território brasileiro, constituindo-se também como uma forma de reafirmação de direitos.

Por ocasião do centenário da abolição da escravatura, na década de 1980, as discussões acerca da resistência negra ganham destaque no cenário político e acadêmico, conforme aponta Oliveira (2017). A Constituição de 1988, em seu artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), garantiu a propriedade definitiva das terras ocupadas pelas comunidades remanescentes de quilombos, pontuando que “aos remanescentes das

comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988). Para Hebe de Matos (2006, p. 2), a redação do artigo em questão, está diretamente ligado ao fortalecimento dos movimentos negros ao longo da década de 1980 e ao novo olhar por eles propostos em relação à memória pública da escravidão e da abolição.

Embora represente uma conquista importante do movimento negro e um avanço significativo no âmbito legislativo, o artigo em questão exige uma reflexão crítica. Arruti (2006) afirma que sua incorporação à Constituição de 1988 ocorreu “no apagar das luzes”, em uma formulação incompleta, ainda que fruto de intensas negociações políticas conduzidas por representantes do movimento negro do Rio de Janeiro. A redação do artigo, elaborada pela Comissão de Índios, Negros e Minorias, teria sido construída sem o devido aprofundamento das discussões, embora seja provável que, em outras circunstâncias, sua aprovação não teria sido possível.

A partir do que estava previsto em lei, com a promulgação da Constituição de 1988, o quilombo torna-se um espaço de “sujeito de direitos culturais e patrimoniais específicos” (CEDEFES, 2008 p. 35). No entanto, várias discussões acerca do conceito de quilombo foram desencadeadas tanto no meio acadêmico como na esfera jurídico-legal e o “ser quilombola” demanda uma reflexão.

Ilka Boaventura Leite trata de questões conceituais e normativas acerca dos quilombos no Brasil. Para Ney Lopes *apud* Leite (2000, p. 336. Grifo do autor), “quilombo é um conceito próprio dos africanos *bantos* que vem sendo modificado através dos séculos [...]. Quer dizer acampamento guerreiro na floresta, sendo entendido ainda em Angola como divisão administrativa”. Leite (2000, p. 336) também afirma que o Conselho Ultramarino Português de 1740 definiu quilombo como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. De acordo Schmitt *et al.* (2002, p. 2), tal caracterização manteve-se como definição clássica para o conceito de quilombo vindo a influenciar uma geração de estudiosos da temática quilombola até meados dos anos 1970.

O conceito de quilombo ao longo da história brasileira foi ganhando ressignificações. À luz dos estudos de Adelmir Fiabani (2008), vimos que, anterior à promulgação da Constituição de 1988, o quilombo possuía um significado histórico ligado à fuga da escravidão para se ganhar liberdade. Considerando que muitas comunidades não se originaram a partir de antigos quilombos, estas não seriam contempladas pelo artigo 68 do Ato das Disposições

Constitucionais Transitórias (ADCT). Diante desse cenário, “intelectuais esforçavam-se para dar um novo significado ao quilombo; parcela do movimento negro, lideranças das comunidades e parlamentares simpáticos à causa lutavam pelo direito dessas comunidades se autodefinirem como quilombolas” (Fiabani, 2008, p. 38).

Por muito tempo a “história oficial” definiu os quilombos como lugares distantes e isolados, formados exclusivamente por escravizados fugidos. Conhecer diferentes conceitos nos permite compreender a luta histórica do povo negro no Brasil. De acordo com Arruti (2003), na contemporaneidade, sob uma perspectiva antropológica, o conceito de quilombo não está restrito ao seu sentido histórico. O quilombo, hoje, é reconhecido como um espaço de resistência, mas também pelas diversas características que o constituem, como as experiências de seus sujeitos com o território e sua relação com a cultura de matriz africana.

Fiabani (2008) evidencia diferentes ressignificações de quilombo ao longo da história.

Ao longo da história brasileira o termo quilombo foi reassignificado várias vezes. Por exemplo, na década de 1930, a Frente Negra Brasileira utilizou-se do termo quilombo como exemplo de resistência negra contra a opressão; na década de 1970, o quilombo foi tomado como símbolo de luta pela redemocratização do país; no ano de 1978, o Movimento Negro Unificado elegeu o quilombo e a saga de Zumbi como símbolos de resistência da população afrodescendente contra o racismo e a discriminação (Fiabani, 2008, p. 38).

É notório que as ressignificações apontadas por Fiabani, assim como conceitos citados anteriormente, indicam o significado de quilombo atrelado à resistência do povo negro à opressão em momentos distintos. Dutra (2016, p. 105-106) destaca que “a ampliação de fontes escritas e orais possibilitou a construção de outros olhares sobre a temática quilombo, produziu novas pesquisas e revelou a amplitude de comunidades tradicionais que reivindicam o reconhecimento de seus territórios como tradicionais [...]”. Diante disso, compreendemos que essa nova ótica sobre os quilombos nos permite ouvir e potencializar a voz de homens e mulheres negras que lutam pela efetivação de seus direitos.

1.2 Quilombos contemporâneos: labutas, vivências e culturas

De acordo com os estudos e leituras é possível perceber que não existe um conceito único sobre quilombos. Para os fins desta pesquisa e para pensarmos sobre quilombo atualmente, tomamos como base os conceitos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) a qual se afirma que o termo

Consiste em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar. A identidade desses grupos não se define pelo tamanho e número de seus membros, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade enquanto grupo. Trata-se portanto de uma referência histórica comum, construída a partir de vivências e valores partilhados (ABA, 1994, p. 2).

O Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, que institui procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, afirma que o conceito de quilombo é “a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade” elucidando que essas comunidades são entendidas como “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”⁶.

É comum que ainda haja uma ideia fortemente marcada por estereótipos relacionados ao quilombo. Muitas pessoas acreditam, equivocadamente, que essas comunidades são isoladas ou que seus habitantes estão afastados “civilização”. Rocha (2022, p. 74) diz que “há os que continuam conceituando essas comunidades como lugares pobres, caracterizados essencialmente pela presença de negros escravos ou ranchos cobertos de palhas”. Nesse debate, Dutra (2016), a partir de suas pesquisas, constata que nos últimos anos muitos trabalhos das ciências humanas “têm aprofundado a temática sobre quilombo, retomando, atualizando, refazendo e dinamizando novas discussões sobre o tema” (Dutra, 2016, p. 108). Os quilombos atuais são comunidades negras que mantêm suas tradições, cultura e memórias. Glória Moura nos diz que, atualmente, o termo quilombo reporta-se a

[...] comunidades negras rurais habitadas por descendentes de escravos que mantêm laços de parentesco. A maioria vive de culturas de subsistência em terra doada/comprada/secularmente ocupada. Seus moradores valorizam tradições culturais dos antepassados, religiosas (ou não), recriando-as. Possuem história comum, normas de pertencimento explícitas, consciência de sua identidade étnica (Moura, 2007, p. 10).

Os quilombos foram uma forma representativa de resistência dos povos escravizados

⁶ Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm Acesso em 23 de Agos de 2024.

no Brasil, além de ser espaço de conservação e recriação de culturas e tradições, como é afirmado na citação. Para Dutra (2016, p. 105), os quilombos “são construídos a partir de diversas realidades brasileiras que se constituíram ao longo dos tempos, enquanto durou a escravidão institucionalizada. Do litoral norte ao sul do país, do recôncavo ao sertão [...] os quilombos se proliferaram, ganharam força, criaram raízes”.

Em todas as regiões brasileiras podem ser localizadas comunidades remanescentes de quilombo que resultam da luta do povo negro por liberdade que, mesmo sendo apresentado como sujeitos de direito pela Constituição de 1988, enfrenta muitos desafios para fazer valer seus direitos. Conforme fora estabelecido pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, a caracterização de um grupo enquanto quilombola se dá mediante à autodefinição.

De acordo com informações da Fundação Cultural Palmares – FCP⁷, no Brasil, foram emitidas 3.026 certidões e certificadas 3.716 comunidades remanescentes de quilombo nas unidades da federação, com exceção do Acre, Distrito Federal e Roraima. No Quadro 1 podemos observar o número de certidões e de comunidades certificadas em cada unidade da federação, no período de 2004 a 30/04/2024.

Quadro 01: Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) – 2004 a 2024

Nº	UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Nº DE CERTIDÕES EMITIDAS	Nº DE CUMUNIDADES CERTIFICADAS
01	Acre	0	0
02	Alagoas	76	77
03	Amazonas	8	8
04	Amapá	40	44
05	Bahia	698	859
06	Ceará	61	62
07	Distrito Federal	0	0
08	Espírito Santo	39	45
09	Goiás	59	70
10	Maranhão	627	890
11	Minas Gerais	400	494

⁷ A Fundação Cultural Palmares é um órgão federal vinculado ao Ministério da Cultura e foi criado pela Lei nº7.688\1988. De acordo Fabiana Guimarães Xavier (2019), este órgão trata de maneira dialógica, dos enfrentamentos contra as desigualdades sociais impostas às populações negras, ao tempo que “atua como elo entre a sociedade civil, por meio dos movimentos negros, e o Estado na efetivação de políticas públicas de ações afirmativas no campo cultural e social” (Xavier, 2019, p.14).

Nº	UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Nº DE CERTIDÕES EMITIDAS	Nº DE CUMUNIDADES CERTIFICADAS
12	Mato Grosso do Sul	22	22
13	Mato Grosso	71	78
14	Pará	210	272
15	Paraíba	43	47
16	Pernambuco	157	203
17	Piauí	98	103
18	Paraná	38	40
19	Rio de Janeiro	44	44
20	Rio Grande do Norte	38	38
21	Rondônia	8	8
22	Roraima	0	0
23	Rio Grande do Sul	145	145
24	Santa Catarina	18	18
25	Sergipe	32	44
26	São Paulo	52	56
27	Tocantins	42	49
Total (2004 a 30/04/2024)		3.026	3.716

Fonte: Fundação Cultural Palmares (2024).

O quadro anterior demonstra que entre todas as unidades da federação, somente o Acre, o Distrito Federal e Roraima não possuem comunidades quilombolas reconhecidas e/ou certificadas. Notamos que os estados com maiores incidências de comunidades quilombolas certificadas são: Maranhão (890), Bahia (859), Minas Gerais (494) e Pará (272). Os estados com o menor número de comunidades são Amazonas e Rondônia, ambos com 8 comunidades.

Das 3.716 comunidades quilombolas certificadas em todo o território brasileiro, 381 estão localizadas na região Norte, 2323 na região Nordeste, 170 na Centro-oeste, 639 na Sudeste e 203 na região Sul. A maior parte das comunidades localizam-se na região Nordeste e o menor número na região Centro-oeste. Estes dados podem ser visualizados no quadro a seguir.

Quadro 02: Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) – 2004 a 2024 por regiões

Nº	REGIÃO	Nº DE COMUNIDADES CERTIFICADAS
01	Norte	381
02	Nordeste	2323
03	Centro-Oeste	170
04	Sudeste	639
05	Sul	203
Total		3.716

Fonte: Fundação Cultural Palmares (2024).

Na região Nordeste concentra-se o maior número de comunidades certificadas. No estado da Bahia, por exemplo, podemos destacar a comunidade de Rio das Rãs, situada em Bom Jesus da Lapa e a de Mangal - Barro Vermelho, localizada no município de Sítio do Mato. As comunidades supracitadas foram objetos de estudo do professor Dr. Nivaldo Osvaldo Dutra, que, amparado em narrativas orais, contribui de forma primorosa com a produção historiográfica em torno do povo negro na região do Médio São Francisco. Em sua dissertação de mestrado, Dutra (2007) apresenta o resultado de sua investigação acerca das comunidades de Rio das Rãs e Brasileira, registrando “a memória das lutas, dos enfrentamentos e das resistências travadas por trabalhadores rurais negros no processo de reconhecimento de seu território como área pertencente a antigos quilombos” (Dutra, 2007, p. 170). Em outro trabalho, intitulado “Retalhos da memória: os negros de Mangal / Barro Vermelho - comunidade quilombola do Médio São Francisco – Bahia”, Dutra (2015) busca compreender as formas de resistência daqueles sujeitos, suas vivências, experiências culturais, lutas para o autorreconhecimento, importância da educação para a preservação das tradições e construção da identidade, entre outras questões.

No trabalho intitulado “Raízes negras em terras dos sertões da Bahia: famílias e comunidades de africanos a quilombolas”, Napoliana Pereira Santana afirma que

[...] as atuais comunidades quilombolas que margeiam o rio São Francisco – Território Velho Chico – resultam das lutas de escravizados, libertos e livres por espaços de autonomia em antigos currais de gado e fazendas. Dali foram formadas comunidades negras, alicerçadas por meio de laços familiares e sociais envolvendo indivíduos de diferentes estatutos jurídicos e sociais. Foi no seio da família e da comunidade que escravizados, libertos e livres garantiram o direito de acessar e usufruir da terra para dela extrair os recursos necessários à sobrevivência pessoal e coletiva, como plantar roças, cuidar das criações, pescar, caçar e retirar madeiras, dentre outras estratégias de subsistência. A conquista e a manutenção desse direito costumeiro que

atravessou gerações resultaram no enraizamento de famílias e comunidades no interior das propriedades rurais (Santana, 2022, p. 34).

Pesquisas como as de Dutra e Santana contribuem com os estudos sobre populações negras na Bahia, ouvindo e potencializando suas vozes, evidenciando suas trajetórias históricas e culturais, ao passo em que têm um olhar cuidadoso acerca dos problemas que afetam esses sujeitos.

Informações do Grupo de Pesquisa GeografAR, da Universidade Federal da Bahia (2022), no estado da Bahia, indicam que em 2022 foram registradas a existência de 931 comunidades negras e quilombolas. Dentre elas, 674 são certificadas pela Fundação Cultural Palmares – PFC e 257 comunidades negras rurais identificadas⁸. No caso de Lagoa Real – BA, as comunidades rurais são: Bebedouro, Riachão, São Roque e Vazante.

Dados disponíveis no site da Fundação Cultural Palmares – FCP indicam o número de certidões emitidas às comunidades quilombolas do território de identidade Sertão Produtivo⁹.

Quadro 03: Comunidades quilombolas certificadas no território de identidade Sertão Produtivo

MUNICÍPIO	NOME DA COMUNIDADE	DATA DE CERTIFICAÇÃO
Caetité	Contendas	06\07\2010
Caetité	Lagoa do Meio	06\07\2010
Caetité	Mercês	06\07\2010
Caetité	Olho D'água	06\07\2010
Caetité	Sambaíba	06\07\2010
Caetité	Vargem do Sal	06\07\2010
Caetité	Pau Ferro	06\07\2010
Caetité	Sapé	06\07\2010
Caetité	Vereda do Cais	06\07\2010
Caetité	Malhada	01\10\2012

⁸ De acordo nota Técnica sobre o Banco de Dados das “Comunidades Negras Rurais e Quilombolas da Bahia”, produzido pelo GeografAR-UFBA, é “importante destacar que estabeleceu-se uma distinção conceitual entre comunidades quilombolas e comunidades negras rurais identificadas. A primeira, refere-se às comunidades que se auto identificaram e possuem certificação da Fundação Cultural Palmares; a segunda, são comunidades negras rurais, identificadas pelas lideranças e movimentos sociais, mas que ainda não possuem certidão da Fundação Cultural Palmares, isto é, ainda não se autoidentificaram como quilombolas. Informações de: <https://geografar.ufba.br/povos-e-comunidades-tradicionais> Acesso em 23 de Agos de 2024.

⁹ O território de identidade Sertão Produtivo, compreende os municípios de Brumado, Caculé, Caetité, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiú, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Urandi e Tanhaçu. Informações de: http://www.seagri.ba.gov.br/sites/default/files/mapa_sertaoprodutivo.pdf Acesso em 02 de Jun de 2024.

MUNICÍPIO	NOME DA COMUNIDADE	DATA DE CERTIFICAÇÃO
Caetité	Cangalha	02\02\2015
Caetité	Lagoa do Mato	02\02\2015
Caetité	Passagem de Areia	02\02\2015
Caetité	Lagoinha da Cobra	15\10\2020
Candiba	Lagoa dos Anjos	22\12\2011
Contendas do Sincorá	São Gonçalo	12\05\2006
Guanambi	Queimadas	09\06\2015
Guanambi	Morro de Dentro	31\12\2019
Ibiassucê	Santo Inácio	05\05\2009
Ituaçu	Chapadinha, Duas Barras e Baixa Funda	26\04\2018
Ituaçu	Lagoa da Lage	08\11\2018
Lagoa Real	Lagoa do Rocha ¹⁰	18\04\2013
Livramento de Nossa Senhora	Olho D'água do Meio	12\09\2005
Livramento de Nossa Senhora	Lagoinha	07\06\2006
Livramento de Nossa Senhora	Poço	07\06\2006
Livramento de Nossa Senhora	Cipoal	07\02\2007
Livramento de Nossa Senhora	Lagoa do Leite	07\02\2007
Livramento de Nossa Senhora	Jibóia	07\02\2007
Livramento de Nossa Senhora	Jatobá	13\03\2007
Livramento de Nossa Senhora	Rocinha \ Itaguaçu	09\12\2008
Livramento de Nossa Senhora	Várzea Grande e Quixabeira	31\12\2008
Livramento de Nossa Senhora	Maracujá	10\02\2011
Livramento de Nossa Senhora	Lagoa dos Couros	17\06\2011
Livramento de Nossa Senhora	Pajeú	17\06\2011
Livramento de Nossa Senhora	Couros	01\12\2011
Livramento de Nossa Senhora	Amola Faca	02\02\2015
Palmas de Monte Alto	Vargem Alta	31\12\2008
Palmas de Monte Alto	Mari	24\05\2013
Palmas de Monte Alto	Cedro, Curral Novo e Sítio Canjirana	24\05\2013
Palmas de Monte Alto	Angico	20\05\2016
Palmas de Monte Alto	Vargem Comprida	20\05\2016
Palmas de Monte Alto	Barra	20\05\2016

¹⁰ Trata-se da comunidade quilombola que é o objeto desta pesquisa. Localiza-se na zona rural do município de Lagoa Real – BA.

MUNICÍPIO	NOME DA COMUNIDADE	DATA DE CERTIFICAÇÃO
Palmas de Monte Alto	Juazeirinho e Adjacências	20\05\2016
Palmas de Monte Alto	Aroeira	20\05\2016
Palmas de Monte Alto	Toquinha	20\05\2016
Palmas de Monte Alto	Brasileira e Adjacências	20\05\2016
Palmas de Monte Alto	Lagoa Seca e Regiões Vizinhas	20\05\2016
Palmas de Monte Alto	Empoeira	20\05\2016
Palmas de Monte Alto	Jurema e Adjacências	20\05\2016
Palmas de Monte Alto	Fazenda Campos Sítio Leão	20\05\2016
Palmas de Monte Alto	Rancho das Mães	19\12\2018
Pindaí	Caco, Vargem do Rancho e Taboa II	03\02\2017
Tanhaçu	Tucum	13\12\2006
Tanhaçu	Pastinho	24\05\2013
Nº total de comunidades do território Sertão Produtivo, certificadas pela PCP: 53		

Fonte: Fundação Cultural Palmares (2024); Elaborado pela autora.

O Quadro 3 indica que dos 19 municípios que formam o território de identidade Sertão Produtivo, 11 possuem comunidades quilombolas certificadas pela FCP: Caetité com (14 comunidades), Candiba (1), Contendas do Sincorá (1), Guanambi (2), Ibiassucê (1), Ituaçu (1), Lagoa Real (1), Livramento de Nossa Senhora (14), Palmas de Monte Alto (15), Pindaí (1) e Tanhaçu (2), totalizando o número de 53 comunidades certificadas.

Os dados apresentados nos quadros 1, 2 e 3 apontam que as comunidades quilombolas estão em contínuo processo de organização e luta para efetivação dos seus direitos à terra. No entanto, existe grande morosidade do Estado quando se trata da regularização fundiária dos territórios quilombolas, que é de incumbência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, órgão federal responsável pela demarcação e titulação das terras quilombolas no país. Na Bahia, segundo dados do Grupo de Pesquisa GeografAR (2022), tem-se um total de 37 comunidades com seus territórios total ou parcialmente regularizados.

Quadro 04: Comunidades quilombolas total e parcialmente regularizadas

Nº TOTAL DE COMUNIDADES TOTALMENTE REGULARIZADAS	Nº TOTAL DE COMUNIDADE PARCIALMENTE REGULARIZADAS	Nº TOTAL DE COMUNIDADES
31	06	37

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do GeografAR (2024).

Ao compararmos os dados sobre o número de comunidades certificadas com o número dos processos de regularização fundiária, indicados no Quadro 4, constatamos a lentidão no processo de demarcação e titulação efetiva das terras/territórios quilombolas. Sobre esse aspecto, Fiabani (2008, p. 228) comenta:

A questão fundiária é o principal problema que atinge as comunidades negras rurais. São comunidades que ocuparam terras, muitas vezes sem documentação, o que facilitou a ação de grileiros, expropriadores, fazendeiros, etc. Algumas comunidades lutam para manterem-se em suas terras desde as primeiras décadas do século XX. Muitas dessas terras são posses centenárias que por direito lhes pertencem. A titulação destes territórios garantirá a sobrevivência da comunidade, com sua cultura, tradições.

Desse modo, elucida-se que apesar das importantes conquistas das populações negras ainda há um longo caminho a ser percorrido para que haja de fato a efetivação das políticas públicas de maneira consistente, especialmente as ligadas à regularização fundiária.

Neste debate sobre as comunidades quilombolas, sobre a organização e luta dos povos negros, é imprescindível recorrermos às reflexões de Antônio Bispo dos Santos, o Nêgo Bispo. Em seu livro “Colonização, Quilombos: modos e significados”, ao tratar das comunidades tradicionais contemporâneas, faz um paralelo com comunidades como Palmares e Canudos, que bravamente resistiram às inúmeras injustiças, afirmando que “hoje ainda encontramos muitas comunidades praticando relações de vida estruturalmente semelhantes às praticadas por Palmares, Canudos, Caldeirões e Pau de Colher e sendo igualmente atacadas nos mais diversos lugares das Américas” (Santos, 2015, p. 65).

Ao pensarmos o quilombo nos dias atuais, é importante ressaltar que o mesmo “é reconhecido pelas suas características antropológicas e territoriais. A relação da comunidade com o território[...], com a cultura de matriz africana e com a política é que definirá se uma comunidade é quilombola ou não” (CEDEFES 2008 p. 36). Para compreendermos a dinâmica das comunidades quilombolas, precisamos compreender as relações de territorialidade.

Dutra (2016, p.100) entende que o território “é um palco de vivências que articula afetos, festas, celebrações, dramas, traumas e demais emoções”. Com essa concepção, percebemos que território não se trata apenas de um espaço geográfico delimitado, mas se constitui de todas as relações tecidas por um determinado grupo e com o território que ocupam, imprescindível para que os sujeitos possam sustentar seus modos de vida e desenvolver-se do ponto de vista econômico e sociocultural. Destarte, a luta das comunidades quilombolas pela efetivação do direito aos seus territórios vai além da demarcação de terras; é também a luta por

um modo de vida, pois

A territorialidade adquire um valor particular, pois reflete a multidimensionalidade o vivido territorial pelos membros de uma coletividade. Os homens vivem, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações produtivistas e simbólicas. Há interação entres atores, que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais (Silva; Nascimento, 2012, p. 34).

Desse modo, é por meio das relações construídas no cotidiano das comunidades quilombolas, alicerçadas em práticas culturais, solidariedade e ancestralidade, e da luta constante pela territorialização, que o povo negro busca a afirmação e a ampliação de suas vozes. Esse processo implica a reivindicação de direitos históricos, a desconstrução de paradigmas impostos por um pensamento hegemônico que, ao longo do tempo, relegou essas populações a posições de invisibilidade e marginalização. Ao fortalecer suas identidades e promover o reconhecimento de seus saberes e modos de vida, as comunidades quilombolas resistem e reconfiguram o espaço social, negando o lugar subordinado que lhes foi historicamente atribuído e reivindicando um pertencimento pleno à sociedade.

2 LAGOA DO ROCHA: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E TRADIÇÕES

*“Não tem soli cuma agosto, nem chuva quiném janêro,
não tem cravo iguali o branco, nem amor iguali o primêro.
Não tem alto cumo o céu, não tem grande cumo o mundo,
não tem cravo iguali o rosa, nem amor iguali o segundo.*

(Ana Rosa dos Santos - Moradora da comunidade Lagoa do Rocha)

2.1 O lugar do vivido

A Comunidade Quilombola Lagoa do Rocha está localizada no município de Lagoa Real, sudoeste do estado da Bahia, Brasil, e está distante 28 quilômetros da sede do município e cerca de 640 quilômetros da capital Salvador. O acesso à sede e o trânsito para as comunidades circunvizinhas se faz apenas por estradas de terra batida. A comunidade faz limites com as comunidades de Monsenhor Bastos, Baixão, Lagoa Dantas e Espigão¹¹.

Jaqueline Santana (2019, p. 7), autora do livro “Lagoa do Rocha (Coleção História de Quilombos do Alto Sertão da Bahia¹²)”, discorre que a fundação de Lagoa do Rocha é datada do século XIX, quando as famílias de Joaquim Barbosa Pinto e José Ribeiro dos Santos chegaram naquela localidade e construíram suas moradias de pau-a-pique e a cultivaram mandioca e outros alimentos. Ainda de acordo a autora, a partir do início do século XX, aquele lugarejo passou a receber novos companheiros. Uma das anciãs, de 83 anos, relata que seu avô paterno teria vindo de uma comunidade chamada Gurunga, localizada entre os municípios de Igaporã e Caetité – Bahia. Ela assim nos contou: “esse povo não era de lá não, esse povo foi chegado na Lagoa do Rocha. Eles não era, não era de Lagoa do Rocha, os véi, os avô deles foi vindo de fora. Minha fia, o meu avô, onde é Neide que eu falo o nome? (Se volta para filha Neide) [...] Gurunga, era da Gurunga” (Santos, 2024).¹³

De acordo com Santana (2019, p. 7), Gurunga é uma comunidade antiga, cuja fundação remonta ao início do século XIX, por iniciativa do casal Ízidio e Leocádia, que, ao fugirem do

¹¹ Essas fronteiras podem ser observadas no mapa da figura 3.

¹² Pires (2003 *apud* Neves, 1998, p.22) afirma que alto Sertão refere-se a “[...] região do sertão, caracterizada pela morfologia de vegetação; região do Alto Sertão da Bahia, referenciada na posição relativa ao curso do rio São Francisco na Bahia e ao relevo baiano, que ali projeta as maiores altitudes”. Guimarães (2012, p. 22) por sua vez afirma que “se tratando de alto sertão da Bahia, nas narrativas históricas recentes sobressai uma trama de regionalização, isto é, de formas de delimitação do espaço, de enquadramento ou de recorte espacial das quais podiam e ainda podem surgir diversas denominações, mas que aquela (alto sertão) se fez sentir com mais vigor e talvez maior significado histórico.

¹³ Ana Rosa dos Santos. Entrevista concedida em 12 de novembro de 2024.

cativeiro, buscavam uma vida com dignidade. Carine Novaes Moraes (2019), em sua dissertação de mestrado, informa que a consolidação da comunidade teve início a partir da articulação dos moradores locais que costumavam se reunir sob uma quixabeira para discutir a reivindicação da posse daquelas terras. Atualmente, Gurunga integra o projeto do Museu do Alto Sertão da Bahia (MASB), por meio de pesquisas arqueológicas realizadas na região. Segundo Moraes (2019, p. 90), essa integração visa à valorização da cultura local e ao reconhecimento da identidade quilombola da comunidade.

O relato de Santos (2024), entendemos que o nome Lagoa do Rocha se deve ao fato de que, nas proximidades de uma lagoa existente na comunidade, havia uma grande quantidade de rochas, conforme nos contou dona Ana: “é porque lá na Lagoa do Rocha tem umas peda assim pu lado de cima, ne? Eles fala que é por isso, agora o povo falô que ali, aquelas peda era rocha. Então colocô o nome Lagoa da do Rocha” (Santos, 2024).¹⁴

Na figura a seguir podemos vislumbrar a fala da anciã.

Figura 02: Lagoa da comunidade



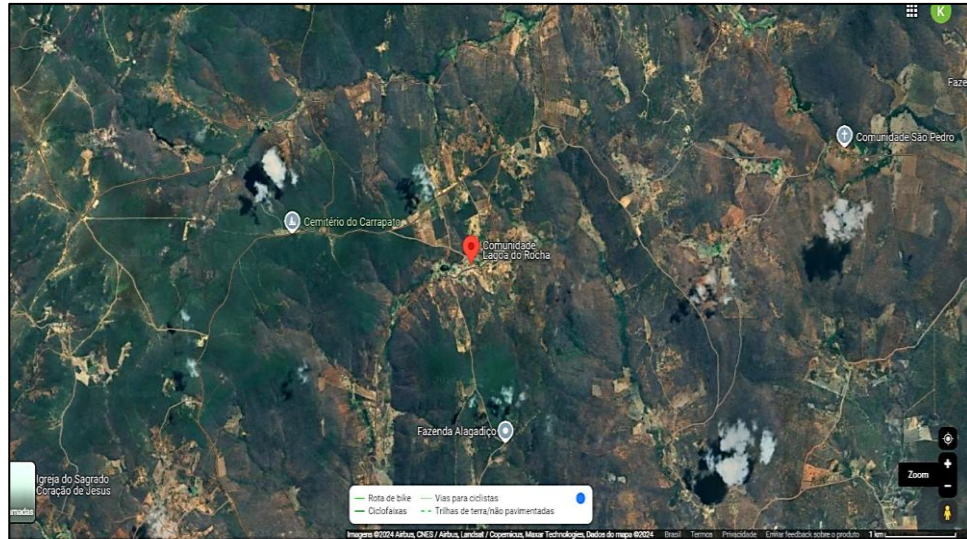
Fonte: Foto da autora (2024)

Santana (2019, p. 7) diz que os primeiros moradores “ficaram encantados com a imensa lagoa enfeitada de pedras, assim como o relevo [...]” Em seus relatos, a comunidade também

¹⁴ Ana Rosa dos Santos. Entrevista concedida em 12 de novembro de 2024.

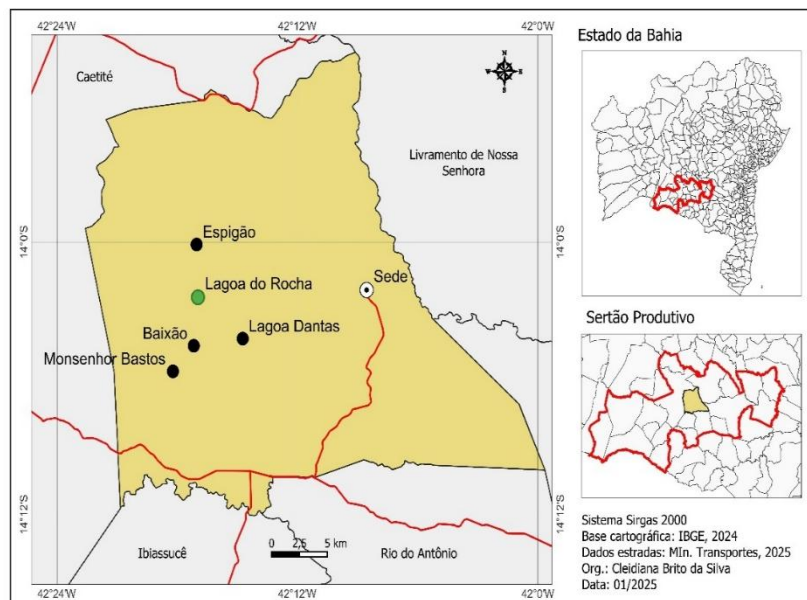
faz referência à grande quantidade de pedras que eram encontradas nas roças, o que dificultava o trabalho.

Figura 03: Mapa com vista aérea da localização da comunidade Lagoa do Rocha



Fonte: Google Maps. Acesso em 18 de novembro de 2024

Figura 04: Localização da comunidade Lagoa do Rocha



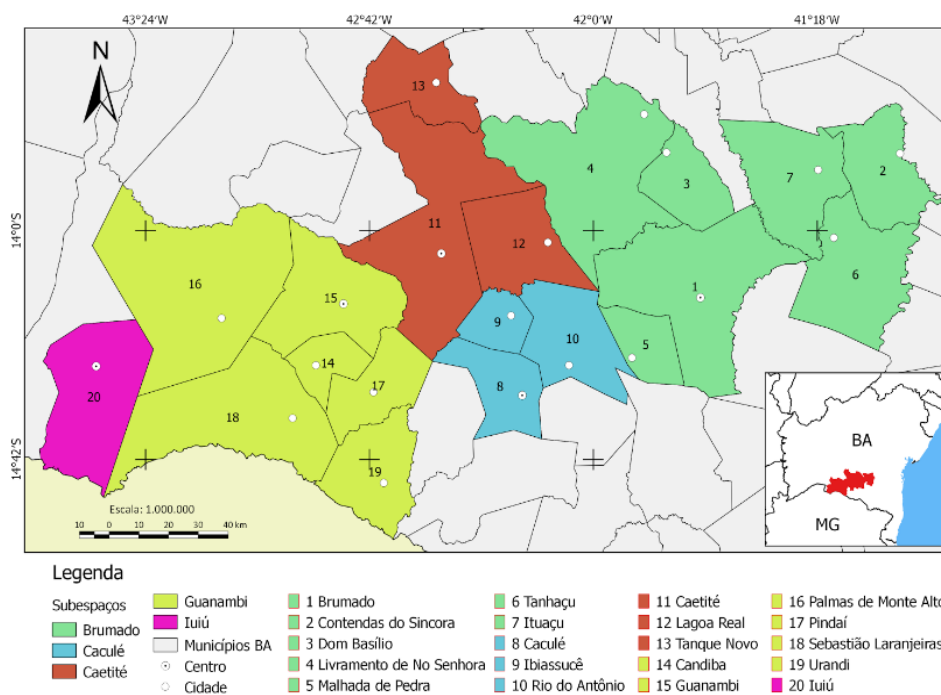
Fonte: Mapa elaborado por Junívio da Silva Pimentel

A apresentação de mapas, bem como de alguns aspectos geográficos, demográficos, econômicos e culturais do município de Lagoa Real, ao qual a comunidade Lagoa do Rocha está vinculada, pode proporcionar ao leitor uma compreensão mais ampla acerca de sua localização. Essa contextualização é essencial para situar o território em que a comunidade está inserida, além

de contribuir para o entendimento das dinâmicas que influenciam seu modo de vida e sua organização social.

Este município está localizado no interior do estado da Bahia, pertencente ao território de identidade Sertão Produtivo, que por sua vez compreende os municípios de Brumado, Caculé, Caetité, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu e Urandi, como podemos observar no mapa seguinte.

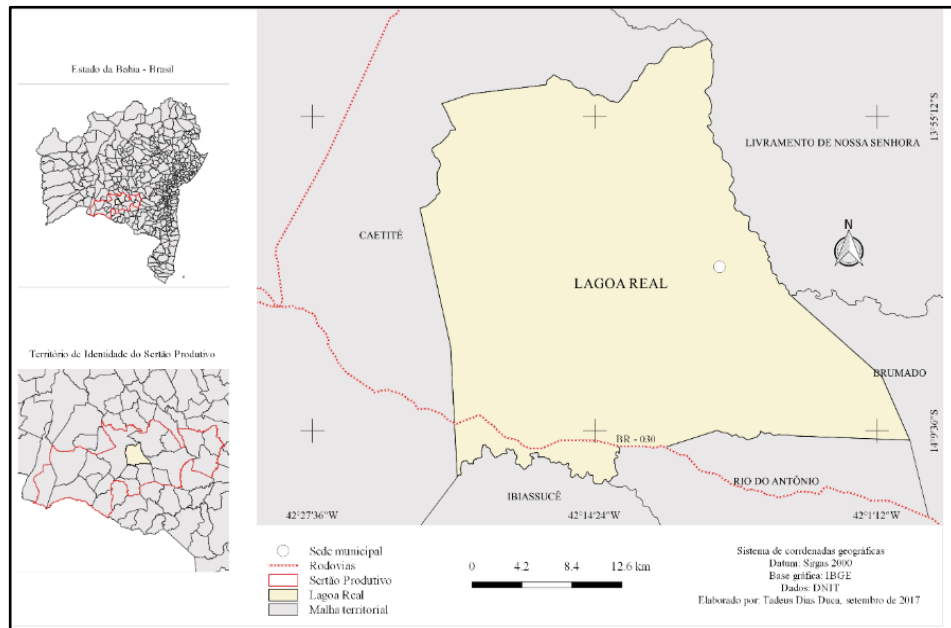
Figura 05: Território de identidade Sertão Produtivo



Fonte: NUPETEP. Disponível em: <http://nupetesp.blogspot.com/p/sertao- produtivo.html>. Acesso em 14 de out de 2024.

Lagoa Real, identificada no mapa da Figura 5, pela cor vermelha e número 12 (doze), localiza-se no semiárido baiano, na região Econômica da Serra Geral, distanciando-se 731 quilômetros da capital Salvador. O município estabelece os seguintes limites territoriais: ao Norte – Livramento de Nossa Senhora; ao Sul – Rio do Antônio e Ibiassucê; a Leste- Livramento de Nossa Senhora e a Oeste – Caetité. O mapa da Figura 06 apresenta a localização, os limites atuais de Lagoa Real e municípios vizinhos.

Figura 06: Localização do município de Lagoa Real-BA



Fonte: Mapa elaborado por Tadeus Dias Duca. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/geo/article/view/2046/1947> Acesso em 23 de out de 2024.

O município possui uma população que, de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no último censo, 2022, consiste em 14.105 habitantes. Apresenta como tipo climático o semiárido, com período chuvoso que varia entre dezembro e março. Tem como vegetação predominante a caatinga¹⁵, com a presença de xiquexiques, cactos, palmatórias, mandacaru, macambira, etc. Junto à caatinga, aparecem os arbustos espaçosos. Aparecem também, os campos cerrados, limpos, vegetação dos cumes das serras composta de: Gonçalo Alves, Umbuzeiro, Juazeiro, Angico, Jatobá, Aroeira, Gameleira, Sucupira, Catuaba e Barbatimão, Pau d' Arco, Baraúna (PME¹⁶, 2015).

Segundo o memorialista Edgley Cassiano Delgado (2003), no livro “Lagoa Real: sua história e seu povo!”¹⁷, a rede hidrográfica do município é composta pelos seguintes rios intermitentes: Rio São Roque, o Córrego da Lagoa Grande, Serrote e o Rio São João, além da existência de diversas lagoas como a Lagoa Real – sede, Lagoa do Peixe, Lagoa Dantas, Lagoa Nova, Lagoa

¹⁵ Martins (2021 *apud* Prado, 2003), afirma que o nome caatinga é de origem Tupi-guarani e significa floresta branca. O termo tem ligação ao aspecto da vegetação durante as estações de seca, quando a maioria das plantas perdem as folhas. A distribuição geográfica da caatinga abrange os estados de Sergipe, Alagoas, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, além de abranger o oeste e sudoeste do Piauí e o nordeste da Bahia. Isso representa aproximadamente 70% da região Nordeste e 11% de todo o território nacional.

¹⁶ Plano Municipal de Educação – Diário Oficial – Prefeitura Municipal de Lagoa Real – Fevereiro de 2015, nº 535

¹⁷ De acordo com o autor, que à época de produção do livro era discente do curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, este livro foi concebido através do Projeto Universidade Solidária (edição 2001), do governo federal e dirigido pela então primeira dama Ruth Cardoso.

das Cinzas e Lagoa do Carrapato. Os principais rios são o Canabrava e São Pedro. O autor também ressalta o grande número de barragens no município.

De acordo Delgado (2001), a vida econômica de Lagoa Real é basicamente agrária como cultura de subsistência e como fonte de renda e emprego. As principais atividades econômicas desenvolvidas no município são a pecuária, a agricultura, a indústria e o comércio. Na agricultura, destacam-se a produção da cana-de-açúcar, mandioca, milho, cana-de-açúcar e o cultivo de hortaliças. No setor industrial, há predominância de uma cooperativa de beneficiamento de leite – Cooperativa dos Produtores de Leite e Cereais de Lagoa Real (COOPLLAR) e a produção de tijolos, telhas, utensílios de barro e outros objetos fabricados em olarias e cerâmica. A produção se destina tanto para o consumo interno do município quanto para a venda para as cidades vizinhas.

Segundo o Plano Municipal de Educação (PME, 2015), a religiosidade do povo de Lagoa Real se manifesta de forma expressiva nos aspectos culturais do município, evidenciada, sobretudo, por meio das festividades religiosas realizadas na sede e nas comunidades rurais. Ainda conforme o documento, destaca-se, entre essas manifestações, a Missa do Vaqueiro, tradição iniciada em 1991, que representa um importante marco da identidade cultural local. Delgado (2001) aponta também outras confraternizações da vida cultural de Lagoa Real, como o desfile cívico de Sete de Setembro em comemoração à Independência do Brasil, o Terno de Reis, cultura que incorpora e revive o anúncio do nascimento de Jesus Cristo, e a Queimada de Judas, festa que acontece todos os anos no domingo de Páscoa, na comunidade rural de Salinas.

A comunidade Lagoa do Rocha é composta por 25 famílias, totalizando 67 habitantes. Parte de seus moradores, em virtude de casamentos ou da busca por melhores condições de vida, mudou-se para comunidades vizinhas ou para a cidade de Caetité. A senhora Aparecida, residente local com 41 anos, relata que, após a conclusão do ensino médio, muitos jovens deixam a comunidade com o objetivo de ampliar suas oportunidades de vida e trabalho.

Em suas narrativas, moradores expressam insatisfação em relação à precariedade ou inexistência de alguns serviços e/ou espaços na comunidade. Não há posto de saúde na comunidade, por exemplo, e os nativos relataram dificuldades em relação aos atendimentos médicos, uma vez que precisavam se deslocar 25 quilômetros até a comunidade de Lagoa Grande. Com a construção da unidade de apoio ao Programa Saúde da Família (PSF), no ano de 2020, na comunidade Monsenhor Bastos (Cabajá¹⁸), que fica a 7 quilômetros de Lagoa do Rocha, começaram a receber atendimento naquela localidade. A respeito dessa situação, o

¹⁸ Cabajá é o antigo nome da comunidade Monsenhor Bastos.

senhor Abel, de 83 anos, relatou: “[...] nois ía na Lagoa Grande depois é mêi longe, a gente conversou com eles, eles aceitô gente transferir. Eu pelo menos mais minha família ir pra Monsenhor Bastos que é mais próximo, mais próximo. Lagoa Grande são 22 quilômetro, é longe, né?” (Moreira, 2024).¹⁹

Na comunidade também não existe quadra poliesportiva nem outros espaços para atividades de lazer ou prática de esportes. Esse quadro de déficit em áreas básicas está claramente expresso na fala seguinte:

[...] devido uma comunidade única, de registrada no município, com tantos idoso como aqui tem, tem criança, tem adolescente, tem muitas pessoas, né? Você vê que a gente não tem as coisas que a gente deveria ter, ne? Nóis aqui deveria ter (pausa) tem lugar aí que não tem prioridade nenhuma, e tem posto de saúde, tem tudo! Um colégio. Aqui é a escola mais simples [...] Aí o que acontece? Cê não tem nada aqui de melhoria pra gente. Então eu acho pra mim assim, que nossa comunidade deveria ser mais acolhida, [...] vinsse um projeto pra gente, pros filhos da gente. Eu já falei que esses idosos aqui da nossa comunidade são um idoso, a maioria, animado que eles pode tá de idade que for, falar num forrozim ali minha fia, eles tá junto, ne? Eles dança, eles tá, eles adora isso. Então divia ter ali, se nós tivesse aqui uma quadra, um ambiente assim, eu falo ôh gente se nós tivesse aqui uma televisão, alguma coisa pá nos incentivar, um professor menos duas vezes na semana, uma aula de zumba, alguma coisa assim pás mulheres. Porque não tem uma academia que você possa ir perto, não tem nada. Então tem um campinho ali em cima, que cê vai e demora século para ir. É longe. Aí aqui cê vê não fez uma quadra, não tem nada. Então eu acho que nossa comunidade, como que é uma comunidade quilombola como eles disse, e tem tantas crianças, adolescentes é o futuro pra vim aí que já tem, deveria ter mais coisa assim pra incentivar eles ir crescendo naquilo. Então por isso que já vai indo embora, já vai saindo, porque sei que estudou é o natural, o essencial ali e já saiu praque não tem o que dar segmento aqui (Pinto, 2024).²⁰

Como podemos notar na narrativa, a moradora sinaliza carência em diversos aspectos como área de saúde, educação, esporte e lazer. Tais fatores acabam desmotivando os jovens a permanecerem na comunidade após concluírem o Ensino Médio. Essa situação também foi percebida na fala de Natália Santina Duarte dos Santos, de 20 anos, que, ao ser indagada sobre os momentos em que os jovens costumavam se reunir, afirmou:

Hoje em dia bem difícil, porque os jovens saíram tudo em procura de trabalho e de uma qualidade de vida melhor. Mas dia de sábado quando acontece vim algum a gente joga futebol. Quando a gente joga, é no campo da comunidade. Se aqui existisse uma quadra para o lazer seria ótimo, ajudaria todos na comunidade para um momento de lazer (Santos, 2024).²¹

¹⁹ Abel José Moreira, entrevista concedida em 25 de agosto de 2024.

²⁰ Aparecida da Silva Lima Pinto, entrevista concedida em 25 de agosto de 2024.

²¹ Natália Santina Duarte dos Santos, entrevista concedida em 17 de dezembro de 2024

Além de abordar sobre a saída dos jovens em busca de trabalho, e de uma melhor qualidade de vida, a jovem Natália narrou preocupação com o fato de as crianças da comunidade não terem muito conhecimento sobre as culturas da comunidade ou as brincadeiras de antigamente. Nesse sentido, ela afirmou que gostaria de espaços para a realização de atividades culturais e práticas esportivas.

À luz das narrativas supracitadas percebemos que a não garantia de direitos da população de Lagoa do Rocha acaba por comprometer o desenvolvimento em harmonia com as particularidades históricas e culturais da comunidade. Sara Ferreira Braga, no trabalho “Resistência e Invisibilidade: Um Estudo Sobre Comunidades Quilombolas e Políticas Públicas”, faz uma contribuição para este debate afirmando que “o reconhecimento pleno dos quilombolas como sujeitos de direitos e, portanto, cidadãos se dará quando esses obtiverem acesso pleno à educação, água, luz, saneamento, saúde e todos os direitos que até o momento foi negado a essas populações” (Braga, 2015, p.21).

A moradora Aparecida, em outra fala, reafirma a não garantia de seus direitos, alegando que “nós temos, tem os direito, os deveres, só que cadê?” (Pinto, 2024)²². Quando questionada sobre o que faltaria para que seus direitos fossem de fato efetivados ela afirmou:

Eu acho que deveria ser mais vista, é a nossa comunidade, ser mais reconhecida, né? Porque eu acho que só tem no nome lá ou pode ter algum reconhecimento por fora que não chega até vir os benefícios pra gente, né? A gente não sabe se está sendo reconhecida mesmo lá fora, está vindo esse benefício ou não, mas [...] eu acho que deveria ser uma comunidade mais reconhecida, mais vista. [...] Se o poder público parasse pra enxergar melhor a nossa comunidade, por direito que “nóis” temos “nóis” tinha outro meio de vida aqui pra “nóis”. Eu acho! (Pinto, 2024. Grifos nossos).²³

A narrativa da moradora desvela a invisibilidade ainda enfrentada pelas populações dos quilombos. A efetivação de direitos básicos dessas populações, somados a outros, como valorização de suas culturas, são necessários para o fortalecimento e autonomia das comunidades quilombolas.

Em sua fala, a moradora tece uma crítica ao poder público, a quem cabe viabilizar e efetivar políticas públicas para as comunidades quilombolas. Conforme afirma Dutra (2015, p. 35), as políticas públicas afirmativas são “capazes de diminuir as desigualdades sociais geradas pelo processo histórico que produziu as diversas diferenciações sociais existentes em nosso país”.

²² Aparecida da Silva Lima Pinto, entrevista concedida em 25 de agosto de 2024.

²³ Idem.

A comunidade Lagoa do Rocha possui uma associação de moradores cujo nome é Associação dos Agricultores Familiares da Comunidade Quilombola de Lagoa do Rocha, fundada em 2011. A associação possui sede própria e fica localizada ao lado da igreja de Nossa Senhora Aparecida. Na Figura 07 podemos observar este espaço de vivência comunitária.

Figura 07: Sede da Associação dos Agricultores Familiares da Comunidade Quilombola Lagoa do Rocha



Fonte: Foto da autora (2024)

De acordo com (Cardoso *et al.*, 2012, p. 9) na cartilha Associação de Moradores, elaborada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), uma associação se trata de uma reunião de pessoas com objetivos comuns. O documento elucida que as “associações trabalham para atingir suas finalidades promovendo encontros e discussões sobre questões de interesse de todos os associados ou até para a prática de atividades” (Cardoso *et al.*, 2012, p.9). Com base nessas informações, percebemos a importante forma de organização e articulação de uma comunidade e, através da associação, é possível reivindicar direitos junto aos poderes públicos.

As conversas com os moradores de Lagoa do Rocha evidenciaram a necessidade de uma maior articulação comunitária, com o objetivo de viabilizar, por meio da associação local, melhorias para a população. O espaço destinado à vivência comunitária também é utilizado como ambiente de socialização e partilha, sendo palco de eventos como os festejos em homenagem a Nossa Senhora Aparecida, atividades pontuais promovidas pelo Centro de

Referência de Assistência Social (CRAS), além de outras ações eventuais realizadas na comunidade.

Quanto a outras características da comunidade de Lagoa do Rocha, *locus* dessa pesquisa, o abastecimento de água acontece através de um poço artesiano. A comunidade conta com um profissional responsável pela distribuição da água deste poço para as residências dos moradores. Existe também uma lagoa, a mesma ligada à origem do nome da comunidade, na qual a água serve de abastecimento para o consumo de animais. Além disso, identificamos, por meio de narrativas, que os moradores têm acesso a carros populares e motocicletas como meios de transporte.

A comunidade é oficialmente certificada pela Fundação Cultural Palmares (FCP) como remanescente de quilombos. O Artigo 68, do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, prevê que “aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”

Segundo Almeida (2011, p, 42), o termo “remanescente”, cunhado pela Constituição de 1988, remete à ideia de sobrevivência. Desta forma, a posição de “escravo fugido” e longe dos domínios das fazendas, prosseguiria, de certa forma como identificação legal. Fiabani (2008) em suas reflexões, afirma que a partir da Constituição de 1988 houve empenho para a ressignificação do termo “quilombo” e que, “em 2003, pressões vindas do movimento de comunidades negras rurais, do movimento negro organizado e de alguns setores da sociedade civil motivaram a publicação do decreto presidencial nº 4.887/2003” [...] (Fiabiani, 2008, p. 26)²⁴.

A certificação da comunidade Lagoa do Rocha ocorreu em 2013. Segundo Reinaldo, que já fora presidente da Associação dos Agricultores Familiares da Comunidade Quilombola de Lagoa do Rocha, esta foi muito importante no processo de certificação, uma vez que sua diretoria procurava “buscar conhecimento de como seria o processo”. (Santos, 2024)²⁵

A certificação promoveu à comunidade benefícios como cisternas para captação de água da chuva, trator e galpão que serve de garagem para o mesmo, cestas básicas e hortas por meio do Programa Quintais Produtivos. De acordo com Dias (2024, p. 18-19), é “importante validar a FCP como uma ação política somatória, resultado de conquista dos cidadãos negros, que nada mais é – uma política de direito alcançada com passos lentos pelas comunidades afrodescendentes”.

²⁴ Essas questões foram abordadas com mais detalhes no capítulo 1.

²⁵ Reinaldo da Silva Santos, entrevista concedida em 26 de dezembro de 2024.

Figura 08: Cerimônia da certificação



Fonte: <https://www.acheisudoeste.com.br/noticias/2194-2013/09/26/lagoa-real-lagoa-do-rocha-recebe-certificacao-de-comunidade-quilombola>. Acesso em 18 de novembro de 2024.

A Figura 8 registra o dia 21 de setembro de 2013, dia em que aconteceu a cerimônia de certificação de Lagoa do Rocha junto à Fundação Cultural Palmares como comunidade quilombola. Da esquerda para a direita: dois representantes da CAR²⁶ - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, Reinaldo da Silva Santos (presidente da Associação dos Agricultores Familiares da Comunidade Quilombola de Lagoa do Rocha daquele período), José Joaquim Pinto (morador da comunidade, já falecido), Itamar (representante da CAR), Santo Batista de Almeida (vice-prefeito na época) e Francisco José Cardoso de Freitas (prefeito na época).

O quadro a seguir apresenta os aspectos gerais da comunidade Lagoa do Rocha.

²⁶ A CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, se trata de um órgão do governo do Estado da Bahia que atua no desenvolvimento regional, tendo como foco o “combate à pobreza, inclusão socioproductiva, qualidade de vida e sustentabilidade” e a missão de “promover o desenvolvimento regional por meio da inclusão socioproductiva”. Dentre outras questões, este órgão prioriza o fortalecimento da agricultura, convivência com a seca e segurança hídrica. Informações disponíveis em: <https://www.car.ba.gov.br/node/234> Acesso em 14 de mar. de 2025.

Quadro 05: Aspectos gerais da comunidade Lagoa do Rocha

INFORMAÇÕES GERAIS	
Comunidade	Lagoa do Rocha
Município	Lagoa Real – BA
Moradores	25 famílias, totalizando 67 moradores
Associação Comunitária	Associação dos Agricultores Familiares da Comunidade Quilombola de Lagoa do Rocha, fundada em 2011
Escola	Escola Municipal Professor Sebastião Joaquim Pinto
Igreja	Igreja de Nossa Senhora Aparecida
Certificação	18/04/2013 – Portaria nº 48\2013, Certidão emitida pela Fundação Cultural Palmares - nº do processo 01420.012071\2012 – 19
Situação Fundiária	Não titulada \ não possui processo no INCRA

Fonte: Elaborado pela autora.

Em linhas gerais, a Comunidade Quilombola Lagoa do Rocha, situada no município de Lagoa Real – BA, constitui um território tradicional formado por 25 famílias, totalizando 67 moradores, que mantêm vínculos históricos e culturais fortalecidos por sua organização comunitária e religiosa. Com uma associação fundada em 2011, uma escola municipal e a Igreja de Nossa Senhora Aparecida como referências locais, a comunidade conquistou o reconhecimento oficial como quilombola em 18 de abril de 2013, por meio da Portaria nº 48/2013 da Fundação Cultural Palmares. Apesar dessa certificação, observamos que a situação fundiária permanece indefinida, uma vez que não há processo de titulação em andamento junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o que evidencia a necessidade de avanços nas políticas públicas voltadas à regularização dos territórios quilombolas.

2.2 Modos de vida e experiências cotidianas da comunidade

O repartir de histórias e memórias dos moradores de Lagoa do Rocha, entrevistados nessa pesquisa, nos permitiu conhecer a pluralidade do modo de vida e diferentes experiências vivenciadas no passado e no tempo presente. Por meio de suas narrativas foi possível conhecer aspectos históricos daquele lugar, práticas laborais, festividades religiosas e outras manifestações culturais.

De acordo com Delgado (2003), as narrativas são meios importantes de resguardar e transmitir tradições e heranças identitárias, pois “contém em si força ímpar, pois é também instrumento de retenção do passado e, por consequência, suporte do poder do olhar da memória” (Delgado, 2003, p. 22). Dessa forma, a memória é uma forma de conexão entre o passado e o presente, permitindo que conhecimentos, tradições, saberes e fazeres sejam perpetuados entre gerações.

A produção econômica de Lagoa do Rocha, desde a chegada dos primeiros moradores, se organiza, sobretudo, a partir da relação dos moradores com a terra através da agricultura e pecuária. Dutra (2015) entende que viver e trabalhar no campo é o ponto central das culturas das sociedades tradicionais. Nesse sentido, as falas seguintes comprovam tal afirmação: “Trabaiava só nas roça, né? Prantava um mi, prantava feijão, prantava a maniva, né? Que é mandioca” (Moreira, 2024)²⁷.

Sr. Abel narra sobre o trabalho nas roças, coadunando com a narrativa de dona Ana que relembra a lida nas roças e traz informações sobre a existência do trabalho de “meia”²⁸. Ela diz:

Trabalhava assim prantando feijão, arroz a gente plantou, mandioca, milho, só que muito pouco porque a gente não tinha terra, a gente prantava de meia, aí agora partia aquela mantimento que tinha, partia, dividia ne? E era tudo coisinha pôca, puquê o povo era tudo fraco, né? Pá dizer que tinha gente que tinha, pá um ajudar o outro não, né? Então a gente foi criado desse jeito, sofreno, trabaiano assim de enxada pá ganhar o tustão, trabaiava pús ôtro, desse jeito (Santos, 2024).²⁹

As observações de Jorge José dos Santos seguem a mesma linha.

A hora que o dia amanhecesse, minha mãe, mais minhas tia, já ia todo mundo pra roça, cuidar, trabaia. E as crianças também. Eu com 12 anos eu já tinha minha enxadinha de eu ir pra roça trabaia. O que que acontece? Minha tia trabaiava aqui na fazenda chamada de Barrinha, aí elas era só muié. Vamos sipor, elas ganhava 5, numa comparação 5 conto por dia, aí elas levava eu, o cara, o gerente da fazenda me dava dois reais e cinquenta. Eles chamava eu 2 por um, eu muliquim, desse tamanhi assim (faz gesto com mão) trabaia direto lá mas ela [...] (Santos, 2024).³⁰

Sr. Jorge também discorre acerca do trabalho nas roças, destacando as dificuldades

²⁷ Abel José Moreira, entrevista concedida em 25 de agosto de 2024.

²⁸ Neste sistema, o trabalhador cultivava em terras de outra pessoa e reparte a produção com o dono da terra. É importante ressaltar que em algumas regiões do Brasil, o meeiro já deixa a terra plantada com capim, principalmente se forem área que associam produção e criatório.

²⁹ Ana Rosa dos Santos, entrevista concedida em 12 de novembro de 2024.

³⁰ Jorge José dos Santos, entrevista concedida em 25 de agosto de 2024.

vividas.

E outra, tinha hora que trabaiava ganhano o dinheiro e tinha ôtos que, tinha ôtos patrão que era tão ruim, ponhava a gente pra trabaíá de meia. Ocê ia lá prantava aquela roça ali, limpava e tudo, tinha que cuêr, a metade ser deles. Pegava livre lá. Dava num sei quantas limpa. Era sofrido (Santos, 2024).³¹

As narrativas da Sra. Ana e do Sr. Jorge trazem à tona um período de muitas dificuldades e escassez, situações que sempre fizeram parte da luta e resistência entre quilombolas das comunidades tradicionais. Fiabani (2008 *apud* Oliveira, 2001, p.14) nos ajuda a pensar essa resistência quando afirma que “se no passado o cativo resistiu ao cativo e lutou para ser livre, hoje o quilombola luta pelo direito à cidadania”.

O Sr. Jorge também revela, por meio de narrativas, a dinâmica do trabalho rural no contexto supracitado, evidenciando que a atividade agrícola era desempenhada de forma coletiva, envolvendo homens, mulheres e até mesmo crianças. Essa divisão do trabalho expõe a naturalização do esforço físico compartilhado entre os membros da família, independentemente da idade ou do gênero. Tal configuração revela um modelo de subsistência baseado na cooperação familiar, mas também levanta questões sobre as condições de trabalho infantil e a sobrecarga das mulheres nas tarefas do campo. A participação conjunta de todos na lida cotidiana reforça a ideia de que o trabalho na roça estava vinculado a uma função econômica, mas, sobretudo, constituía um elemento estruturante das relações sociais no meio rural.

Ao tratar das práticas laborais em Lagoa do Rocha registramos também o manejo da palmeira licuri que, por muito tempo, fora fonte de renda na comunidade, utilizada no artesanato para a confecção de peneiras, chapéus e sacolas, na culinária para a fabricação de óleo similar ao óleo de coco, e os frutos, popularmente chamados de coquinhos, também vendidos cozidos ou alocados em um cordão, formando uma espécie de rosário. Além disso, moradores retiraram o “pó de paia”³², cera de licuri³³, que era comercializada nas feiras de Monsenhor Bastos, em Cabajá, e Caetité.

O licuri, nome científico: *Syagrus coronata*, é também chamado por alicuri, aricuí, adicuri, cabeçudo, coqueiro-aracuri, coqueiro-dicuri, iricuri, oricuri, ouricurizeiro, uricuri e uricuriba (Rocha, 2009, *apud* Drumond, 2007). Conforme dados do Caderno do agente de

³¹ Jorge José dos Santos, entrevista concedida em 25 de agosto de 2024.

³² Termo utilizado por moradores/as de Lagoa do Rocha, ao se referirem ao material extraído com a raspagem das folhas do Licuri.

³³ Segundo o *Caderno de agente de assistência técnica e extensão rural*, ao raspar a folha da palmeira licuri, se obtém a cera de licuri.

assistência técnica e extensão rural³⁴, o *Syagrus coronata* pode ser encontrado nos biomas Caatinga e Mata Atlântica, chegando a penetrar no Cerrado e na restinga. Embora se estenda até o litoral, o licuri tem preferência pela Caatinga. A palmeira sertaneja, como também é conhecida, pode ser encontrada em Minas Gerais, Alagoas, Pernambuco, Sergipe e, principalmente, na Bahia, estado de maior concentração de licuris, sobretudo nos municípios de Maracás, Itiúba, Milagres e Senhor do Bonfim.

Larry Ronald Noblick, no trabalho “Palmeiras das caatingas da Bahia e suas potencialidades econômicas”, ao tratar da importância econômica do Licuri, afirma:

Nas épocas secas as folhas trituradas são utilizadas como ração para os animais. Em plena seca esta palmeira tem uma capacidade incrível de florescer e botar frutos de polpa adocicada e aproveitada tanto pelo povo como pelos animais. A amêndoa é rica em proteína e com o óleo de alta qualidade usado na cozinha e também foi usado na indústria de perfumaria no início deste século. Embora hoje as indústrias procurem o óleo para misturar com óleo de dendê e algumas indústrias usam este especificamente para fabricar sabão (Sabão Gareira). Os endocarpos secos também são procurados para fabricar correntes, em forma de rosários, passando o fio pelo fruto na amêndoa. O coco quebrado é um alimento suficiente para aves domésticas. A criação de galinhas no interior baiano é baseada principalmente na amêndoa do licuri como ração diária e não o tradicional milho. O coco quando verde e aferventado fornece amêndoas saborosas para fazer cuscus. Além de forrageira importante para o gado as folhas são utilizadas para cobertura de construções campestres, como também para paredes e as portas. As folhas são aproveitadas para cestas, mocós, espanadores etc. As folhas velhas, devido ao seu teor gorduroso, e são largamente usadas para confecção dos fochos para iluminação noturna ou queimar as formigas saúvas. [...] A folha nova de licuri é aproveitada para amarrar os enxertos e tem a vantagem de não aceitar a umidade, devido à riqueza em cera, o que garante melhor o enxerto. A cera é raspada das folhas [...] ele é de boa qualidade e com especificações semelhantes a cera de carnaúba (Noblick, 1986, p. 105 -106).

Mediante o exposto, vimos que do licuri tudo se aproveita: folhas e frutos do licurizeiro têm utilidades diversas, tornando-a uma espécie de grande importância socioeconômica (Rocha, 2009, p. 13). Em suas narrativas, Sra. Ana demonstra que tinha ciência da importância do vegetal: “A paia de coquêro, minha fia, dá muito resultado, viu? Dá muito resultado, a gente faiz muitas coisa de paia de coquêro” (Santos, 2024).³⁵

O licuri representa um patrimônio biológico de valor inestimável (Caderno do agente de assistência técnica e extensão rural, 2017). Dada a sua importância e significado para diversas populações, e por ser a principal fonte de alimento da arara-azul-de-lear (Rocha, 2009,

³⁴ Licuri: boas práticas para o extrativismo sustentável orgânico - Caderno técnico do Ministério do Meio Ambiente e Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, 2017.

³⁵ Ana Rosa dos Santos, entrevista concedida em 12 de novembro de 2024.

p. 3), existem leis que incidem sobre essa espécie e uma legislação específica sobre o Licuri, com vistas ao fortalecimento do seu manejo de forma sustentável. A Instrução Normativa nº 191, de 24 de setembro de 2008,

proíbe o corte do licuri nas áreas de ocorrência natural desta palmeira em Pernambuco, em Alagoas, no Sergipe, em Minas Gerais e na Bahia, devido à importância da preservação da arara-azul-de-lear, que tem como principal componente alimentar o seu fruto, que representa também fonte de alimento para inúmeros outros animais silvestres (Caderno do agente de assistência técnica e extensão rural, 2017, p. 11).

Além dessa normativa, o *Syagrus coronata* é também amparado pela Lei Estadual nº 13.908 de 29 de janeiro de 2018 que colocou esta espécie como Patrimônio Biocultural da Bahia (Bahia, 2018).

Em Lagoa do Rocha, a palmeira licuri ainda é encontrada nos terreiros de algumas casas, nos arredores da comunidade e nas margens das estradas que dão acesso àquele lugar. Não é difícil contemplar as bonitas palmeiras exibindo a fartura de seus frutos e suas palhas arqueadas que mais parecem coroas naquelas paragens do sertão. Nas figuras a seguir podemos observar a presença da palmeira na comunidade nos dias atuais.

Figura 09: Palmeira Licuri no largo da comunidade, ao lado da igreja



Fonte: Foto da autora (2024).

Figura 10: Palmeira Licuri ao fundo de ruínas de construção



Fonte: Foto da autora (2024).

Os usos e os significados da palmeira licuri ainda permeiam a memória de moradores mais velhos da comunidade. Sonia Aparecida de Siqueira, em seu artigo “Constituição da memória como fato social: visão de mundo e comportamento cotidiano”, discorre que “as recordações do passado são selecionadas a partir de um conjunto de memórias possíveis pela importância que tem para os indivíduos que as recordam e pelo seu peso na construção da identidade. As memórias partilhadas [...] evidenciam o significado que tem para o grupo (Siqueira, 1997, p. 118).

Ao rememorar os trabalhos com o licurizeiro, bastante comum na comunidade até meados de 1952, dona Ana nos contou:

Do coco licuri mais tirava da paia. Não tem aquelas paiona? Tirava aquelas... Oh minha fia ia pu mato tirava aquelas paiada, chegava, lascava tudo e agora ia rapá aquela paia pá tirar o pó pá vender. A gente viveu muito com esse pó de paia, viu? (Santos, 2024).³⁶

Os relatos da anciã revelam a utilização de um gancho em espécie de foice para retirar as palhas. A extração do “pó de paia” tinha que ser feita da palha ainda verde e, para isso, se utilizava uma faca. Ela ainda relatou que costumavam usar um pedaço de couro “pá mode não

³⁶ Ana Rosa dos Santos, entrevista concedida em 12 de novembro de 2024.

firir a perna. [...] um pedacinho, já trazia um pedacinho de côro, de sola, [...] pá gente marrar nas perna” (Santos, 2024).³⁷ A cera extraída da palha da palmeira Licuri era armazenada em um pote de barro e posteriormente em um saco de estopa para ser vendida ou trocada por produtos como feijão, arroz, rapadura e carnes.

Tinha hora que a hora que a gente rapava, que tirava o pó, já saia pra ir comprar coisa. Tinha vêiz que nem, num vendia não, trocava. Os dono dos negócio já trocava [...] o pó com o alimento... o feijão, o arrôiz, rapadura, pá gente. [...] tudo trocava. Cum pêxe, meu pai trôco muito com pêxe. O povo vindia pêxe, trocava cum o pêxe (Santos, 2024).³⁸

Quanto à finalidade do “pó de paia”, extraído das palhas do licurizeiro, alguns moradores afirmaram que não sabiam para que era utilizado e outros disseram que acreditavam ser utilizado na fabricação de copos, pratos e outros utensílios, como afirmou dona Ana: “Eles falava, minha fia, que era para fazer, fazia boneca, fazia tudo cuntuai. Fazia cuié, umas tachinha feito uns prato que ês fazia, copi” (Santos, 2024)³⁹. Em conversa informal com um morador idoso da comunidade de Monsenhor Bastos, em Cabajá, local onde se comercializava o “pó de paia”, obtivemos a informação que este era levado para o Sul da Bahia, no entanto o morador não tinha informações sobre a sua utilidade.

As literaturas que tratam da espécie *Syagrus coronata* indicaram que “a raspagem das folhas produz a cera que é empregada na fabricação de papel carbono, graxa para sapatos, móveis e pintura de automóveis (Rocha, 2009 *apud* Ramalho, 2008, p. 14). As Diretrizes e recomendações técnicas para adoção de boas práticas de manejo do licuri (*Syagrus coronata*) apresenta dados sobre a produção de cera de licuri no estado da Bahia. No ano de 1942 foram exportadas mais de 2.000 toneladas de cera. Em 1958, o estado exportou 450 toneladas; em 1959 foram 200 toneladas; em 1961 foram 150.

Assim como na agricultura havia a prática de trabalhar de “meia”, como já fora mencionado anteriormente, a extração do “pó de paia” do licuri também acontecia dessa forma. Segundo Jorge, “[...] diz que eles ia rapar um pó de paia chamado, pra ajudar ali, mais tinha que rapar no terreno. No terreno que eles entrava pá rapar tinha de dá a metade (Santos, 2024)⁴⁰. Dona Ana também relembra que “saia pá ir pum lugar chamado Capivara. Tirava a paia de mêa, durmia lá a sumana toda, só vinha no dia de sábado. Cê imagina o sofrimento pá tirar de amêia, mode a gente poder vender” (Santos, 2024)⁴¹.

³⁷ Ana Rosa dos Santos, entrevista concedida em 12 de novembro de 2024.

³⁸ Idem

³⁹ Idem

⁴⁰ Jorge José dos Santos, entrevista concedida em 25 de agosto de 2024.

⁴¹ Ana Rosa dos Santos, entrevista concedida em 12 de novembro de 2024.

As palhas do licurizeiro, além da extração do chamado “pó de paia”, eram utilizadas na prática do artesanato de confecção de peneiras, chapéus e esteiras⁴². Os frutos do licuri eram colhidos e utilizados na fabricação de óleo vendido nas feiras, bem como os frutos cozidos, como explícito na fala de dona Ana:

Cunzinhava o coco e levava pá vender ni Lagoa Riali. [...] o óleo de coco eu já vindi até oito lito de óleo de vêiz. Quando essas menina (aponta para as duas filhas que se encontravam na sala) era pequenininha, o meu esposo foi pá Sã Palo. Eu catava o coco. O coco era na birinha do terrêro, tinha munto coco, coquêro neh? Aí agora eu ia quebrano coco, juntava, torrava aquele coco, botava no pilão. Pilano tudo no pilão, não tinha muin nesse tempo ainda não, era no pilão que a gente pisava e fazia esse óleo, até oito lito já vindi, de vêiz (Santos, 2024).⁴³

A palmeira licuri foi bastante manejada em Lagoa do Rocha como uma importante fonte de renda, conforme registros orais. As narrativas ainda trazem indicativos de como os povos de comunidades tradicionais tecem suas relações com o território e seus recursos naturais como uma condição para o desenvolvimento sociocultural e econômico, geralmente utilizando-se de conhecimentos e saberes passados de geração para geração.

Nos dias de hoje, embora exista em quantidade significativa na comunidade e arredores, o seu uso se restringe à retirada das palhas para a alimentação animal e coleta dos frutos para consumo *in natura* dos próprios moradores, indicando que o manejo das formas diversas da palmeira licuri se extinguiram com o tempo ou sofreram modificações, restando apenas as lembranças que “às vezes afloram ou emergem, quase sempre é uma tarefa, uma paciente reconstrução” (Bosi, 1994, p. 39).

Atualmente, em Lagoa do Rocha, a agricultura e a pecuária são apenas para subsistência. São cultivados vários produtos como feijão, milho, cana de açúcar, batata doce, melancia, abóbora, árvores frutíferas, hortaliças e mandioca. Na pecuária destacam-se a criação de animais como bovinos, suínos, equinos e aves. Boa parte da alimentação das pessoas é produzida pelas próprias famílias.

A mandioca é uma importante fonte de alimento na região, pois dela se produz a farinha, polvilho, puba, entre outros. Em Lagoa do Rocha, a produção da farinha, no passado, era destinada à subsistência e em tempo de fartura era também vendida na feira de Lagoa Real,

⁴² A esteira é uma espécie de tapete. De acordo informações do site Wikipédia, pode ser feita de vários materiais, como taboa, sisal, palha e é muito usada no Nordeste do Brasil, inclusive em terreiros das religiões de matriz africana. Disponível em : <https://pt.wikipedia.org/wiki/Esteira>. Acesso em 26 de dez. de 2024.

⁴³ Ana Rosa dos Santos, entrevista concedida em 12 de novembro de 2024.

transportada por carros de boi ou nas cangalhas em jegues e/ou jumentos.

Dona Ana contou que antigamente a farinha era feita na única “casa de roda” (local utilizado para fazer a farinha) existente na comunidade, pertencente ao senhor Joaquim Pinto. Ao longo do tempo, outras pessoas foram construindo suas próprias “casas de roda”.

Dipois que todo mundo fêiz casa de roda, mais era uma casa de roda só. E agora o povo ia tudo paquela casa rapar mandioca. Fazia farinha, fazia beijú... Êi que gente já fazia beijú, aquela influênça. Quando era de fartura porque dipois que deu de fazer fartura, porque de quando não tinha, era mixaria, relava mandioca no ralo e fazia farinha na frigidêra (Santos, 2024).⁴⁴

Além do beijú, como citado por dona Ana, dos derivados da mandioca, como o polvilho e a puba, moradores da comunidade costumavam fazer também bolos e biscoitos que eram assados em fornos de barro, que resistiram ao tempo, sendo possível encontrá-los na comunidade nos dias atuais.

Figura 11: Antigo forno de barro na comunidade



⁴⁴ Ana Rosa dos Santos, entrevista concedida em 12 de novembro de 2024.

Fonte: Foto da autora (2024)

Até os dias atuais algumas pessoas da comunidade ainda usam o forno de barro, registrado na Figura 11, mas é mais comum o uso de forno feito de tambor de metal. A mandioca continua sendo cultivada na comunidade, mas a farinha produzida, bem como os outros derivados, são apenas para o consumo das famílias. De acordo com Natália, secretária da Associação dos Agricultores Familiares da Comunidade Quilombola de Lagoa do Rocha, “as vezes acontece de algum morador vender farinha e povilho” (Santos, 2024).⁴⁵

2.3 As festas religiosas e outras manifestações culturais

No que tange às festas religiosas e demais manifestações culturais, destaca-se, em Lagoa do Rocha, a festa da padroeira Nossa Senhora Aparecida, dos santos gêmeos - Cosme e Damião, Santos Reis, cavalgada, o artesanato e outros saberes. Por meio destas manifestações, moradores expressam sua fé, suas crenças, suas lembranças, suas dores, suas alegrias, se conectam com suas ancestralidades, rememoram tempos vividos e vivenciados e interagem com outros grupos. Glória Moura (2006, p. 335) entende que a

Festa sintetiza comunitário, é lente pela qual se vê a microssociedade: parentesco, meio ambiente, calendário agrícola, respeito a mais velhos, histórias de ancestrais, liderança feminina, conhecimento de plantas. Revela comportamentos, afetividades, valores humanos, símbolos, costumes, gestos herdados e aponta para negociações simbólicas entre comunidades negras e grupos com quem interagem.

Nesse sentido, os moradores de Lagoa do Rocha, em suas diferentes manifestações culturais, demonstram em suas celebrações o sentimento de serem parte da mesma comunidade, bem como seu modo de viver e de estar no mundo. Dessa forma, as festividades se configuram como formas de manutenção da identidade individual e coletiva daquele grupo. Sobre identidade, Sodré (1999, p.34) argumenta que

Dizer identidade é designar um complexo relacional que liga o sujeito a um quadro contínuo de referências, constituído pela intersecção de sua história individual com a do grupo onde vive. Cada sujeito singular é parte de uma continuidade histórico-social, afetado pela integração num contexto global de carências naturais, psicossociais e de relações com outros indivíduos, vivos e mortos. A identidade de alguém, de um “si mesmo”, é sempre dada pelo reconhecimento do “outro”, ou seja, a representação que o classifica socialmente.

⁴⁵ Natália Santana Duarte dos Santos, entrevista concedida em 17 de dezembro de 2024.

O autor estabelece um contexto relacional no processo de construção identitária ao passo em que sinaliza as referências ancestrais. Desse modo, o processo de construção identitária depende de uma série de fatores como o meio onde o sujeito está inserido, as relações com outros indivíduos, fatores culturais, sociais e políticos. Logo, “em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento” (Hall, 2011, p. 10).

No que diz respeito à identidade negra, Gomes (2005) afirma que esta ocorre de maneira gradual e é compreendida como uma “construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro” (Gomes, 2005, p. 43).

Entender a identidade, implica compreender o conceito de cultura que, de forma geral, assume múltiplas definições, variando conforme as abordagens teóricas e os campos do saber em que é explorado. Entre as diversas concepções, destacamos a contribuição do geógrafo Paul Claval, cuja abordagem é amplamente reconhecida nos estudos culturais. Para Claval (2001), a cultura consiste em um conjunto de valores, práticas, saberes e representações simbólicas compartilhadas por um grupo social, moldando seus comportamentos e formas de viver. É

[...] a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. A cultura é herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem suas raízes num passado longínquo, que mergulha no território onde os seus mortos são enterrados e onde seus deuses se manifestam. Não é, portanto um conjunto fechado e imutável de técnicas e de comportamentos (Claval, 2001, p. 63).

O autor conceitua cultura em uma perspectiva antropológica, entendida como o conjunto de conhecimentos, saberes e valores dos indivíduos na sociedade em que vive, e que são passados de geração para geração. Claval (2001) ainda destaca que a cultura não é estática, ou seja, não é experimentada passivamente pelas pessoas que a recebem como legado. “Os modelos que a cultura oferece não são [...] imutáveis. Inovações intervêm. [...] As culturas são realidades mutáveis” (Claval, 2001, p. 13).

Nos subcapítulos a seguir apresentamos as festas religiosas e outras manifestações culturais presentes em Lagoa do Rocha, elucidando as experiências dos sujeitos naquele território, as relações comunitárias que são tecidas e as narrativas de moradores.

2.3.1 A santa negra Aparecida

Em Lagoa do Rocha, a festa de Nossa Senhora Aparecida acontece no mês de outubro com o novenário e a missa. De acordo informações do *blog* Paróquia Bom Pastor, as novenas se tratam de um encontro para orações durante o período de nove dias.

A festa religiosa, de caráter tradicional na comunidade, é organizada por uma pessoa denominada festeiro, a qual representa sua família e assume a responsabilidade pelos preparativos do evento. A escolha do festeiro, anteriormente realizada por meio de sorteio, atualmente ocorre de forma voluntária: qualquer membro da comunidade que manifeste interesse pode se candidatar à função. A definição do responsável ocorre ao final da celebração da missa, momento em que a pessoa escolhida recebe a bandeira — ou estandarte —, símbolo que permanece sob sua guarda até a festa do ano seguinte, representando seu compromisso com a organização do evento.

Os preparativos contam com o apoio da família do festeiro e com a participação ativa da comunidade como um todo. Adultos, idosos, jovens e crianças colaboram de forma coletiva, realizando tarefas como a limpeza da igreja, o preparo dos alimentos que serão servidos no dia da celebração e a ornamentação do espaço. Essa mobilização reforça os laços comunitários e a importância da festividade como expressão cultural e religiosa.

Sobre a organização da festa, Santina Abília Duarte, ministra da igreja, expõe:

As pessoas na hora da celebração da missa, no final, que a pessoa se dispõe pra falar que quer a missa, a gente não faz o sorteio, que antes fazia o sorteio. Aí depois ficou naquela, a gente cortou esse sorteio, deixou pra quem quiser pegar a festa. Então fica assim, quando a comunidade, ninguém se manifesta pegar a festa, aí fica para toda a comunidade, mas no dia ou tem o festeiro ou não, a gente tá todo mundo ajudando na organização da festa. [...] os festeiros faz os preparativos, e a gente colabora do jeito que a gente pode, com a ajuda, se quiser também doar alguma coisa para o alimento. É desse tipo, igual você viu, é todo mundo. O jeito de fazer a festa de Nossa Senhora Aparecida, é daquele jeito ali que você viu (Duarte, 2024)⁴⁶.

A narrativa evidencia aspectos da vida comunitária como a solidariedade. Pessoas de comunidades circunvizinhas também costumam participar dessa expressão de fé e devoção à padroeira da comunidade Lagoa do Rocha. Por meio das novenas, procissão, cânticos, ladainhas e testemunhos de graças alcançadas, os devotos e as devotas exteriorizam sua fé e amor à Nossa Senhora Aparecida.

⁴⁶ Santina Abília Duarte, entrevista concedida em 16 de outubro de 2024.

No dia da missa, costuma-se realizar a procissão na qual homens, mulheres e crianças se reúnem em caminhada em um determinado percurso, levando a bandeira ou o andor de Nossa Senhora Aparecida. Numa demonstração de fé, percorrem o caminho rezando ladainhas, terços e cantando hinos de louvores à padroeira, como podemos testemunhar nas figuras 12 e 13.

Figura 12: Procissão com bandeira de Nossa Senhora Aparecida - 2024



Fonte: Foto da autora (2024)

Figura 13: Procissão com bandeira e andor de Nossa Senhora Aparecida



Fonte: Jarbas Almeida Sousa Novais (2024).

Moradores mais velhos afirmam que a origem dessa festa religiosa, assim como a escolha de Nossa Senhora Aparecida como padroeira da comunidade, foi em função de uma graça alcançada. Uma das filhas do Sr. Claudimiro José Moreira, teria tido sua saúde reestabelecida pela intercessão de Nossa Senhora Aparecida. Sua devoção fora o prelúdio da festa em louvor à santa. De acordo com Jorge José dos Santos, morador da comunidade, “o primeiro encontro foi na casa dele, lá em cima, aí por isso que ele tinha o quadro de Nossa Senhora Aparecida [...], ponho lá. Por isso que ficô, a padroeira aqui é Nossa Senhora Aparecida, pelo irmão de Abeli. Foi ele que fez essa maior força”⁴⁷ (Santos, 2024). A moradora, Dona Ana, ao revisitar suas memórias também se recorda deste fato:

A primeira, a primeira dia que fez a comunidade, foi na casa de Nego, foi seu Joaquim Matos que vêi na casa de Nego. O primeiro culto que teve celebrô, celebrô na casa dele, que ele era muito influído com essas coisa. Agora de lá, falou assim: agora todo dia vai numa casa. Agora ficô ino numa casa, vai ni uma, vai ni ôtra, um dia ni uma, um dia ni ôtra, até nós dicedeu fazer a igreja. Pá fazer aquela igreja, cê vê, moça, que minino carregô barro até ni cuia, ni coité, pá levar pá fazer os adobe (Santos, 2024)⁴⁸.

Na fala de Dona Ana, percebemos o esforço e empenho dos moradores na construção da igreja. O final de sua narrativa nos remete ao poema/prosa “Os trabalhos da mão”, de Alfredo Bosi, que trata do desenvolver dos trabalhos manuais, como está explícito no fragmento a seguir:

Morar é possível porque mãos firmes de pele dura amassam o barro, empilham pedras, atam bambus, assentam tijolos, aprumam o fio, trançam ripas, diluem cal virgem, moldam o concreto, argamassam juntas, desempenam o reboco, armam o madeirame, cobrem com telha, goivo ou sapé, pregam ripas no forro, pregam tábuas no assoalho, rejuntam azulejos, abrem portas, recortam janelas, chumbam batentes, dão à pintura a última demão (Bosi, 1977, p. 48).

De acordo com os relatos, a construção da igreja é datada da década de 80, idealizada pelo Sr. Claudimiro José Moreira. O local de construção da igreja é relatado pelo Sr. Abel José Moreira: “Foi meu irmão que disse que inventou fazer uma via Sacra. Tinha um pé de Surucucu, aí limpavam. Ou eu era mais pra lá e construíram pra cá, não sei né? Aí tem essas história dele, que ele inventou isso e deu certo” (Moreira, 2024)⁴⁹.

As origens dos festejos em louvor a Nossa Senhora Aparecida, e a forma como mantém

⁴⁷ Jorge José dos Santos, entrevista concedida em 25 de agosto de 2024.

⁴⁸ Ana Rosa dos Santos, entrevista concedida em 12 de novembro de 2024.

⁴⁹ Abel José Moreira, entrevista concedida em 25 de agosto de 2024.

e conduzem essa tradição ao longo dos anos, demonstram o espírito de religiosidade dos moradores de Lagoa do Rocha.

A seguir, apresentamos algumas imagens que ilustram os festejos de Nossa Senhora Aparecida.

Figura 14: Igreja de Nossa Senhora Aparecida



Fonte: Foto da autora (2024)

Na figura anterior, a igreja encontra-se lotada no dia do festejo de Nossa Senhora Aparecida, o que indica a devoção à padroeira. Muitos fieis posicionaram-se na calçada em frente à porta principal da igreja e outros na lateral direita, embaixo de uma corbertura feita com lona plástica para protegerem-se do sol.

Figura 15: Preparo do almoço para a festa da padroeira - 2024



Fonte: Foto da autora (2024).

A Figura 15 apresenta a preparação da refeição servida para todas as pessoas presentes na missa da padroeira. A alimentação comumente é preparada pelas mulheres que, com espírito de solidariedade, fazem deste um momento de união e partilha. Já a Figura 16 mostra o momento do almoço que, geralmente, acontece na sede da associação de moradores, localizada ao lado da igreja, demonstrando que este espaço é também utilizado para momentos de socialização.

Figura 16: Almoço durante os festejos de Nossa Senhora Aparecida



Fonte: Foto da autora (2024)

2.3.2 Os santos gêmeos

“Mãe que tem filho *manbaço*, deve ter, por *divução*, todo ano festejar São Cosme e São Damião” (Santos, 2024. Grifos nossos).⁵⁰ Foi com essa prece aos gêmeos São Cosme e São Damião que uma das anciãs da comunidade relembrou um fato que teria motivado a celebração aos santos em Lagoa do Rocha.

Ao ser perguntada sobre os festejos de Cosme e Damião, dona Ana narra:

E essa famia nossa é uma famia de muito, tinha muito menino gêmeos, minha fia, aí agora o povo já falava. Uma vêiz passô uma rumeira e falô assim com uma tia do meu esposo, ela falô assim: cêis reza, toma, deu um santo Cosme e Damião pra ela, cêis reza pra esse santo aqui, São Cosme e São Damião. Aí ela pegou aquele santo e levou pra casa dela. Aí quando ieu ganhei os meus minino gêmeos, aí ela falô cê picisa ficar rezano São Cosme e São Damião, que o bendito fala assim: Mãe que tem filho manbaço, deve ter por divução, todo ano festejar São Cosme e São Damião. Aí ela falava assim comigo, aí eu falei mais os meu morreu, dipois tornei ter ôtro parto de dois, morreu (Santos, 2024).⁵¹

Conforme se observa na narrativa, a origem dos festejos dedicados a São Cosme e São Damião está associada à frequência de nascimentos de gêmeos na comunidade. Em razão dessa

⁵⁰ Ana Rosa dos Santos, entrevista concedida em 12 de novembro de 2024.

⁵¹ Idem

característica local, uma mulher que passava pela região em romaria a Bom Jesus da Lapa teria apresentado os moradores com uma imagem dos santos gêmeos, sugerindo que rezassem a eles. Esse gesto é compreendido como o marco simbólico do início da devoção, que, com o tempo, consolidou-se como uma prática religiosa significativa no contexto comunitário. Dona Ana relata que rumeiros⁵², com destino a Bom Jesus da Lapa, iam a pé e costumavam passar por Lagoa do Rocha.

Morena Freitas (2019, p.2), no trabalho intitulado “Correndo atrás de doce: socialidades na festa de Cosme e Damião no Rio de Janeiro”, trata do quão longínqua é a origem de Cosme e Damião no Brasil. Segundo a autora, os santos gêmeos chegaram ao Brasil no ano de 1535, e que o capitão Afonso Gonçalves teria mandado erguer uma igreja em homenagem aos santos na capitania de Duarte Coelho. Tal construção faz parte do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) desde 1951, sendo também matriz da cidade pernambucana de Igarassu.

Cosme e Damião foram sincretizados com os erês (espíritos de criança) nas religiões afro-brasileiras. Dias (2014, p.28) afirma que “no candomblé Cosme e Damião são filhos gêmeos de Xangô e Iansã. Embora os santos sejam adultos, a devoção aparece extremamente ligada a criança”. Como é recorrente nas falas de Dona Ana, a celebração a Cosme e Damião em Lagoa do Rocha, relaciona-se à preponderância de nascimentos gemelares na comunidade. Embora tenha tido dois partos de gêmeos, a entrevistada nos contou que não chegou a fazer celebrações para os santos, pois seus filhos gêmeos, nas duas gestações, vieram a óbito; ainda assim, costumava participar das celebrações que tinha na comunidade.

De acordo Santana (2019) os festejos em louvor a São Cosme e Damião em Lagoa do Rocha teria iniciado em 1945 pela já falecida Ana Rosa de Jesus. Porém, em conversas com moradores, constatamos que as celebrações a Cosme e Damião teriam sido interrompidas, vindo a acontecer novamente no ano de 1994, na casa de dona Rosa que é mãe de gêmeos. A autora ainda afirma que nessas celebrações geralmente se serve caruru e que as pessoas costumam confraternizar dançando forró até o amanhecer.

Dona Ana relembra o nascimento de outros gêmeos na comunidade e em comunidades vizinhas, e que todos costumavam participar da festa na casa de dona Rosa.

Quando os de Rosa, cê vê quando Rosa ganhô aqueles minino, três muié na Lagoa do Rocha ganho minino gêmeo. Num ano só. [...] Tinha uma mulher lá também que teve parto de minino mambaço. Esses dai tombém tudo frequentava, ajudava na festa. Tinha muito. Tinha umas prima nossa lá da Boa

⁵² De acordo o Dicionário Aulete Digital, romeiro é “indivíduo que toma parte em romaria, que por sua vez se trata de uma “peregrinação de caráter religioso a um santuário” (Aulete Digital, 2015). Disponível em: <https://www.aulete.com.br/romeiro> Acesso em 21 de dez. de 2024.

Vista, que era mambaço tombém, vinha ajudar na festa (Santos, 2024).⁵³

O dia dos festejos a Cosme e Damião, de acordo com a moradora, envolve a participação de nativos e pessoas de comunidades vizinhas celebrando um momento de devoção, solidariedade e partilha.

Nos últimos anos não aconteceu a celebração a Cosme e Damião em virtude da Pandemia do Covid-19 e, posteriormente, devido aos problemas de saúde enfrentados pela família de dona Rosa, organizadora da festa na comunidade. Ainda de acordo com a moradora, a celebração aos santos gêmeos se restringiu em rezar a ladainha apenas com as pessoas de sua família.

Na Figura 17 observamos a bandeira e imagens dos santos gêmeos em uma das festas realizadas na comunidade. Não foi possível identificar o ano de realização da celebração mostrada na fotografia.

Figura 17: Imagens e bandeira de São Cosme e Damião



Fonte: Instagram (2021)⁵⁴

⁵³ Ana Rosa dos Santos, entrevista concedida em 12 de novembro de 2024.

⁵⁴ Disponível em: https://www.instagram.com/tv/CO3LtWVgU-RoNNhxlk_3BZ3TMxrGKiSwWZ-8PM0/?igsh=b2NsdWVhemRwdz13 Acesso em: 17 de dez. de 2024.

Figura 18: Imagens de São Cosme e Damião na residência de dona Rosa



Fonte: Foto da autora (2024)

Na Figura 18, há imagens de São Cosme e Damião em altar na casa da moradora dona Rosa. Junto à imagem dos santos gêmeos, vimos uma imagem de Nossa Senhora Aparecida, um crucifixo e pequenos enfeites de resina.

Neste subcapítulo, percebemos a presença marcante de elementos religiosos enraizados na cultura local, os quais exercem influência significativa na construção da identidade coletiva da comunidade quilombola em questão. As devoções a santos como Cosme e Damião, bem como à Nossa Senhora Aparecida, revelam a sincretização entre práticas religiosas que configuram importantes marcos simbólicos na história da comunidade. Tais manifestações de fé cumprem um papel central na consolidação dos valores comunitários, fortalecendo laços sociais e preservando tradições que atravessam gerações. Dessa forma, a religiosidade popular se revela como um elemento estruturante da vida social e cultural desse povo, contribuindo para a manutenção de sua memória histórica e para a resistência de sua identidade frente às transformações socioculturais contemporâneas.

2.3.3 O Terno de Reis: “Abra a porta e acendi a luiz, vem receber seus reiseiro”

“Hoje é o dia de Santo Reis, anda meio esquecido, mas é o dia da festa de Santo Reis”. Valendo-nos da canção composta por Márcio Leonardo, interpretada pelo saudoso Tim Maia e outros nomes da música brasileira, sigamos abordando sobre os festejos religiosos em Lagoa do Rocha, evidenciando o Terno de Reis.

Delgado (2001) informa que a tradição dos reiseiros é muito antiga no município de Lagoa Real. Os reiseiros, aos sons de zabumbas, gaitas e pandeiros, em clima de fé e alegria, revivem o anúncio do nascimento do Deus Menino.

Daiane Fontes e Juracy Assmann Saraiva (2018), na pesquisa sobre os reisados de Boa Nova, Bahia, afirmam que a Festa de Reis se originou na Europa e foi trazida ao Brasil pelos colonizadores portugueses e espanhóis, e que ainda hoje é mantida, principalmente pelas comunidades rurais. Os autores sinalizam a importância da memória familiar e/ou coletiva para a continuidade dos costumes referentes à festa.

Em Lagoa do Rocha, a Festa de Reis atravessa gerações. De acordo os relatos de moradores, lá sempre existiu os ternos de reis. Dona Ana Rosa, de 83 anos, rememora que na sua infância já se vivia essa tradição: “Já tinha, já, já, vixe” e que em sua família “era quase tudo reiseiro” (Santos, 2024)⁵⁵. A entrevistada declama os versos entoados pelos reiseiros ao adentrar o terreiro das casas, convidando os anfitriões a abrirem a porta: “senhor, dono da casa, chego aqui no seu têrrero, tô aqui no seu têrrero, abra a porta e cendi a luiz, vem receber seus reiseiro, vem receber seus reiseiro” (Santos, 2024).⁵⁶

Os instrumentos utilizados durante a confraternização também são mencionados pela moradora da comunidade: “zabumba, a caixa, a gaita, o pandeiro e um currinchá. O currinchá era cumprido assim... agora a gente, eles ficava passando um pauzim assim... tequetem, tequetem, tequetem” (Santos, 2024)⁵⁷. Conforme o relato, tais objetos eram produzidos de forma artesanal pelos próprios reiseiros, utilizando madeira extraída da comunidade. A fabricação dos instrumentos era ensinada pelos mais velhos aos mais jovens, o que revela uma expressiva manifestação de saberes tradicionais transmitidos oralmente entre as gerações. Essa prática configura-se como um bem cultural imaterial e representa elementos identitários e patrimoniais da comunidade.

Apesar das mudanças ao longo do tempo, a tradição é mantida. “Inda tem o terno de

⁵⁵ Ana Rosa dos Santos, entrevista concedida em 12 de novembro de 2024.

⁵⁶ Idem

⁵⁷ Idem

reis, mais agora é mais difiço. Agora já é, já é esse povo mais novo [...] todo ano ês canta o terno de reis” (Santos, 2024)⁵⁸.

Para Hall (2003, p. 259 - 260), os elementos da tradição podem ser reorganizados e adquirem novos significados e relevância, ou seja, a tradição não se trata apenas de meras persistências dos velhos modelos. A busca de informações acerca do reisado, na atualidade, se deu através de uma roda de conversa com alguns integrantes do terno de reis. Debaixo de uma mangueira, e ao som do canto de passarinhos, conhecemos aspectos dessa importante manifestação cultural de Lagoa do Rocha. A Figura 19 apresenta esse momento de diálogo e ludicidade.

Figura 19: Roda de conversa com componentes do Terno de Reis



Fonte: Acervo da autora, (2024).

Entre os dias primeiro e seis de janeiro, os reiseiros saem de casa em casa anunciando a chegada do Deus Menino. O Terno de Reis, no entanto, não costuma acontecer em todos os anos. Reinaldo da Silva Santos, líder atual do grupo, contou que “tem tempo que fica um tempo parado, depois volta. As vêiz tem ano que a gente não sai, [...] mais sempre existiu (Santos, 2024).⁵⁹

Ainda que não aconteça a peregrinação pelas comunidades em todos os anos, os

⁵⁸ Ana Rosa dos Santos, entrevista concedida em 12 de novembro de 2024.

⁵⁹ Reinaldo da Silva Santos, entrevista concedida em 26 de dezembro de 2024.

participantes do Terno de Reis sempre se reúnem ou acompanham outros ternos que passam pela comunidade.

[...] As vêiz a gente não sai, mais passa outro terno, de ôtras comunidade, a gente acompanha, a gente que gosta, que acompanha naqueles dia. As vêiz a gente pega aí, igual a turma nossa junta num lugarzinho aí, numa casa, debaixo do pé de manga, faiz uma apresentaçõzinha, não fica parado de tudo não (Santos, 2024)⁶⁰.

Essas apresentações citadas pelo entrevistado são normalmente chamadas de “brincadeira de bumba”, como podemos observar na figura a seguir.

Figura 20: Card de divulgação de “Brincadeira de bumba”



Fonte: Imagem divulgada via Whatsapp (2024).

No ano em que o Terno de Reis sai em peregrinação, percorrem comunidades da região entre os dias primeiro e seis de janeiro, cantando de casa em casa, levando a tradição do reisado.

Dia primeiro de janêro, a gente sai de madrugada e chega dia 6. Cantano reis... dia e noite, as vezes dorme um pôco na casa de um, no ôtro dia na casa de ôtro. [...] no dia 6, aí tem a chegada, aí faiz um almoço ali pros reiseiros,

⁶⁰ Reinaldo da Silva Santos, entrevista concedida em 26 de dezembro de 2024

pessoal da comunidade. E depois a gente marca outra festa com o dinheiro arrecadado, que a gente passa arrecadando o dinheiro, a gente marca uma data, com o dinheiro arrecadado, aí faiz uma festa, chama as comunidade onde a gente passô, comunidade vizinha e o povo em geral. [...] Ai agora no dia junta a comunidade toda, e as mulherada lá mexeno, fazem as comida, os homi fazeno latada e arrumano o terrêro (Santos, 2024)⁶¹.

A festa acontece em uma data marcada, em clima de motivação e envolvimento entre os moradores da comunidade reforçando os vínculos entre presente e passado. O líder do grupo também falou sobre os instrumentos utilizados, que

são as gaitas, e os carrinchá, uns chama de carrinchá outros chama de maxixe (risos). É o bumba, a gente usa bumba e a caixa. Ah, tem vêiz que a gente usa pandêro, mais, mais nós aqui mermo não é muito chegado a pandêro não, mais tem hora que aparece um que gosta do pandêro, aí nós tira um bicho daquele lá (*aponta para os instrumentos*) e bota o pandêro (Santos, 2024)⁶².

A partir da narrativa percebemos que, atualmente, os reiseiros usam os mesmos instrumentos usados no passado, como já fora citado pela moradora dona Ana.

A Figura 21 mostra os instrumentos que foram citados, com exceção do pandeiro.

Figura 21: Instrumentos utilizados pelos reiseiros



Fonte: Foto da autora (2024)

⁶¹ Reinaldo da Silva Santos, entrevista concedida em 26 de dezembro de 2024.

⁶² Idem

Na comunidade, ainda há um morador que faz os instrumentos artesanalmente e utiliza couro de bode, madeira, ferro e cano PVC (Policloreto de Vinila). Alguns componentes do Terno de Reis se lembram que da confecção das gaitas em que se utilizava a taboca (*Guadua weberbaueri*), planta que era facilmente encontrada na comunidade. Sinalizaram, também, que hoje em dia se utiliza o compensado na confecção do bumba, mas que em tempos antigos era utilizada apenas a madeira bruta.

O reviver da anunciação do nascimento do Deus Menino conta também com a participação feminina. Uma das quilombolas de Lagoa do Rocha, que hoje reside na cidade de Caetité-BA, costuma participar do Terno de Reis. A moradora Aparecida, de 41 anos, com admiração, afirmou: “Nossa! Ficou muito bonito, e ela é de garra mermo porque ela sim teve aquela coragem, falar: Não, eu vou fazer isso aí! Depois que cantou reis, veio, fez a festa para todo mundo, maior organizada na casa dela” (Pinto, 2024)⁶³.

A fala da moradora denota o orgulho e admiração de ver a participação de uma mulher nessa importante manifestação cultural da comunidade. Nesse contexto, a expressividade da figura feminina é um fato recorrente em comunidades quilombolas. Por meio dos relatos orais, das conversas informais com moradores, e da observação de fotografias, foi possível constatar que em Lagoa do Rocha as mulheres sempre estiveram presentes nas atividades laborais, práticas do artesanato, manuseio das plantas medicinais e nas demais tradições mantidas na comunidade, inclusive o Terno de Reis, como já fora mencionado. Em Lagoa do Rocha, “tinha o terno só delas, das muié”, é o que afirma, com saudosismo e alegria, Dona Ana Rosa: “E no dia da festa, êi diá, no dia da festa das minina, êi que era uma festa boa!” (Santos, 2024)⁶⁴. Esse momento da entrevista trouxe à tona uma memória muito especial de dona Ana ao narrar, com alegria, a diversão das “festa das minina”.

Ao tratar da expressividade feminina em comunidades quilombolas, é importante registrar a pesquisa intitulada “Mulher quilombola: trajetória e memórias de Bezinha”, de Géssica Maria Silva São José e Núbria Regina Moreira. Neste trabalho, as autoras, à luz da trajetória de Bezinha, abordam sobre o papel das mulheres na sociedade, na preservação da memória, entre outros. Este texto faz parte do livro “Narrativas Ancestrais” organizado por Luzi Borges, Marise de Santana e Washington Nascimento, que apresenta diferentes histórias e trajetórias de mulheres na Bahia.

O grupo de terno de reis não vive isoladamente. O “passar de casa em casa”, tão recorrente nas falas de moradores de Lagoa do Rocha, indicam a articulação do grupo na própria

⁶³ Aparecida da Silva Lima Pinto, entrevista concedida em 25 de agosto de 2024.

⁶⁴ Ana Rosa dos Santos, entrevista concedida em 12 de novembro de 2024.

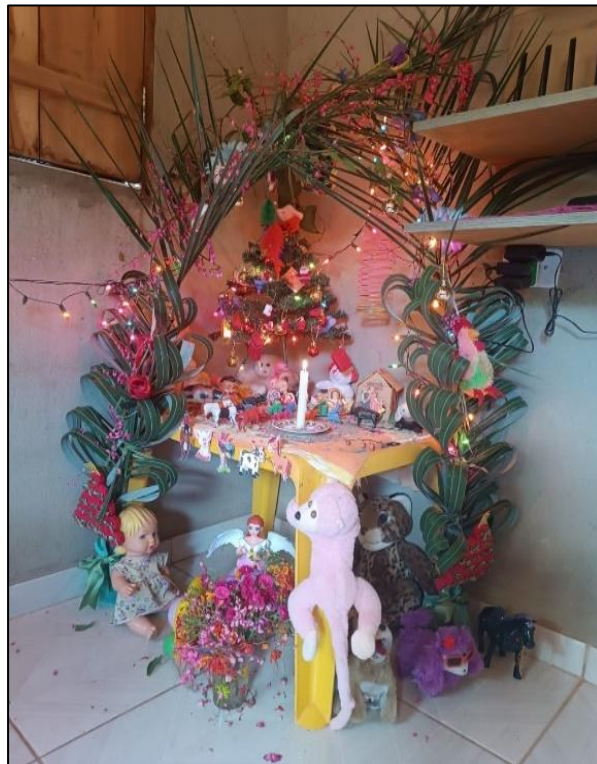
comunidade e com outros grupos sociais. A fala de dona Ana Rosa atesta essa afirmação “ia em ôtas comunidade. Saia longe. Como eles ia longe, como vinha reiseiro também de longe cantar lá na Lagoa do Rocha” (Santos, 2024)⁶⁵. Nesse contexto, a moradora Aparecida também nos diz:

“[...] Todo ano os reis passa aqui, o Santo Reis. [...] quem tem a lapinha canta na lapinha, quem não tem só faiz o samba deles ali. [...] é a reza ali que eles faiz em forma, vamos supor, como se fosse uma música, que se torna aquele cântico neh? Mas quando não é um, é outro, passa quatro, cinco, seis... Direto, é dia e noite, cê só ver passando grupo de Terno de Reis (Pinto, 2024).⁶⁶

Como fora abordado pela moradora, os reiseiros, ao adentrarem as casas, cantam e se apresentam em volta do presépio também chamado de lapinha, que é o local destinado ao Deus Menino. Os presépios ganham forma à medida em que vão sendo ornamentados com enfeites diversos. Na gruta, são colocadas imagens do Deus Menino, Nossa Senhora e os Reis Magos.

Nas figuras 22 e 23 podemos observar presépios feitos por moradoras de Lagoa do Rocha.

Figura 22: Presépio na casa de Reinaldo



Fonte: Foto da autora (2024).

⁶⁵ Ana Rosa dos Santos, entrevista concedida em 12 de novembro de 2024.

⁶⁶ Aparecida da Silva Lima Pinto, entrevista concedida em 25 de agosto de 2024.

Figura 23: Presépio na casa de dona Rosa



Fonte: Foto da autora (2024).

Nas festas de reis, “a devoção e diversão se entrecruzam” (Dutra, 2016, p. 108). Por meio dos relatos dos moradores podemos perceber a dinamicidade destes festejos e os seus significados para a comunidade. Para além da devoção, os festejos se configuram como “um momento de alegria, de encontrar com os amigos, com as pessoas, conversar, isso aí é muito bom demais” (Santos, 2024)⁶⁷. Desse modo, seguem mantendo viva essa tradição, com o intuito de

manter a cultura, relembrar os três reis [...] E quando chega assim final, do dia 25 de dezembro, primeiro de janeiro até o dia seis, se a gente não ouvir uma pancada de bumba, parece que num começô o ano. Pra mim é isso. Naquele tempo que a gente viveu aquela pandemia mermo, parece que passo três anos aí num só, que a gente não via, não sabia, é isso (Santos, 2024)⁶⁸.

2.3.4 Dos cestos aos candeeiros de barro: o artesanato

O artesanato é um dos aspectos mais significativos das manifestações culturais da comunidade Lagoa do Rocha. Transmitido de geração em geração, esse saber popular revela a criatividade dos moradores e sua relação afetiva com o território, os recursos naturais

⁶⁷ Antônio José dos Santos, entrevista concedida em 26 de dezembro de 2024.

⁶⁸ Reinaldo da Silva Santos, entrevista concedida em 26 de dezembro de 2024.

disponíveis e as tradições locais. As peças artesanais produzidas, como bordados, cestarias e objetos de palha, refletem a identidade cultural da comunidade e desempenham um papel importante tanto na valorização da memória coletiva quanto na complementação da renda familiar.

Ricardo Gomes Lima (2009), no artigo “Artesanato e arte popular: duas faces de uma mesma moeda”, afirma que artesanato se refere a um ofício ou objeto cuja origem é eminentemente manual. São as mãos que executam o trabalho. Elas são o principal, senão o único instrumento utilizado na construção do objeto. A utilização de ferramentas, incluindo máquinas, ocorre apenas de forma suplementar, como apêndice ou extensão das mãos, sem ameaçar a sua posição dominante.

Em Lagoa do Rocha, o artesanato, para além do uso doméstico, já foi tido como fonte de renda. Segundo relato de moradores, muitos costumavam fazer chapéus, sandálias de pneus, objetos de barro, peneiras, sacolas e outros objetos de palha e cestos de cipó caítitu (*Adenocalymma sp. Bignoniaceae*) e taboca (*Guadua weberbaueri*), plantas que existiam em grande quantidade na comunidade e que hoje em dia tornou-se escassa.

Sob a luz das narrativas de Dona Ana, percebemos como os objetos feitos pelas mãos habilidosas das mulheres de sua família estavam presentes em seus cotidianos, refletindo aspectos do modo de vida daquela comunidade. Se reportando a eles, dona Ana nos conta sobre festas, casamentos, partos, entre outros. Ela expõe sobre os objetos feitos por sua família:

Tudo nois fazia. Não dá nem pá gente contar cuma que a gente passava, porque o povo dagora não acredita. Não acredita. Cê vê, mamãe vazia panela de barro, fazia pote, fazia buião. Cê já ouviu falar de buião? (*risos*) Buião era um negócio de fazer, botar no fogo feito uma isculateira pá fazer o café. Aquele buiãozão, botava asa, a asa. As vazia, os copim de nós beber o café e dá uma pessoa a hora que chegasse, os pratos de barro (Santos, 2024)⁶⁹.

Santana (2019, p. 14) afirma que “antigamente, eram feitas também panelas e vasilhas de barro em geral para a venda [...]”. Dona Ana fala sobre a venda na própria comunidade em ocasiões como festas de casamento e partos, bem como nas feiras. Em um misto de saudosismo e melancolia, ela nos disse:

Fazia pá vender. E quando tinha aqueles povo que era mais maior lá da Lagoa do Rocha, quando ia fazer uma festa, já incumendava os tacho pá mamãe fazer. A minha mãe, a minha sogra fazia aqueles tachão de barro pá cozinhar as carne, cunziar feijão, arroz. Era desse jeito. Não tinha coisa de alumínia

⁶⁹ Ana Rosa dos Santos, entrevista concedida em 12 de novembro de 2024.

não. Não tinha uma casa pá ter coisa de alumínio não. Era tudo barro. [...] as muié quando tava pá parir, então já mandava incumendá aqueles... mamãe pá fazer aquelas candeias pra elas, pá levar pá colocar azeite (Santos, 2024)⁷⁰.

Sobre a venda nas feiras ela acrescenta:

Tinha uma feirinha. Inventô uma feira no Monsenhor Bastos, neh? Cabajá. Então quando inventô aquela feira, aí elas pegavam aquelas vazia, nós fazia aquele muntuero de nós pá ir levar na cabeça. Aquelas menina lá da Lagoa do Rocha que era tudo amiga da gente né, que não era parente, mas era tudo amiga, já tinha aquela influência pra ir mais mamãe e a minha sogra. Levava panela pra vender. Panela, prato, tudo cuntuai. Butija. Tem coisa que eu falo que ocêis nem sabe o que que é. (risos) Levava pá vender lá no Cabajá (Santos, 2024)⁷¹.

A narrativa de dona Ana, quando aborda sobre a venda dos objetos de artesanato nas feiras, coaduna com a fala de Jorge José dos Santos:

Nois ia pra feira, eu minino mais ele. Eu quase do tamanho desse aqui (aponta para seu filho), já sabia fazer esse cesto. Ai nois quiria ir pra Cabajá, e nois não tinha dinheiro. Ai um cesto desse ai, chegava lá vendia, dava procê comprar um chimanguin procê comer. Nois ia pra feira com ele direto. Deu dia de domingo ele ia pra Cabajá, ai nois ia mais ele (Santos, 2024)⁷².

Por meio dos relatos, é possível perceber a diversidade dos trabalhos artesanais desenvolvidos na comunidade, bem como as dificuldades enfrentadas no passado. Tais adversidades, por sua vez, revelam-se recorrentes na trajetória histórica de luta e resistência dos povos quilombolas.

O artesanato em Lagoa do Rocha era feito quase que exclusivamente com elementos da natureza presentes na comunidade, como o barro, a palha da palmeira licuri, as plantas, como taboca, cipó caititu e o algodão, sendo este último utilizado para fazer itens das vestimentas e as puxadas⁷³ que eram utilizadas nos candeeiros feitos de barro. Ste fato é lembrado por Dona Ana:

Mamãe fazia o azeite de mamona, agora botava, fazia aquelas puxada, botava nas candeias pá lumiar, e ia pu mato caçar lenha pá acender o fogo no meio da casa pá gente.. A candeia era a hora que chegasse uma pessoa, pá lumiar a

⁷⁰ Ana Rosa dos Santos, entrevista concedida em 12 de novembro de 2024.

⁷¹ Idem

⁷² Jorge José dos Santos, entrevista concedida em 25 de agosto de 2024.

⁷³ Espécie de cordão trançado, feito de algodão. É também conhecido como pavio, que de acordo com o Dicionário On line de Português, trata-se de um “cordão, barbante usado para acender vela, lampião, candeeiro [...]”. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/pavio/>. Acesso em 27 de mar. de 2025.

hora que chegasse uma pessoa. [...] A gente tinha os pé de algodão lá. Elas prantava, [...] e ôtras vêiz comprava. Comprava o algodão pá fiar e fazer roupa pá nós vistir” (Santos, 2024)⁷⁴.

Na narrativa anterior, quando Dona Ana demonstra que havia uma preocupação com a iluminação da casa ao receber uma vista, percebemos a casa como um espaço de sociabilidade. Para Dutra (2015, p. 59), “é nele que as relações mais próximas ocorrem; é onde as vivências familiares são construídas e se reconstruem todos os dias”.

De acordo com Dona Ana, os objetos de barro eram produzidos com a matéria prima encontrada na própria comunidade. Com riqueza de detalhes ela descreve o processo de fabricação destes objetos:

[...] a gente rancava o barro, aí agora secava aquele barro e pisava no pilão. Pisava, cessava tudinho aquela peneirinha fininha, cessava aquele barro, aí agora ia massando aquele barro, até a hora que ficasse aquela cola. Aí agora a gente ia fazer as panela. Quando fazia essas panela, tinha uns fornão, quem nem os forno que queima, cês sabe os forno que queima, fazia carvão, não sabe? Então, os forno era uns fornão assim. Aí ia colocano aquelas panela ali dento, botava uma aqui, ôta mais aqui, fazia aquelas tachona. Aí agora ia panhar lenha no ombro, pá botar fogo. Agora panhava fogo de leve, até a hora que desse ponto de já acender mais um fogo... agora essas panela ia... quando é no ôto dia. Botava um dia de tarde, quando é no ôto dia cedo tava queimada as vazia. [...] as panela, era no barro ne? Agora ponhava elas ficava preta lá no forno, enquanto elas não ficasse alva não podia tirar. Agora elas ficava alvinha, a hora que elas ficasse alvinha, era o ponto de tirar. Agora tirava aquelas panela, aí agora ia arrumar, pá mode levar pá feira ou pá gente comer (Santos, 2024)⁷⁵.

Cabe ressaltar aqui também sobre os instrumentos auxiliares usados no processo de produção dos objetos artesanais, como o fuso e roda de fiar, o pilão, as peneiras, as agulhas e os objetos cortantes, como faca e facões. De acordo Lima (2009), tais instrumentos não determinam o processo, uma vez que no artesanato o que importa de fato é o fazer com as mãos.

Com base nos relatos orais e observação de alguns objetos artesanais feitos pelos moradores da comunidade, percebemos como esses objetos trazem fortes marcas da cultura daquele lugar. Ao falar dos cestos de taboca, do cipó caititu e das sandálias de pneu e de couro de boi, por exemplo, o Sr. Jorge José dos Santos se lembra de tempos difíceis, quando não se podia comprar sandálias. Fazê-las de pneu, ou couro de boi, era uma alternativa. Santos (2024) rememora que, além dos cestos, aprendera com seu pai a fazer as sandálias de pneu e de couro

⁷⁴ Ana Rosa dos Santos, entrevista concedida em 12 de novembro de 2024.

⁷⁵ Idem

bovino. A finalidade dessa produção foi narrada:

Era prá nois usar. [...]tinha que tá todo mundo de pé no chão. Aí nois fazia ou mermo de pneu ou de couro de boi. [...] o povo dava esses pneu véi, que a gente visse jogado ni algum lugar. Aí ia panhando, trazeno. Pneu de carro. [...] Pessoal quando acontecia de matar um gadim, aí panhava aquele côro, isticava, cortava, fazia precata. Só que isso aí era muito ruim, as precata de côro isurrega. Qualquer coisinha a gente cai. A de pneu é mais segura (Santos, 2024)⁷⁶.

Os cestos eram utilizados para carregar mandioca para a produção da farinha e outros derivados. Sobre isso, o Sr. Jorge José dos Santos conta: “quando a gente rancava mandioca, tinhas as roça de mandioca. A gente inchia esses balai de mandioca, colocava na cabeça pá despejar no carro” (Santos, 2024)⁷⁷.

A Figura 24 registra o morador Jorge trançando um cesto com cipó de Catitú, encontrado no próprio território. Já a Figura 25, traz à luz o resultado de sua produção.

Figura 24: Morador confeccionando cesto com cipó de caititu



Fonte: Foto cedida pelo morador (2024)

⁷⁶ Jorge José dos Santos, entrevista concedida em 25 de agosto de 2024.

⁷⁷ Idem

Figura 25: Cestos feitos pelo morador Jorge



Fonte: Foto da autora (2024)

Atualmente, ainda se preserva, de forma reduzida, a tradição de confeccionar cestos utilizando taboca e cipó caititú. Contudo, essa prática artesanal é mantida por poucas pessoas da comunidade, a exemplo do senhor Jorge José dos Santos. Ele relata que à medida em que as feiras foram se enfraquecendo, “a gente foi disdeixando também. Aí parou tudo. Hoje ninguém aqui mais nesse sertão nosso aqui, tem eu e tem outro moço aqui no Barbeiro que sabe fazer isso aí, mais os outôs daqui não sabe não (Santos, 2024)⁷⁸. Jorge relata também que hoje em dia se tornou mais difícil encontrar a taboca e o cipó caititú, materiais necessários para a confecção dos cestos.

Por meio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), moradoras da comunidade fazem pintura em tecidos, crochê e tapetes de barbante. No entanto, não é um projeto contínuo. Aparecida da Silva Lima Pinto, moradora da comunidade, revela que “o CRAS vem uma vez na semana, mas ficou quase o ano todo sem vim. Agora que começou a vim” (Pinto, 2024)⁷⁹. A ação de assistência social é importante para a manutenção de produções artesanais que preservam a identidade da comunidade. A entrevistada diz:

⁷⁸ Jorge José dos Santos, entrevista concedida em 25 de agosto de 2024.

⁷⁹ Aparecida da Silva Lima Pinto, entrevista concedida em 25 de agosto de 2024.

[...] igualmente tem o CRAS aí [...], maioria, muitas mulheres vai, que tem, tem vez que vem negócio de crochê, a gente tá fazendo, agora nós tá mexendo com barbante, mas sempre vem uma coisinha dali, outra dacolá, a gente tá participando do CRAS. Se tivesse uma oficina pra tá incentivando as mulheres é alguma coisa mais assim pra distrair, seria bom [...] (Pinto, 2024)⁸⁰.

Na Figura 26, observamos pintura em tecido e crochê feitos pela entrevistada.

Figura 26: Pintura em tecido e crochê



Fonte: Foto cedida pela moradora (2024)

As narrativas e as literaturas abordadas neste subcapítulo demonstram que o artesanato é um dos pilares fundamentais das manifestações culturais da comunidade quilombola de Lagoa do Rocha, representando uma prática econômica e, sobretudo, uma forma de resistência, preservação da memória e afirmação identitária. Transmitido oralmente e por meio da vivência cotidiana, esse saber tradicional guarda a marca da ancestralidade e expressa a íntima relação dos moradores com o território, com os recursos naturais da região e com os modos de vida herdados de seus antepassados. As peças produzidas, como bordados, cestarias e objetos confeccionados com materiais da natureza, são carregadas de significados simbólicos que

⁸⁰ Aparecida da Silva Lima Pinto, entrevista concedida em 25 de agosto de 2024.

reforçam os vínculos comunitários e contribuem para a continuidade de práticas culturais historicamente marginalizadas. O artesanato, nesse contexto, não deve ser compreendido apenas como expressão artística ou alternativa de renda, mas como parte essencial do patrimônio cultural quilombola, cuja valorização é indispensável à promoção da diversidade.

2.3.5 A cavalgada: pelas estradas, traços da história e cultura

De acordo Colferai (2013), as cavalgadas tratam-se de eventos comuns no interior do Brasil, principalmente em regiões com forte ligação com o meio rural; suas origens remontam às manifestações medievais europeias ligadas à nobreza. Assim como outros elementos já mencionados, as cavalgadas fazem parte da cultura sertaneja. O festejo é recorrente em muitas comunidades do interior da Bahia e, de igual forma, em Lagoa do Rocha também acontece essa importante manifestação cultural.

A primeira cavalgada de Lagoa do Rocha aconteceu no ano de 2019, por iniciativa da moradora Santana Duarte e sua família. Nomeada como Cavalgada Juntos e Misturados, este evento foi pensado com a intenção de reunir amigos, moradores de Lagoa do Rocha, comunidades circunvizinhas da sede Lagoa Real e contou com a participação de mulheres, homens, jovens, idosos e crianças.

O trajeto da cavalgada acontece nas estradas que dão acesso à comunidade Lagoa do Rocha e nas proximidades de comunidades vizinhas, possibilitando a apreciação da flora e da fauna local, a diversão e o entretenimento entre os participantes. Santana Abília Duarte, idealizadora da cavalgada, comenta: “É pelas estradas, a gente vai de uma comunidade, a gente sai daqui e vai na comunidade de Engenho Velho ou qualquer outra comunidade, e vem de lá pra cá em procissão. Assim com os cavaleiros, com o grupo de cavaleiros, é desse jeito” (Duarte, 2024)⁸¹. A imagem a seguir ilustra, de forma expressiva, a narrativa de Santana Duarte.

⁸¹ Santana Abília Duarte, entrevista concedida em 16 de outubro de 2024.

Figura 27: Cavaleiros e amazonas pelas estradas nas proximidades da comunidade



Fonte: Instagram (2023)⁸²

No cortejo pelas estradas, cavaleiros e amazonas levam em seus cavalos o entretenimento, uma boa prosa e fortes traços da história e cultura daqueles sujeitos sociais. Ao final do trajeto, eles se reúnem na casa de Santina Duarte, onde participam de um momento festivo de confraternização, no qual revêem amigos, comem, bebem e dançam ao som de paredão de som⁸³ ou com shows musicais ao vivo, conforme registra a Figura 28. No ano de 2023, tivemos a oportunidade de participar dessa festividade e foi possível testemunhar o envolvimento e a interação entre todas as pessoas presentes, tanto moradores da comunidade quanto pessoas de comunidades circunvizinhas e das cidades de Lagoa Real e Caetité.

⁸² Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CzlixKKAq6M/?igsh=cnU4bmo2czI4dW0w> Acesso em 16 de out. de 2024

⁸³ São sistemas de sons complexos, acoplados em um porta-malas de carro ou reboque, que fazem sucesso nas periferias e interiores do país. Informações de: <https://www2.ufrb.edu.br/reverso/paredoes-de-som-mais-que-musica-impacto-economico-e-cultural-ecoa-nas-comunidades/> Acesso em 07 de out de 2024.

Figura 28: Momento festivo na residência de Santina Duarte e Jorge



Fonte: Instagram (2023)⁸⁴

A Figura 29, a seguir, trata-se da divulgação da cavalgada, cujo o sugestivo nome *Juntos e Misturados*, já é um indicativo de que essa manifestação cultural reúne pessoas tanto de Lagoa do Rocha quanto de comunidades e cidades vizinhas. O *card* de divulgação evidencia que a parte musical do evento, no ano de 2024, foi por meio de paredão de som.

⁸⁴ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CzlixKKAq6M/?igsh=cnU4bmo2czi4dW0w> Acesso em 16 de out. de 2024

Figura 29: Card para divulgação da cavalgada no ano de 2024



Fonte: Instagram (2024)⁸⁵

A cavalgada em Lagoa do Rocha é a representação de um passado em que cavalos, burros e jumentos eram utilizados como meio transporte, assim como os carros de boi. Ademais, incorpora elementos contemporâneos como os paredões de som, possibilitando-nos interpretar, à luz de Vieira *et al.* (2024, p. 14 *apud* Froehlich, 2004), que “a ruralidade pode ser vista como um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos das culturas locais com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas”. A cada ano a cavalgada vem crescendo e assumindo proporções maiores, destacando-se como uma importante expressão cultural em Lagoa do Rocha.

2.3.6 Práticas curativas e outros saberes

Neste subcapítulo, abordaremos outros aspectos da cultura e dos saberes tradicionais presentes na comunidade de Lagoa do Rocha, com ênfase em práticas como os partos domiciliares, as benzeções e o uso de ervas medicinais. Essas manifestações fazem parte de um repertório ancestral que, além de atender às necessidades cotidianas da população, fortalece a

⁸⁵ Disponível em: https://www.instagram.com/natty_santos_12?igsh=dTdqanFrN3FvNXU=. Acesso em 22 de nov. de 2024.

identidade cultural e expressa formas de resistência ao apagamento histórico dos saberes quilombolas. Reconhecendo o valor dessas práticas no campo da saúde, compreende-se que elas integram um sistema de cuidado coletivo que articula dimensões físicas, simbólicas e espirituais, desafiando a hegemonia biomédica e reafirmando os modos próprios de viver e cuidar em comunidades tradicionais.

Essas experiências foram construídas cotidianamente e transmitidas oralmente de geração em geração. Ouvir os relatos dos moradores é imprescindível para conhecermos esses saberes e aspectos culturais comuns no passado e que permanecem até o tempo presente, mesmo sofrendo modificações. Ainda que nem todas as práticas aconteçam, ficaram boas lembranças que o tempo tratou de guardar na memória de moradores mais velhos.

Dentre as práticas que acontecia habitualmente na comunidade, tem destaque os partos realizados pelas parteiras, recorrentes pelo difícil acesso aos médicos e aos hospitais. De acordo Lucineide Frota Bessa (1999), em artigo intitulado “Condições de trabalho de parteiras tradicionais: algumas características no contexto domiciliar rural”, as desigualdades sociais e regionais e falhas no sistema de saúde, principalmente nas zonas rurais, facultam a atuação das parteiras, fato também evidenciado no relato de Dona Ana: “as muié não ia ni médico não, de jeito nenhum. Era só, a hora que dava de parir, ia atrais de um, ôta hora, já os homi chegava fulano tá ruim lá, vai lá, a gente ia pegava os minino” (Santos, 2024)⁸⁶.

Bessa (1999) entende que o trabalho das parteiras é uma

atividade que acompanha a história da própria humanidade e, particularmente, a história da mulher. Por muitos milênios foi considerada uma prática eminentemente feminina, tradicionalmente realizada pelas mulheres, e somente a partir do século XIX, com a criação das escolas de medicina no Brasil, essa prática foi incorporada pelos médicos (Bessa, 1999, p. 251).

Como se pode observar, a realização dos partos é intimamente ligada à figura feminina. Nessa perspectiva, Adriana Sacramento, em seu trabalho sobre práticas curativas em Caetité entre 1897 e 1940, respaldada nos estudos de Maria Renilda Barreto, dentre outras questões, aborda sobre a rede de solidariedade feminina na cultura do nascimento, sendo protagonizada pelas figuras das mães, madrinhas, vizinhas, tias e pela parteira de confiança (Sacramento, 2012, p.74).

O trabalho das parteiras também marca a expressividade das mulheres em Lagoa do

⁸⁶ Ana Rosa dos Santos, entrevista concedida em 12 de novembro de 2024.

Rocha: “Minha sogra era partêra, a minha, a avó do meu esposo era partêra, era partêra véa, a cunhada dela, Filiça tomém era partêra, era tudo, quase tudo partêra” (Santos, 2024)⁸⁷.

Dois dos entrevistados desta pesquisa, os mais idosos da comunidade, são a senhora Ana Rosa dos Santos, nascida em 8 de junho de 1941, e o senhor Abel José Moreira, nascido em 23 de outubro de 1941. Ambos compartilham um vínculo afetivo e histórico peculiar: são considerados “irmãos de leite”, expressão utilizada para designar crianças amamentadas pela mesma mulher, o que revela laços familiares construídos para além da consanguinidade e profundamente enraizados nas relações comunitárias. O Sr. Abel conta um pouco sobre sua história:

[...] finada Adriana que morreu tem pouco tempo. Tem uns tempo que ela morreu. [...] Morreu com 103 anos. Ela foi minha mãe de leite. Usava isso de primêro, neh? É minha mãe. A Ana, que é fia dela, que é minha irmã, ainda tá viva, ainda joga verso. Fia de Adriana. Ela nasceu em junho e eu nasci em outubro. Olha que distância, ainda dava (Moreira, 2024)⁸⁸.

A fala de seu Abel revela o seu “parentesco de leite” com Dona Ana, pois ambos nasceram no mesmo ano, apenas com quatro meses de diferença, e o Sr. Abel fora amamentado pela senhora Adriana, mãe de dona Ana, revelando que os alimentos, neste caso o leite materno, podem ser usados socialmente (Rodriguez, 2020, apud MacClaney, 2003).

Alguns informantes relataram dificuldades significativas no acesso aos serviços de saúde pública. Em determinadas situações, quando era possível, realizavam-se consultas médicas na cidade de Caetité ou com o senhor Detinho⁸⁹, em Ibiassucê. No entanto, o deslocamento até esses locais era bastante limitado, sendo realizado, na maioria das vezes, por meio de cavalos, burros ou carros de boi, o que evidencia as barreiras de infraestrutura enfrentadas pela comunidade em períodos anteriores. O senhor Abel nos contou que, por várias vezes, precisou se deslocar a cavalo até Ibiassucê para buscar medicamento para algum enfermo ou alguma mulher em trabalho de parto. Embora os moradores se valessem de plantas medicinais, algumas vezes costumavam fazer consultas com profissionais da saúde.

Um dia teve uma mulher aqui, que primeiro parto mais era difícil. [...] ficou sem força. Mas era muita coragem, eu não sei como é que vivia não. [...] Aí chegô em casa, doido mode eu ir ni Detim. Eu falei vixe! Eu tinha um cavalo

⁸⁷ Ana Rosa dos Santos, entrevista concedida em 12 de novembro de 2024.

⁸⁸ Abel José Moreira, entrevista concedida em 25 de agosto de 2024.

⁸⁹ Segundo Marlene Sousa, o Sr. Deusdedit Meira Prates atuou no ramo da medicina prática por vários anos. Embora não tenha possuído formação específica na área da Medicina, desempenhou serviços neste ramo com designação e sabedoria. SOUSA, Marlene. Saberes e práticas de um homem de fé, caridade e sabedoria no Alto Sertão da Bahia. Graficalog, 2018.

muito bom, forte, que dava para ir rápido ni Biassucê. Meu irmão pega uma disgrama de um burro. Burrão. Não, vai no burro que é mais mió pra você, mais forte [...] Cheguei no São João, o burro deu de cansar. Eu falei e agora? Agora eu tô num mato sem cachorro. Lá no Pancadão, fui devagar, cheguei lá ni Detim, Detim falou: Vixe, moço, tá de noite! Eu falei: Tá de noite, eu tô num animal cansado. Ele falou: Pronto! Mais não tem nada não. Umas injeção de força e tali, tali. Me deu, já comprei, muntei, sai de luz acesa de dento de Biassucê. E garrei essa mata aqui da fazenda, cheguei aqui quase uma meia noite [...] Eu louco, só ouvia grilo cantar. Cheguei e apricô, Deus ajudô que a muié ficou boa (Moreira, 2024)⁹⁰.

A narrativa do senhor Abel demonstra as dificuldades enfrentadas pela população de Lagoa do Rocha e como as pessoas, neste contexto de dificuldades, buscavam meios para amenizá-las. Tal prática não acontece mais em Lagoa do Rocha em razão da melhoria nas estruturas municipais de assistência à saúde.

Diante das adversidades enfrentadas historicamente, a população negra desenvolveu e preservou estratégias e saberes tradicionais herdados em seus territórios, os quais têm desempenhado papel fundamental na manutenção da saúde e do bem-estar das comunidades. Entre esses saberes, destacam-se o uso de plantas medicinais e as práticas de benzeção, que integram um sistema próprio de cuidado, transmitido oralmente entre as gerações. Essas práticas, para além de seu valor terapêutico, representam uma forma de resistência cultural e reafirmação identitária, especialmente em contextos de negligência ou ausência do poder público. Esses saberes populares constituem formas legítimas de conhecimento, articulando ciência, espiritualidade e cultura em uma perspectiva de cuidado integral.

Soares (2016, p. 12) revela que, no Brasil, o uso de plantas medicinais surgiu como uma possibilidade terapêutica, fortemente influenciada pela cultura indígena, tradições africanas, bem como pela cultura europeia trazida pelos colonizadores. O Sr. Abel conta um pouco sobre sua vivência.

Tinha umas benzeção que era muito. Eu mesmo acidentei com uma faca e disgotou em sangue. Quase eu perdi a vida. Mas tinha um senhor ali que ele rezava. Ele vêi, meu pai foi pra Caitité atrais de remedo. Ah que coisa! A cavalo. Aí eles desconfiaram que eu não ia aguentar aí o senhor chegou rezou, estancou o sangue. Mas tem um negócio de “quebra de oi” Não quebrou, chegou uma vizinha, cadê Abel? Vixee!! Eles feiz aquela admiração e ispiou no cômodo. Eu vi uma agitação no braço. E ai vêi o sangue (Moreira, 2024)⁹¹.

Quando indagado sobre o que seria “quebra de oi”, ele explicou:

Reza uma reza, que quebra o olho neh? Se eu lhe encontrasse , e ocê espantar

⁹⁰ Abel José Moreira, entrevista concedida em 25 de agosto de 2024.

⁹¹ Idem

com aquilo não é não não tem oi ruim, ali já tá quebrado. E o homem chegou, me pegou já no quintal mas eu, quando ele me pegou eu desmaiei. Me trouxe pra cama, rezou, foi embora. Quando eu acordei, tava a varanda cheia de gente. Pedaco da noite, aí que eu escutei meu pai falando lá na varanda mas o pessoalí [...], um cado de gente vizinho né? Tava ali, mas eu já tava bom, mas fiquei fraco, né? (Moreira, 2024)⁹².

O uso de plantas medicinais era bastante praticado na comunidade como fonte medicamentosa na cura de várias doenças e, ainda hoje, moradores mantém esse costume, apontando que este conhecimento tradicional foi preservado e repassado por gerações. Dona Ana relembra que “tinha muito remédio que a gente usava. É tanto pau que a gente usava dizeno que era remedo. Tinha malva branca que era remedo, matruiz, tinha uma quina, unha danta. No Gerais tinha muito coisa de remedo, que o povo vinha buscar coisa de fazer remedo” (Santos, 2024)⁹³. Outra moradora, a Sra. Aparecida, relatou que faz uso de plantas medicinais com muita frequência e que cultivava, em seu terreiro, plantas como: poejo, boldo, sete dor e guaco, e que “quando a gente não tem nos terreiro, tem nos mato aí ao redor” (Pinto, 2024)⁹⁴.

As narrativas expõem a diversidade de plantas que eram e ainda são utilizadas com fins medicinais na comunidade, demonstrando que essa tradição foi mantida entre gerações, reforçando os laços entre presente e passado. Ao tratar do uso de plantas em práticas curativas na comunidade, registramos também o uso da água leitosa do fruto verde da palmeira licuri, utilizada como colírio para tratamento de inflamações oculares. Além do uso das plantas medicinais na própria comunidade, alguns moradores costumavam comercializar raízes e cascas nas feiras.

Segundo Sacramento (2012), as crenças e saberes que permeavam os cuidados com a saúde perpassavam pelo saber empírico na preparação de chás, xaropes, garrafadas, entre outros. Era comum as pessoas recorrerem “a antigas tradições de tratamento com plantas, raízes, folhas, entrecasco, cascas de árvores, erva de princípios ativos variados [...] para prevenir, aliviar e tratar dos incômodos enfrentados no cotidiano” (Sacramento, 2012, p. 33).

O Sr. Jorge contribui com essa discussão ao afirmar: “Aí o véi meu pai sempre gostava de fazer alguma coisa, rancar raiz de pau nesses Gerais pra vender [...] pra remédio, fazer garrafada. Unha danta, liro. Onde ele ia eu tava mais ele. E com isso eu fui aprendendo, crescendo e fui aprendendo” (Santos, 2024)⁹⁵.

⁹² Abel José Moreira, entrevista concedida em 25 de agosto de 2024.

⁹³ Ana Rosa dos Santos, entrevista concedida em 12 de novembro de 2024.

⁹⁴ Aparecida da Silva Lima Pinto, entrevista concedida em 25 de agosto de 2024.

⁹⁵ Jorge José dos Santos, entrevista concedida em 25 de agosto de 2024.

Ao lembrar a venda de raízes e cascas nas feiras, Sr. Jorge conta que seu pai era

muito conhecido, aí o pessoal falava: Oh, traiz uma raiz de unha danta pra mim, ah traiz uma raiz de tal coisa assim... Aí ele ia lá, arrancava aquilo ali. Tinha dia que ele até vinda, tinha dia que o pessoal, ele chegava entregava, dava ali uma mixaria ele, um cala boca, tá tá passando por bom. Falou, disse: oh, tu vem beber uma pinga. Bebia uma pinga, isso passano por isso mermo (Santos, 2024)⁹⁶.

A narrativa do informante demonstra que, apesar da necessidade de muitas pessoas de recorrerem aos serviços e conhecimentos empíricos de pessoas de populações quilombolas, como era o caso do seu pai, havia muita desvalorização destes sujeitos. Mediante seu trabalho de recolher raízes, e/ou cascas e levá-los para as feiras com muita dificuldade, essas pessoas eram tratadas com hostilidade e escutavam comentários como “um cala boca, tá passando por bom” (Santos, 2024)⁹⁷, ou seja, não eram respeitadas e não se pagava um valor justo por essas raízes e cascas.

Os relatos e narrativas de moradores de Lagoa do Rocha nos permite perceber a relação dialógica entre as gerações, o que demonstra também que a cultura e a memória estão intimamente associadas. Alessandro Portelli reflete a forma como as vivências e as lembranças dos sujeitos são percebidas e sentidas de maneira muito peculiar por cada um.

Ainda que esta seja sempre moldada de diversas formas pelo meio social, em última análise, o ato e a arte de lembrar jamais deixam de ser profundamente pessoais. A memória pode existir em elaborações socialmente estruturadas, mas apenas os seres humanos são capazes de guardar lembranças. Se considerarmos a memória um processo, e não um depósito de dados podemos constatar que, à semelhança da linguagem, a memória é social, tornando-se concreta apenas quando mentalizada ou verbalizada pelas pessoas. A memória é um processo individual, que ocorre em meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são – assim como as impressões digitais, ou a bem da verdade, como as vozes – exatamente iguais (Portelli, 1997, p. 16).

O modo de vida e as relações que moradores de Lagoa do Rocha tecem com o território, o palco de vivências, denotam conexões com seus ancestrais e valores civilizatórios afro-brasileiros. Para Trindade (2005), africanos e africanas que vieram para o Brasil, seus descendentes brasileiros instituíram valores civilizatórios no Brasil. A autora ainda afirma que

⁹⁶ Jorge José dos Santos, entrevista concedida em 25 de agosto de 2024.

⁹⁷ Idem

A África e seus descendentes imprimiram e imprimem no Brasil valores civilizatórios, ou seja, princípios e normas que corporificam um conjunto de aspectos e características existenciais, espirituais, intelectuais e materiais, objetivas e subjetivas, que se constituíram e se constituem num processo histórico, social e cultural. E apesar do racismo, das injustiças e desigualdades sociais, essa população afrodescendente sempre afirmou a vida e, conseqüentemente, constitui o/s modo/os de sermos brasileiros e brasileiras (Trindade, 2005, p. 30).

Nesse sentido, percebemos que as práticas laborais, festejos, vivências, saberes e fazeres dos moradores de Lagoa do Rocha, em seu território, são uma forma de resistência, um enfrentamento à condição social historicamente imposta à população negra em nosso país, ao passo em que fundamenta e fortalece a identidade do grupo.

Apesar da diversidade cultural existente em Lagoa do Rocha, isso não é levado para a escola, explicitando uma desconexão entre escola e comunidade. As práticas curriculares da escola não contemplam as especificidades étnico-culturais vividas ali, demonstrando a necessidade de ressignificação do currículo e articulação entre conhecimentos sistematizados e os saberes tradicionais, as histórias e as culturas da comunidade quilombola, como pode ser notado no capítulo seguinte.

3 SABERES E FAZERES NA ESCOLA: AS IDENTIDADES NEGRAS IMPORTAM SIM

“É o que eu falo sobre as escolas. Hoje deveria ter um espaço na escola pros menino ver fazer isso aí. O dia que eu tava trançano o balaio, que ele tava gravano eu trançano aí. Ixi, foi tanta gente priguntano: ah, mais tu ainda sabe fazer essa coisa? Eu pensei que não sabia mais não. Nem existia isso”.

(Jorge José dos Santos - Morador da comunidade Lagoa do Rocha)

3.1 Legislação da educação escolar quilombola

A partir da Lei nº10.639, de 09 de janeiro de 2003, que instituiu a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas instituições de Ensino Fundamental e Médio, das escolas públicas e particulares brasileiras (Brasil, 2003), alterada pela Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que acrescenta a obrigatoriedade da História e Cultura Indígena nos currículos da educação básica (Brasil, 2008), os estabelecimentos de ensino são convidados a trabalharem em uma perspectiva de valorização da diversidade cultural, rompendo com o pensamento hegemônico historicamente imposto. Em 2004, por meio Resolução nº 1/2004, do Conselho Nacional de Educação (CNE), estabeleceu-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNPERER), importante mecanismo para a correção de desigualdade e promoção de uma educação antirracista. De acordo com as DCNPERER, o Brasil, país multi-étnico e pluricultural, necessita

de organizações escolares em que todos se vejam incluídos, em que lhes seja garantido o direito de aprender e de ampliar conhecimentos, sem ser obrigados a negar a si mesmos, ao grupo étnico/racial a que pertencem e a adotar costumes, ideias e comportamentos que lhes são adversos. E estes, certamente, serão indicadores da qualidade da educação que estará sendo oferecida pelos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis (Brasil, 2004, p. 504).

A citação supracitada reflete um modelo de educação que seja inclusivo; que respeite e valorize as diversidades na perspectiva de promover uma educação para a cidadania consciente a ativa.

A Resolução CNE/CEB nº4/2010 e a Resolução CNE/CEB nº8/2012, que definem as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNGEB) e as Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ), determinam a existência de unidades educacionais nas terras dos quilombos, respeitando suas singularidades e requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade.

A Resolução CNE/CEB nº 8/2012, estabelece:

Art. 1º Ficam estabelecidas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, na forma desta Resolução.

§ 1º A Educação Escolar Quilombola na Educação Básica:

I - organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e alimentando-se:

- a) da memória coletiva;
- b) das línguas reminiscentes;
- c) dos marcos civilizatórios;
- d) das práticas culturais;
- e) das tecnologias e formas de produção do trabalho;
- f) dos acervos e repertórios orais;
- g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país;
- h) da territorialidade (Brasil, 2012).

Todos esses elementos pontuados (línguas reminiscentes, práticas culturais, formas de trabalho, festejos, tradições etc.) dão estrutura à identidade quilombola, “constituída por diversos fatores, entre eles, a ancestralidade comum ao grupo, a autoidentificação ou autoclassificação, elementos linguísticos e religiosos, organização política própria e um sistema particular de produção econômica” (Nascimento, 2017, p. 69).

Já o Art. 9º, da mesma resolução, explicita que a Educação Escolar Quilombola compreende escolas quilombolas e escolas que atendem a alunos oriundos de territórios quilombolas, definindo, em seu parágrafo único, escola quilombola como aquelas localizadas em território quilombola (Brasil, 2012). Tal modalidade de ensino foi deliberada na CONAE/2010, uma importante conquista para populações negras e quilombolas.

A implementação de tais instrumentos normativos, resultantes da luta incessante dos movimentos sociais negros, podem contribuir para a formação não eurocêntrica dos estudantes, especialmente em escolas situadas em territórios quilombolas. Os instrumentos reconhecem que a educação escolar quilombola deve ser pautada em práticas curriculares que dialoguem com as culturas, os saberes e as histórias locais dos moradores que ali residem.

Nesse sentido, Dutra (2016) ressalta que o processo de formação educacional deve priorizar a realidade vivida pela população negra, especialmente nas comunidades quilombolas, considerando que suas histórias, vivências e saberes devem fazer parte da formação das crianças e dos jovens. Sob essa ótica, Shirley Pimentel de Souza, em sua dissertação de mestrado

nomeada “Educação Escolar Quilombola: As Pedagogias Quilombolas na Construção Curricular”, defende a pedagogia quilombola como estratégia do ensinar e aprender tendo como referência os valores e conhecimentos intrínsecos à comunidade, como por exemplo “a oralidade, os valores, o respeito aos mais velhos, as lendas, os ritos, a ludicidade, a corporeidade, os costumes, os saberes e todas as formas de resistência daquele grupo (Souza, 2015, p. 73).

3.2 Escola Municipal Professor Sebastião Joaquim Pinto – a escola da comunidade

A Escola Municipal Sebastião Joaquim Pinto foi construída no ano de 1990 e fica situada no centro da comunidade, próxima à igreja e à sede da associação de moradores. Se trata de uma escola com estrutura pequena, como podemos observar na Figura 30.

Figura 30: Escola Municipal Professor Sebastião Joaquim Pinto



Fonte: Foto da autora (2024).

O prédio escolar contém uma sala de aula, uma cozinha, um banheiro e um pequeno depósito. O quadro que segue, elaborado a partir de dados do Censo Escolar 2023, apresenta a estrutura desta instituição de ensino.

Quadro 06: Estrutura da Escola Professor Sebastião Joaquim Pinto

RECURSOS BÁSICOS	POSSUI	NÃO POSSUI
Abastecimento de água	X	
Energia elétrica	X	
Rede de esgoto	X	
Coleta de lixo		X
ACESSIBILIDADE		
Corrimão		X
Elevador		X
Pisos táteis		X
Portas com vão livre de, no mínimo, 80cm		X
Rampas		X
Sinalização sonora		X
Sinalização tátil		X
Sinalização visual		X
EQUIPAMENTOS		
Antena parabólica		X
Computador		X
Copiadora		X
Impressora		X
Impressora Multifuncional		X
Scanner		X
Aparelho de DVD		X
Aparelho de som		X
Televisão		X
Lousa digital		X
Projektor multimídia		X
Computador de mesa (<i>desktop</i>)		X
Computador portátil (<i>notebook</i>)		X
Tablet		X
Internet	X	
INSTALAÇÕES		
Almoxarifado		X
Área verde		X
Auditório		X
Banheiro	X	
Banheiro adequado à Educação Infantil		X
Banheiro acessível para pessoas com deficiência (PCD)		X
Banheiro para funcionários		X
Banheiro ou vestiário com chuveiro		X
Biblioteca		X
Sala de leitura		X
Cozinha	X	
Despensa		X
Dormitório de aluno		X
Dormitório de professor\a		X

Laboratório de Ciências		X
Laboratório de Informática		X
Pátio coberto		X
Pátio descoberto		X
Parque infantil		X
Piscina		X
Quadra de esportes		X
Quadra de esportes coberta		X
Refeitório		X
Sala/ateliê de artes		X
Sala de música		X
Estúdio de dança		X
Sala multiuso		X
Sala de repouso para alunos/as		X
Sala de secretaria		X
Sala de Recursos Multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE)		X
Terreirão (<i>área para prática desportiva e recreação sem cobertura, sem piso e sem edificações</i>)		X
Viveiro/criação de animais		X

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir de dados do Censo Escolar 2023, disponíveis em: <https://escolas.com.br/escola-municipal-professor-sebastiao-joaquim-pinto> Acesso em 12 de janeiro de 2025.

A partir da análise dos dados apresentados no Quadro 6, constata-se que a escola situada na comunidade enfrenta sérias deficiências em sua infraestrutura. Observa-se a ausência ou precariedade de recursos físicos essenciais ao adequado funcionamento do ambiente escolar, como salas de aula bem equipadas, biblioteca, espaços destinados a atividades esportivas e materiais pedagógicos compatíveis com as necessidades dos alunos. Essa realidade compromete diretamente a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, dificultando o desenvolvimento pleno das práticas educativas. Além disso, a carência de infraestrutura reflete a negligência histórica de políticas públicas voltadas para comunidades tradicionais, como a quilombola, reforçando desigualdades educacionais que ainda persistem no contexto brasileiro.

A unidade escolar recebeu o nome de Escola Municipal Sebastião Joaquim Pinto em homenagem ao primeiro professor da comunidade. De acordo com o professor Arivaldo, “Sebastião Joaquim Pinto, conhecido como Tião Pinto, que é no caso quem a escola daqui recebe o nome, foi professor daqui, aliás foi professor de todo mundo, praticamente quase todos daqui da comunidade Lagoa do Rocha” (Santos, 2024)⁹⁸.

A instituição atende os segmentos da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, perfazendo o total de 6 estudantes matriculados, reunidos em uma sala

⁹⁸ Arivaldo José dos Santos, entrevista concedida em 29 de outubro de 2024.

multisseriada, sendo 1 criança da Educação Infantil (Pré I), 2 do 2º (segundo) ano, 1 do 3º (terceiro) ano e 2 do 4º (quarto) ano.

Quadro 07: Matrículas por Ano e gênero (2024)

MATRÍCULAS POR ANO/SÉRIE E GÊNERO			
TURMAS	SEXO		Nº DE ESTUDANTES
	MASCULINO	FEMININO	
Ed. Infantil (Pré I)	-	1	1
Ed. Infantil (Pré II)	-	-	0
1º Ano	-	-	0
2º Ano	1	1	2
3º Ano	-	1	1
4º Ano	1	1	2
5º Ano	-	-	0
Número total de estudantes			6

Fonte: Elaborado a partir de informações cedidas pelo professor da unidade escolar (2024).

Todas as crianças são oriundas da comunidade Lagoa do Rocha. O professor, com formação em Magistério, tem 3 anos de experiência na docência. A Escola Professor Sebastião Joaquim Pinto é gerida, juntamente com mais onze instituições da Rede Municipal de Ensino, da zona rural de Lagoa Real – Bahia, por uma diretora (Diretora do Núcleo Escolar Rural), com formação em Pedagogia e Licenciatura em Ciências Biológicas e Especialização em Ensino de Biologia, e uma coordenadora pedagógica com formação em Letras – Língua Portuguesa.

A manutenção da unidade escolar, naquela comunidade, é fundamental para o fortalecimento da comunidade e desenvolvimento do território, como elucidado em diversos instrumentos normativos. Pesquisas como as de Sato *et al.* (2021) e Campos e Gallinari (2017), ressaltam a importância da escola em um território.

A escola é uma instituição que atua na construção de uma sociedade menos injusta e excludente, possibilitando que as diferenças culturais sejam expressas e respeitadas. Para tanto, ensinam-se diversos valores, há envolvimento de toda a comunidade - quando os aspectos históricos e culturais da sociedade são discutidos -, auxiliando na construção e/ou fortalecimento da identidade dos estudantes (Campos; Gallinari, 2017, p. 213).

A escola é um espaço de reconhecimento e valorização da cultura da comunidade, sendo capaz de contemplar as especificidades étnico-culturais do território onde está inserida, contribuindo para uma pedagogia quilombola (Souza, 2015). Ao longo da história do Brasil, a população negra foi alijada do acesso à educação, bem como de outros direitos previstos constitucionalmente. O desejo de estudar e a dificuldade de acesso a este ato revolucionário foi recorrente nas falas das pessoas entrevistadas para nossa pesquisa.

Perguntamos a Dona Ana se ela tinha tido a oportunidade de estudar e, com olhar de tristeza, ela relatou:

Ah minha fia, vontade de estudar eu tive, mais estudar cuma? Pois gente não tinha condições de estudar. Puquê as iscolas naquele tempo era particular, intão tinha os mestre, falava mestre, aí picisava pagar. [...] Os minino que tinha os padrim que pagô os dia das escola pra eles, aprendeu. Aí agora ficô iêu, Joventina e Maria com vontade de entrar na escola, mais entrar cuma? Papai não podia pagar esses dia pra esse mestre (Santos, 2024).⁹⁹

A narrativa da entrevistada desvela as dificuldades de acesso à educação, pois a escola foi um dos espaços negados à população negra. Na obra “Pequeno manual antirracista”, Djamila Ribeiro (2019) afirma que a escravidão e o racismo beneficiaram, historicamente, a população branca. Em contrapartida, a população negra, vista como mercadoria, teve negado seus direitos básicos e o acesso à distribuição de riquezas.

Rocha (2022), em sua pesquisa, apresenta dados e informações acerca de movimentos de mobilização racial negra no Brasil por meio da criação de jornais, grêmios, clubes, associações etc., engajados “na luta pela emancipação dos negros, tendo a educação como o principal meio para dar visibilidade a esses povos que, durante muito tempo, foram privados de usufruírem de direitos que sempre lhes foram negados (Rocha, 2022, p. 117).

É inegável que as políticas públicas devem ser efetivas, nesse contexto, com vistas ao combate de desigualdades e promoção da diversidade. Ribeiro (2019) atesta que, devido ao racismo estrutural, a população negra tem menos chance de acesso a uma educação de qualidade, reiterando o papel transformador das políticas educacionais afirmativas, a exemplo das cotas raciais¹⁰⁰ que é bastante notável no cenário educacional.

⁹⁹ Ana Rosa dos Santos. Entrevista concedida em 12 de novembro de 2024.

¹⁰⁰ A Lei de Cotas foi promulgada em 2012 estabelecendo que as instituições federais brasileiras destinassem 50% das vagas para estudantes provenientes de escolas públicas, negros e indígenas. Em 2023 foi atualizada e sancionada pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva, ampliando vagas nas universidades públicas. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/sancionada-pelo-presidente-lula-nova-lei-de-cotas-amplia-vagas-nas-universidades-publicas> Acesso em 15 de março de 2025.

As cotas, enquanto ações afirmativas, se configuram como uma maneira de inserção de grupos historicamente marginalizados nas universidades públicas, visando mitigar os efeitos das discriminações e desigualdades. Ribeiro (2019) conta que um dos principais argumentos contrários às cotas partia/parte de pessoas brancas que, privilegiadas historicamente, consideravam/consideram que as vagas em universidades eram/são suas por direito.

Apesar dos desafios e entraves, a lei de cotas, resultante da luta incansável do movimento negro, é uma ação necessária para a diminuição das desigualdades que ao longo da história do nosso país afetou as populações negras de diversas formas, fato percebido nas entrelinhas de narrativas como a de Dona Ana que, na continuidade de sua fala, lembra como que em um cenário de dificuldade e escassez, sua mãe utilizava-se de estratégias para motivá-la a estudar.

Tinha muita vontade de aprendê, mais num tinha esse negócio de papali, não tinha caneta... pena nera, caneta não, era pena. Ai mamãe pegava a pena de galinha e lascava ali ó, e fazia uma tinta de caparrosa¹⁰¹, um mato que tem na bêra de lagoa, mamãe fazia aquela tinta botava num vidrim. Agora nois aprendeu... e quando papai chegava com os pano que comprava, aqueles papeli de embrulho, mamãe pegava tudo cortava essas tirinha e fazia o ABC pra nós. Nois aprendeu assim (Santos, 2024)¹⁰².

A narrativa da moradora evidencia de forma contundente como as populações negras, historicamente, foram privadas de direitos fundamentais e, diante desse cenário de exclusão, desenvolveram estratégias de resistência, reinvenção e recriação no cotidiano. Mesmo marginalizadas socialmente, essas populações mantiveram vivas suas práticas culturais, espirituais e comunitárias, reafirmando suas identidades e fortalecendo os laços de pertencimento. Entre as diversas frentes de luta, destaca-se a busca por uma educação de qualidade, entendida como um instrumento de emancipação e transformação social.

3.3 Conexões entre os saberes e fazeres comunitários e a sala de aula

“É o que eu falo sobre as escolas. Hoje dveria ter um espaço na escola pros minino ver fazer isso aí [...]”. Retomando a fala do morador Jorge José dos Santos, que abre este tópico, pensemos na escola como o espaço capaz de criar conexões entre os saberes e fazeres da comunidade e a sala de aula. A fala de Jorge nos aponta que a escola da comunidade precisaria

¹⁰¹ De acordo a Infopédia – Dicionários Porto Editora, a caparrosa (Ludwigia caparosa) é uma planta arbustiva, da família das Onagraceas, que tem por fruto uma cápsula de que se extrai uma substância tintorial negra. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/caparrosa> Acesso em 14 de fevereiro de 2025.

¹⁰² Ana Rosa dos Santos. Entrevista concedida em 12 de novembro de 2024.

valorizar as culturas e saberes locais, de modo a fortalecer as relações tecidas dentro do território.

Nesse sentido, Gilma Souza Oliveira, em seu potente trabalho intitulado “Vivências escolares de estudantes quilombolas: um estudo a partir da Teoria Racial Crítica sobre o Colégio Estadual de Seabra – Tempo Integral”, afirma que

[...] é na escola que os estudantes afro-brasileiros devem ter acesso aos mais diversos conhecimentos. Além disso, é nesse espaço que eles podem fortalecer as próprias culturas e identidades mediante o estudo e o conhecimento histórico da trajetória dos antepassados, ou seja, da história de luta e de resistência da população negra (Oliveira, 2024, p. 69).

Como se pode observar na citação supracitada, a escola é o espaço capaz de fortalecer identidades e valorizar a cultura dos estudantes por meio do estudo da trajetória dos antepassados, conhecimento das lutas e enfrentamentos do povo negro. Assim, evidencia-se que a escola precisa levar em consideração vários aspectos que estão imbricados no processo de ensino e aprendizagem, com vistas a uma educação emancipatória.

Nessa linha de pensamento, cabe-nos destacar o inciso VII do Art. 8º da Resolução CNE/CEB nº 8/2012, que versa sobre as ações que garantirão os princípios da Educação Escolar Quilombola: VII - implementação de um currículo escolar aberto, flexível e de caráter interdisciplinar, elaborado de modo a articular o conhecimento escolar e os conhecimentos construídos pelas comunidades quilombolas (Brasil, 2012).

A efetivação da educação escolar quilombola perpassa por um currículo flexível, interdisciplinar e contextualizado com as especificidades da comunidade. Os saberes, valores, histórias e memórias das populações de comunidades tradicionais, precisam ser inseridos e priorizados nas propostas pedagógicas das instituições de ensino. Nas discussões em torno de currículo, Moreira e Candau (2008, p. 28) apontam que

O currículo representa, assim, um conjunto de práticas que propiciam a produção, a circulação e o consumo de significados no espaço social e que contribuem, intensamente, para a construção de identidades sociais e culturais. O currículo é, por consequência, um dispositivo de grande efeito no processo de construção da identidade do(a) estudante.

Desse modo, o currículo configura-se como importante instrumento capaz de contribuir com o fortalecimento da identidade dos estudantes. Logo, a escola necessita se apropriar dos saberes da comunidade, não focando apenas nos conteúdos formalmente estabelecidos.

Gomes (2005) dialoga que a identidade negra também é construída durante a trajetória escolar, pois a escola tem o dever social e educativo de respeitá-la, ao tempo em que também compreende sua complexidade. Nessa perspectiva, a diretora do Núcleo Escolar Rural de Lagoa Real também reconhece o dever social da escola: “eu acredito que o currículo deveria ser diferente pra escola quilombola e é o mesmo. O planejamento deveria ser diferenciado e acontece sendo o mesmo” (Sobrinho, 2024)¹⁰³.

A narrativa da diretora aponta que não existe flexibilidade do currículo e que este não possibilita a articulação entre o conhecimento escolar e os conhecimentos específicos da comunidade Lagoa do Rocha. Desse modo, não é possibilitado ao público discente da Escola Professor Sebastião Joaquim Pinto o acesso à própria história, valores, costumes e saberes de seus ancestrais que são resguardados na memória de pessoas da comunidade.

No livro “Currículo, território em disputa”, Arroyo (2011) aponta o currículo como um território em disputa, não apenas porque inclui novas temáticas às disciplinas, e sim “porque experiências e coletivos merecem ser reconhecidos, como produtores de conhecimentos legítimos, válidos” (Arroyo, 2011, p. 139). Dessa forma, urge a descolonização do currículo escolar defendida por Nilma Lino Gomes. Pelas reflexões da autora, existe a urgente necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social (Gomes, 2012). É preciso trabalhar em uma perspectiva de valorização da diversidade e dos saberes dos povos historicamente silenciados, desconstruindo o pensamento hegemônico que fora imposto e negando o lugar marginalizado que lhes fora designado.

Mediante o exposto, faz-se necessário a ressignificação do currículo e articulação entre conhecimentos sistematizados e os saberes e fazeres locais, potencializando desta forma as práticas culturais, repertórios orais, festejos, práticas laborais e outros elementos do patrimônio cultural das comunidades quilombolas, na perspectiva de formar cidadãos críticos, conhecedores da própria ancestralidade e conscientes do respeito às diversidades existentes.

No âmbito das discussões sobre políticas curriculares, destaca-se a elaboração e aprovação do Plano Municipal de Educação (PME) no ano de 2015. Esse documento, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, estabelece as diretrizes e metas para as políticas públicas educacionais no município. Em Lagoa Real, o PME foi submetido à avaliação em audiência pública e aprovado por meio da Lei Municipal nº 0107/2015, de 5 de janeiro de 2015, sendo posteriormente publicado no Diário Oficial do Município em 9 de fevereiro do mesmo ano. A aprovação do plano representa um marco na organização do sistema educacional local,

¹⁰³ Maria Neves Sobrinho. Entrevista concedida em 16 de agosto de 2024.

orientando ações estratégicas voltadas à melhoria da qualidade da educação, à equidade e à valorização da diversidade. O documento inclui estratégias voltadas à realidade quilombola no município, a saber:

- 1.8) Fomentar o atendimento das populações do campo e da comunidade quilombola a educação infantil [...].
- 2.7) Mapear as condições e viabilidade para oferta do ensino fundamental para a população do campo e quilombola na localidade de origem ou mais próxima, versando pelos padrões mínimos de qualidade e quilombola, nesta modalidade, nas suas próprias comunidades.
- 3.6) Fomentar em parceria com os entes federados programas de educação e de cultura para a população urbana, do campo e quilombola.
- 4.11) Promover articulação pedagógica entre o ensino regular e a educação inclusiva e garantir o desenvolvimento dos alunos com deficiência nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas.
- 5.4) Desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem a identidade cultural das comunidades do campo e quilombolas, populações itinerantes garantindo adequação ao currículo.
- 6.3) Adquirir transporte escolar para atendimento às escolas do campo e comunidade quilombola na oferta de educação de tempo integral em parceria com FNDE, através do Caminho da Escola ;
- 7.14) Consolidar a educação escolar no campo, de comunidades quilombolas e populações itinerantes.
- 7.15) Desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação do campo e quilombolas.
- 9.3) Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica nas escolas do campo, quilombolas e urbana.
- 10.1) Manter programa nacional de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas.
- 10.7) Fomentar a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, [...] considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas.
- 10.8) Expandir o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades.
- 15.5) Assegurar a todos os profissionais da educação, programas de formação sobre escolas do campo, quilombolas, Educação Especial e inclusiva.
- 16.3) Implantar programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo, de comunidade quilombolas e para a educação especial em parceria com os entes federados (Plano Municipal de Educação – Lagoa Real – BA, 2015).

Embora o documento contemple a realidade quilombola de maneira significativa, grande parte dessas estratégias não foram realizadas. Outras foram/são esporadicamente discutidas em momentos pontuais, como a jornada pedagógica da Rede Municipal de Ensino.

Analisar as estratégias do PME, direcionadas à realidade quilombola do município de Lagoa de Real e contrastar com os dados obtidos na pesquisa de campo, evidenciou que existe

um distanciamento entre as estratégias que foram definidas no documento e a realidade da Escola Municipal Professor Sebastião Joaquim Pinto.

No tópico sobre educação quilombola, o PME apresenta o seguinte fragmento:

Como o processo de reconhecimento e certificação da Comunidade Quilombola já ocorreu em 2013, a SME já vem discutindo a elaboração da proposta pedagógica para atender a essa demanda. No sentido de inserir nesta comunidade programas e projetos que acerca da identificação cultural e desenvolvimento dos educandos e toda comunidade local. Promovendo a igualdade na diversidade e a diversidade na igualdade, valorizando suas culturas no papel de grupos étnicos, predominante pela população negra rural, que se auto definem a partir da relação com a terra, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias e locais (PME, 2015, p. 94 – 95).

Percebemos, na citação anterior, que a Secretaria de Educação Municipal estaria elaborando uma proposta pedagógica que atendesse à demanda da comunidade quilombola. No entanto, os diálogos com o professor da escola, a diretora do Núcleo Escolar Rural e a coordenadora pedagógica, nos demonstrou que, no município de Lagoa Real, não existe uma proposta de educação específica em consonância com a legislação que trata da educação escolar quilombola. Durante a entrevista com o professor da escola, ao ser indagado se moradores da comunidade costumavam realizar/participar de alguma atividade juntamente com as crianças na escola, ele relatou que “geralmente não participa, entendeu? Porque a gente não faz tipo atividades, assim, como que cê fala... seria tipo uma gincana, essas coisas assim não tem. Entendeu? A gente não faz mesmo. Como o 7 setembro a gente não comemora aqui, essas coisa...” (Santos, 2024)¹⁰⁴.

Na sequência da entrevista, perguntamos se a escola costumava realizar atividades envolvendo as manifestações culturais da comunidade. O professor expôs: “Não, na verdade, não. Nesse sentido, não. Sobre na cultura, por a comunidade ser quilombola, não. No caso trazer essa cultura assim pra escola, não!” (Santos, 2024)¹⁰⁵. Essas narrativas indicam que as práticas curriculares da escola não contemplam as especificidades étnico-culturais quilombolas, ou seja, o currículo é descontextualizado, não considera os aspectos socioculturais e históricos da comunidade, indicando que no município de Lagoa Real não existe, ainda, iniciativas político-pedagógicas que contemplem as singularidades da educação escolar quilombola.

Desse modo, como defendido por Moura (2006), o ensino ofertado nas escolas, aos estudantes quilombolas, não está referenciado na realidade vivenciada em seus territórios, como

¹⁰⁴ Arivaldo José dos Santos, entrevista concedida em 29 de outubro de 2024.

¹⁰⁵ Idem

ilustra a continuidade da narrativa do professor da unidade de ensino da comunidade *locus* da pesquisa:

Ai é como você sabe, a gente é mandado no caso, ne? (*Risos*) A gente faz o que eles (*Secretaria de Educação*) lá pedem pra gente ir seguindo, entendeu? Sei como a comunidade aqui, por ela ser quilombola, tinha que ser totalmente diferenciado o ritmo de ensino, entendeu? Só que a gente segue o mesmo padrão (Santos, 2014).¹⁰⁶

Ainda à luz das reflexões de Moura (2006), afirmamos que, ao se tratar de um currículo contextualizado e significativo para os estudantes,

Não se está advogando o desprezo da cultura universal, patrimônio comum de toda a humanidade, mas sugerindo seguir o exemplo do que ocorre nas comunidades negras rurais que é levar em conta o contexto cultural onde a escola está inserida, e a partir daí, possibilitar que se amplie o universo da experiência e a visão de mundo dos alunos, para que possam ter acesso à universalização do saber. Como a democracia é, ao mesmo tempo, fundamento e finalidade do exercício da cidadania, a educação deve proporcionar a formação de cidadãos que respeitem a diferença e que, sem perder de vista o caráter universal do saber e a dimensão nacional de sua identidade, tenham garantido o direito à memória e ao conhecimento de sua história (Moura, 2006, p. 264).

Portanto, é na escola que os estudantes terão o acesso à universalização do saber, partindo do contexto em que a escola está inserida, ou seja, é preciso garantir aos mesmos o conhecimento de sua própria história, de suas culturas, formas de trabalho etc., ao tempo em que não se perca de vista o cunho universal do saber.

As reflexões de Moura (2006) também dialogam com Boaventura de Souza Santos, que apresenta a ecologia dos saberes, que é ancorada “na ideia de que o conhecimento é interconhecimento” (Santos, 2007, p. 23). A ecologia dos saberes propõe diálogos entre o conhecimento científico e outras formas de conhecimento. Nesse sentido, um currículo sustentado pela ecologia dos saberes viabiliza a conexão entre os conhecimentos escolares e os saberes específicos da comunidade quilombola, pois, esta parte da “ideia da diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico” (Santos, 2007, p. 23).

A efetivação de uma educação diferenciada pautada nos saberes e práticas da comunidade quilombola perpassa pela formação dos professores, pois faz-se necessário que estes

¹⁰⁶ Arivaldo José dos Santos, entrevista concedida em 29 de outubro de 2024.

compreendam os sentidos dos elementos culturais para a vida das comunidades quilombolas, para que, a partir daí, compreendam o papel da escola, do currículo, dos materiais didáticos utilizados e das atividades propostas em sala de aula no fortalecimento da identidade sociocultural dos alunos (Nascimento, 2017, p. 80).

É preciso investimento na formação inicial e continuada de professores para que estes possam atuar em consonância com a legislação sobre a educação escolar quilombola, estabelecendo diálogos com as “as especificidades da realidade histórica, política, econômica e sociocultural quilombola” (Brasil, 2012). As diretrizes ressaltam, de igual forma, a necessidade de formação dos gestores e coordenadores pedagógicos para atuarem com vistas a este fim.

De acordo com a diretora do Núcleo Escolar Rural, a coordenadora pedagógica e o professor da unidade escolar da comunidade Lagoa do Rocha, a Secretaria Municipal de Educação de Lagoa Real não oferece formação voltada para a educação escolar quilombola. Quando indagado sobre essa questão, o professor da unidade escolar contou que nunca participou de nenhuma formação e afirmou que “tem várias formações, entendeu? Que sempre eu tô por lá (*se referindo à sede – Lagoa Real*). Eles até fala sobre as comunidade quilombola, tem as indígenas, tem várias mais [...] eles falam, só que a secretaria não trabalha em si com a gente” (Santos, 2024. Grifos nossos.)¹⁰⁷.

Diante do exposto, compreendemos que a ausência de formação inicial e continuada voltada para a educação escolar quilombola compromete significativamente o desenvolvimento de práticas pedagógicas adequadas à realidade dessas comunidades. Tal lacuna inviabiliza a ressignificação do fazer pedagógico e nega aos estudantes quilombolas o direito a um ensino contextualizado, que considere sua história e sua territorialidade. Em outras palavras, observamos o descumprimento da legislação que orienta a construção de um currículo específico para a educação quilombola como também a falta de suporte institucional aos docentes e gestores escolares, sujeitos centrais do processo educativo, para que possam adaptar suas práticas às particularidades socioculturais da comunidade em que atuam.

A Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDBN), nº 9.394 de 1996, em seu artigo 12, determina que “os estabelecimentos de ensino, respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica” (Brasil, 1996).

A Resolução CEB/CNE nº 04/2010, por sua vez, em seu artigo 43, ratifica que

¹⁰⁷ Arivaldo José dos Santos, entrevista concedida em 29 de outubro de 2024.

O projeto político-pedagógico, interdependentemente da autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira da instituição educacional, representa mais do que um documento, sendo um dos meios de viabilizar a escola democrática para todos e de qualidade social (Brasil, 2010).

Com base nesse aporte legal, percebemos que a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) pelos estabelecimentos de ensino, é de caráter obrigatório e atua como mecanismo para construção de uma escola democrática. O PPP, enquanto instrumento norteador do processo educacional, delimita a intencionalidade da ação educativa e aponta os rumos para a construção de uma educação de qualidade.

Sob essa ótica, Vasconcelos (2014, p. 169) discorre que o PPP

[...] é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação.

Assim como sintetiza o autor, o PPP sistematiza de maneira flexível todo o processo de planejamento participativo, tendo em vista a ação educativa que se pretende efetivar. O plano pedagógico expressa a identidade da escola e norteia todo o trabalho da instituição. Logo, a sua construção deve acontecer de maneira coletiva, externando os interesses de toda a comunidade escolar, assim como da comunidade onde a escola está inserida.

A identidade se constrói na alteridade e não na confusão de ideias, posicionamentos e personalidades. Cada instituição deverá traçar o seu caminho; porém, este caminho poderá ser tanto mais interessante quanto maior a oportunidade de diálogo com outros sujeitos também posicionados (Vasconcelos, 2004, p. 17).

Ainda nas trilhas dos textos normativos acerca do PPP, retomamos ao artigo 8º da Resolução CNE/CEB, nº 8/2012, que, em seu inciso VIII, trata da “implementação de um projeto político-pedagógico que considere as especificidades históricas, culturais, sociais, políticas, econômicas e identitárias das comunidades quilombolas” (Brasil, 2012). Destacamos também o artigo 26º, das Diretrizes Curriculares Para Educação Escolar Quilombola, que estabelece que “o projeto político-pedagógico, entendido como expressão da autonomia e da

identidade escolar, é primordial para a garantia do direito a uma Educação Escolar Quilombola com qualidade social” (Bahia, 2013).

Apesar das diversas discussões na literatura em torno do PPP e das leis que tratam desse importante registro de uma instituição escolar, a Escola Municipal Professor Sebastião Joaquim Pinto não possui tal documento em seu acervo histórico. Segundo o professor e a coordenadora pedagógica, o PPP estaria sendo construído e a previsão de término seria no corrente ano. Durante a coleta de dados para pesquisa, não nos foi apresentado ou fornecido nenhum fragmento desses escritos.

A inexistência do Projeto Político Pedagógico compromete a autonomia da escola e se torna um entrave para a implantação da educação escolar quilombola, já que a construção do mesmo com a participação da comunidade, é pressuposto fundamental para a implantação desta modalidade de ensino (Nascimento, 2017). Sem a ação norteadora do documento, a atuação docente é também comprometida, uma vez que é decisiva nas mudanças ou potencialização de práticas educativas com foco na valorização e respeito à diversidade. Além disso, o material serve como instrumento de consulta para a qualificação e o aprimoramento das práticas pedagógicas, ao mesmo tempo em que constitui um acervo valioso que documenta e preserva a memória histórica da instituição.

Ao refletirmos sobre as conexões entre os saberes e fazeres comunitários e o contexto escolar, é relevante destacar que, durante a etapa de coleta de dados desta pesquisa, foi realizada uma oficina com crianças matriculadas na Escola Municipal Sebastião Joaquim Pinto. A atividade teve como objetivo aproximar os conhecimentos tradicionais da comunidade do ambiente escolar, promovendo uma experiência pedagógica que valorizasse os saberes locais e favorecesse a construção de aprendizagens significativas.

Embora as crianças não sejam participantes diretas desta pesquisa, a realização da oficina intitulada “Lagoa do Rocha pelo olhar das crianças” foi pensada como uma maneira para refletir sobre o trabalho realizado na escola. Ademais, tivemos o interesse em compreender se acontece uma conexão dos estudantes com as experiências vivenciadas na comunidade, seus saberes e suas culturas, com vistas a uma afirmação positiva da identidade quilombola das crianças.

A oficina aconteceu na Escola Professor Sebastião Joaquim Pinto, no dia 29 de outubro do ano de 2024, com a duração de quatro horas-aula. O número total de estudantes matriculados é igual a 6 (seis), mas apenas 4 (quatro) crianças participaram da oficina, pois faltaram 2 (duas) crianças na data da realização.

Os objetivos da oficina pretenderam: a) fazer relatos sobre seu lugar de vivência; b)

fazer registros por meio de desenhos e escrita espontânea; c) conhecer e apreciar objetos de artesanato produzidos por moradores da comunidade; d) relatar se existe interesse pela valorização de aspectos culturais da comunidade.

Para alcançar os objetivos estabelecidos, foram utilizadas as seguintes estratégias metodológicas:

1º momento: Roda de conversa sobre a comunidade/escola a partir das seguintes questões:

- Qual o nome da comunidade onde vocês vivem?
- O que vocês mais gostam nessa comunidade?
- Vocês gostam de morar aqui?
- Como vocês se divertem? Quais são as brincadeiras preferidas?
- Qual o nome desta escola? Vocês sabem por quê a escola recebeu esse nome?
- Vocês já ouviram falar sobre o Srº Sebastião Joaquim Pinto? Sabiam que ele foi o primeiro professor da comunidade?
- Vocês gostam de estudar nesta escola?

2º momento: Produção de desenhos: mapa da comunidade (indicando o que existe na comunidade: escola, igreja, associação de moradores, campo, etc).

3º momento: Apreciação de artesanato feito por moradores da comunidade.

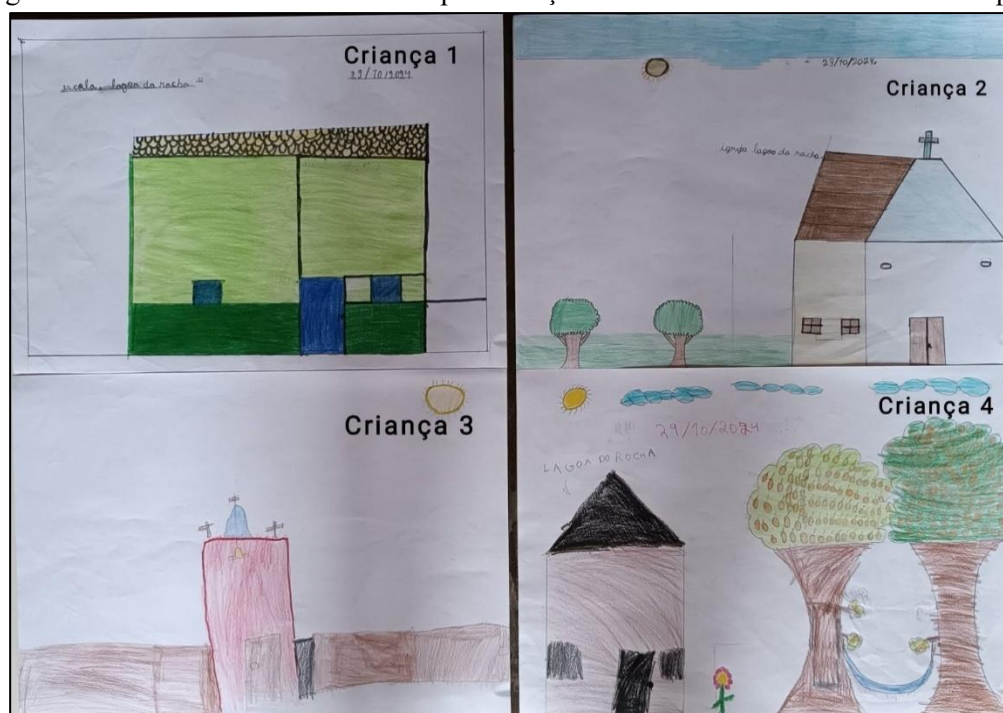
4º momento: Conversas informais com um morador da comunidade, criador de cestos artesanais com apresentação do material utilizado na construção dos cestos e demonstração de como é feito.

5º momento: Avaliação coletiva da ação.

A fim de discutir tais questões com as crianças, fizemos uma roda de conversa na própria sala de aula da unidade escolar. As perguntas foram direcionadas ao pequeno grupo de crianças, de forma aberta, sem qualquer ordem preestabelecida e sem necessidade de repostas por todas. À medida em que foram dialogando, mediadas pelas perguntas, foi possível perceber que as crianças mantêm uma rede de relações com seus familiares e amigos, vivenciando, em diferentes situações, aprendizagens e socialização, o que lhes confere um sentimento de pertencimento e conexão com o lugar de vivência. Os relatos das crianças, bem como a entrevista com o professor da unidade escolar, apontaram que a realidade vivida pelos estudantes, a trajetória de seus antepassados e toda a diversidade de conhecimentos e saberes da comunidade, não são incorporados ao currículo da escola.

Em um determinado momento da vivência com o grupo escolar, elas foram convidadas a registrar, por meio de desenhos e escrita espontânea, os espaços que existem na comunidade: escola, igreja, associação de moradores, campo, o lugar que elas mais gostam etc. As imagens do mosaico da Figura 31 ilustram esta etapa da proposta.

Figura 31: Mosaico de desenhos feitos por crianças da Escola Professor Sebastião Joaquim Pinto



Fonte: Foto da autora (2024).

O desenho da criança 01 apresenta a escola da comunidade. O estudante procurou ser fiel às cores reais e a outros detalhes do prédio escolar. As crianças 02 e 03 fizeram representações da igreja, localizada próxima à escola. Enquanto isso, a criança 04 retratou a sua residência, destacando o terreiro como um espaço para brincadeiras.

Após o registro, por meio de desenhos, os estudantes apresentaram e explicaram suas produções, além de observarem e apreciarem os trabalhos realizados pelos colegas. Nessa etapa, as descrições feitas pelos próprios alunos revelaram fortes vínculos de pertencimento à comunidade. Por meio das narrativas associadas às suas obras, evidenciaram práticas cotidianas que os conectam ao território, como a participação em missas, outras atividades religiosas, e o uso do terreiro de casa como espaço privilegiado para brincadeiras. Tais relatos ilustram a integração entre vivências comunitárias e identidade infantil, reforçando a importância de valorizar esses elementos no contexto escolar.

Sobre este aspecto, Valle (2002, p. 54) elucida que o sentimento de pertencimento relaciona-se aos “laços que prendem o sujeito ao modo de ser, aos comportamentos e estilos do grupo no qual entra, fazendo com que ele se sinta e aja como membro pleno do grupo, sobretudo no que diz respeito aos papéis sociais, às normas e valores”.

Durante a ação, e a partir dos desenhos, podemos inferir sobre as brincadeiras preferidas das crianças. Elas costumam brincar com carrinhos, pula corda, balanço de corda, bodoque e com elementos disponíveis na comunidade com pedaços de madeira e outros recursos naturais. Na imagem a seguir temos uma miniatura de um curral feito com pedaços de madeira, sendo possível notar que alguns aspectos da vida cotidiana da comunidade são representados nesta brincadeira.

Figura 32: Miniatura de curral feito com pedaços de madeira



Fonte: Foto da autora (2023).

A experiência de dialogar com as crianças, assim como as interlocuções com o professor, diretora e coordenadora pedagógica, nos permitiu perceber a necessidade de repensar caminhos para o trabalho pedagógico na referida unidade escolar, partindo dos costumes e modos de brincar das crianças, suas histórias, construindo novas possibilidades de aprendizagem a partir do conhecimento e valorização da diversidade existente na comunidade.

A realidade que os dados coletados expõem faz um alerta para a necessidade de implantação e consolidação de uma educação para as relações étnico-raciais, de modo a atender o que versa a legislação. Faz-se necessário que a Secretaria Municipal de Educação, junto ao poder público municipal, por meio de ações coordenadas, crie uma proposta específica de

educação para a comunidade Lagoa do Rocha, atentando-se para a formação continuada para professores, melhoria da infraestrutura da unidade escolar, ressignificação do currículo, suporte pedagógico, construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, entre outras questões imprescindíveis para a manutenção da identidade cultural da comunidade quilombola.

3.4 Produto educacional: Guia didático - Saberes e fazeres quilombolas: contribuições pedagógicas

A partir do desenvolvimento da pesquisa, propomos um produto educacional em formato de guia didático que intitulamos “Saberes e fazeres quilombolas: contribuições pedagógicas”, direcionado para o corpo docente da Escola Municipal Professor Sebastião Joaquim Pinto, em sua prática pedagógica com turmas de 4º e 5º Ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais. Este guia didático configura-se como um aporte para o processo de ensino e aprendizagem, uma vez que apresenta inspirações pedagógicas que podem contribuir com o aprimoramento das práticas educativas na escola da comunidade, apreciando a história local, as tradições, as brincadeiras, as práticas laborativas e os saberes e fazeres na comunidade, na perspectiva de valorização desses elementos no espaço escolar.

O produto educacional é uma das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), para conclusão do curso de Mestrado. Se trata de um objeto de aprendizagem que emerge da pesquisa científica, com o objetivo de contribuir com a prática docente nos diferentes níveis da educação. Conforme indica a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES),

No Mestrado Profissional, distintamente do Mestrado Acadêmico, o mestrando necessita desenvolver um processo ou produto educativo e aplicado em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino, em formato artesanal ou em protótipo. Esse produto pode ser, por exemplo, uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de vídeo-aulas, um equipamento, uma exposição, entre outros (Brasil, 2019a, p.15).

De acordo Freire *et al.* (2017), os produtos educacionais “não são receitas acabadas do como fazer (ensinar), mas ferramentas que indicam caminhos a serem percorridos, considerando-se as mudanças necessárias conforme o contexto e o público aos quais esses produtos se destinam.” Dessa forma, o produto educacional servirá de apoio e inspiração aos docentes, em suas práticas pedagógicas, contribuindo com a construção do conhecimento.

Pela sua definição, entende-se o guia didático como um material com informações, anotações, conteúdos, ideias, dados, experiências individuais, coletivas, que ajudam a construir conhecimentos e a ressignificar conceitos (Rangel *et al.*, 2019, p. 2). Evidencia-se, sobretudo, que este material será uma importante ferramenta pedagógica, suporte para professores em sua prática didática com turmas de 4º e 5º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais. Com este guia, os mesmos terão à sua disposição propostas de atividades em consonância com a Lei 10.639/2003, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola e as Diretrizes Curriculares Estaduais para Educação Escolar Quilombola.

Tais propostas têm em vista a valorização dos saberes e fazeres da comunidade quilombola, contribuindo com os estudos da história local, ao tempo que valoriza os sujeitos sociais da comunidade, suas histórias, vivências e cultura, contribuindo para a (re)afirmação da identidade quilombola. Nesse sentido, o fazer pedagógico possibilitará a ressignificação do currículo e articulação entre conhecimentos sistematizados e os saberes e fazeres da comunidade quilombola em uma perspectiva de valorização da cultura negra e rompimento com o pensamento hegemônico que fora imposto. Destarte, o espaço escolar tornar-se-á um local de respeito e valorização da diversidade, ao ouvir e evidenciar as vozes daqueles que foram historicamente silenciados. Além das atividades com informações acerca da comunidade fazem parte do guia, artefatos que contribuirão com as aprendizagens significativas dos estudantes, como, por exemplo, a indicação de filmes, músicas, sites, vídeos e aplicativos educacionais.

Registramos que ao longo do curso de Mestrado, especificamente na banca de qualificação, foi sugerido a construção do guia didático de maneira coletiva, a partir de diálogos com a comunidade escolar. Embora consideremos que a construção coletiva possibilitaria o engajamento de toda a comunidade escolar, tendo a própria realidade como referência na construção do produto educacional, percebemos a inviabilidade de organizar o guia didático desta forma, devido a questões como dificuldade de acesso da pesquisadora à comunidade, inexistência do PPP e ao pequeno quantitativo de estudantes na escola da comunidade.

A seguir, apresentaremos as etapas para o desenvolvimento do material proposto.

- Primeira etapa

Realização de um levantamento dos produtos educacionais do Programa de Pós Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade - PPGELS, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no período de 2019 a 2022, no Repositório Institucional Saber Aberto, a fim de verificar quais produtos educacionais relacionados à temática “Comunidades quilombolas”

estão disponíveis no repositório da instituição. Os resultados dessa busca, bem como algumas informações sobre os produtos encontrados, serão apresentados nos quadros a seguir.

Quadro 08 - Tipos de produtos educacionais disponíveis no Repositório Institucional Saber Aberto

NÚMERO DE TRABALHOS VERIFICADOS	FONTE/REPOSITÓRIO	TIPO DE PRODUTO EDUCACIONAL
9	Saber Aberto (repositório institucional da UNEB)	Material didático/instrucional: 8
		Aplicativo: 1

Fonte: Dados produzidos pela autora.

Quadro 09 - Algumas informações sobre produtos educacionais disponíveis no Repositório Institucional Saber Aberto

TÍTULO	AUTOR(A)	TIPO	ANO
Debaixo d'água D'água: A inundação da Comunidade Quilombola de Riacho das Pedras. Rio de Contas, Bahia.	Antônio Cláudio Barbosa	Sequência didática para o Ensino Médio	2019
Diversity: tecnologia digital como ferramenta de ensino e aprendizagem	Edilene de Jesus Gomes	Aplicativo \ jogo	2019
Ogbon: Caminhos para uma educação étnico-racial e quilombola	Eliete Freitas da Rocha	Caderno pedagógico	2019
Quarto de despejo: desafios e contribuições para a formação das histórias, identidades e memórias negras dos jovens quilombolas	Luciana Alves Pereira Ribeiro	Não consta	2019
Afropedagogia infantil para educadores	Valdirene Aragão Rocha	Caderno de atividades	2019
Caderno Pedagógico: Do Quilombo á Escola: Diálogos Possíveis	Monacita Pinto Reis	Caderno pedagógico	2019
Manual didático de história: saberes e fazeres do quilombo Jacaré	Marivana Vieira Silva	Manual paradidático	2019
Comunidade Quilombola Lagoa dos Anjos Saberes e práticas de gestão no artesanato	Naydson Manoel Ataíde Costa	Guia de instrução	2020

Afrofuturas Escrevíveis	Janildes Almeida Chagas	Guia didático Instrucional	2020
-------------------------	----------------------------	-------------------------------	------

Fonte: Organizado pela autora.

Os quadros 08 e 09 registram uma predominância na categoria Material Didático/Instrucional. Apesar da constatação de que os produtos educacionais relacionados à temática “educação para relações étnico-raciais”, desenvolvidos no PPGELS, se concentram em uma mesma categoria, mantivemos a proposta de produzir um guia didático por acreditar que este se adegue melhor à pesquisa e ao contexto de ensino da comunidade investigada. Assim, emergiu a necessidade de se construir um guia didático como produto educacional para viabilizar a proposição de atividades com informações sobre a comunidade estudada, tendo como base seus saberes e fazeres, a sua história e a sua cultura. Tal proposta vai de encontro às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola, que determina o respeito às singularidades e especificidades étnico- culturais da comunidade.

Após o levantamento dos produtos educacionais do Programa, analisamos os arquivos para compreender suas nuances. No aspecto técnico, observamos a organização do material, quantidade e disposição das imagens utilizadas, padrão cromático (contrastos, cor de fundo e da fonte), tamanho da fonte e clareza nas orientações das atividades e textos utilizados. Com relação aos aspectos pedagógicos, verificamos se as propostas estão de acordo com o público a que o produto educacional se destina, se as orientações são de fácil compreensão e o nível da linguagem empregada.

A partir da análise realizada, foi possível perceber o quão relevantes são os produtos educacionais realizados no âmbito do PPGELS. No entanto, vale sinalizar que alguns trabalhos apresentam uma grande quantidade de imagens, o que acaba comprometendo a organização visual do trabalho e, conseqüentemente, a sua leitura.

Os produtos educacionais encontrados a partir do levantamento feito serviram de inspiração para a construção de nosso produto educacional, ao mesmo tempo que chamam a atenção para a necessidade de um olhar atento para o *layout* do produto para que este esteja bem organizado e legível, apresentando imagens em padrão/quantidade adequadas e padronização na paleta de cores.

- Segunda etapa

Após a definição do tipo de produto, e o nível de ensino a que seria destinado, elaboramos um esboço da possível organização do guia didático e suas temáticas, que tem com

base os conceitos: quilombo, história, identidade, memória e cultura.

As inspirações pedagógicas que fazem parte do guia didático se alicerçam em leituras e reflexões de Resoluções, Leis, Diretrizes e textos que abordam a Educação para as Relações Étnico-raciais e Quilombola. Para cada atividade proposta, foram definidos os objetivos específicos, as competências e as habilidades de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O guia didático foi materializado em formato digital e apresenta a seguinte estrutura: capa, ficha técnica do produto, ficha catalográfica, sumário, apresentação, seções temáticas e referências bibliográficas. As seções temáticas foram organizadas conforme a descrição abaixo:

- ✓ Seção 1: Aquilombando – quilombo e identidade
- ✓ Seção 2: Conhecendo minha comunidade – breve histórico
- ✓ Seção 3: Oralidade – as histórias contadas e recontadas
- ✓ Seção 4: Festividades e práticas culturais

Ao final de cada seção há indicações de filmes, músicas, sites, vídeos e aplicativos educacionais. Além desses artefatos, foram disponibilizados *links* de alguns produtos educacionais encontrados a partir do levantamento feito no Repositório Institucional Saber Aberto, indicado no Quadro 9.

- Terceira etapa

Na última etapa, foi feita a organização final do guia didático (digitação, escolha de imagens e/ou ilustrações, tipo de fonte etc.) e a impressão da primeira versão, a fim de facilitar a revisão e a identificação de possíveis lacunas no material. Após esse processo, foram feitas as devidas alterações e edição da versão final do guia didático.

A elaboração deste documento pedagógico, na forma de um guia didático, possibilitou uma aproximação significativa com as práticas educacionais que podem ser desenvolvidas no contexto da comunidade quilombola. Durante o processo de criação, foram adquiridos conhecimentos relevantes por meio do estudo de obras e referenciais teóricos que dialogam com a valorização dos saberes tradicionais e com a construção de práticas pedagógicas mais contextualizadas. A análise dessas literaturas ampliou nossa compreensão sobre a importância de integrar os conhecimentos da comunidade ao currículo escolar, reconhecendo sua contribuição para uma educação mais significativa e emancipadora. Do ponto de vista pessoal e acadêmico, a produção desse material complementou a escrita da dissertação, representando

não apenas um produto final, mas também uma experiência formativa que reforça o compromisso com a educação antirracista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao rememorar o trajeto desta pesquisa me remeto a Gonzaguinha (1982), em *Caminhos do coração*, em que, sabiamente, diz “que se depende sempre de tanta, muita, diferente gente”. A busca de respostas para o problema dessa pesquisa, guiada pelo professor orientador, tornou-se possível graças às entrevistas e informações acerca da comunidade e da escola e às reflexões de autores com os quais dialoguei durante este percurso.

Conforme explicito na dissertação, as motivações para a realização desta pesquisa estão diretamente interligadas à minha trajetória enquanto professora e cidadã. Ao ouvir e evidenciar as vozes dos quilombolas de Lagoa do Rocha, busquei conhecer seus saberes, fazeres, histórias e culturas, analisando se estes elementos são levados para a escola, com vistas à afirmação de uma identidade quilombola.

Por meio das narrativas das pessoas que colaboraram com esta pesquisa, foi possível conhecer aspectos históricos e sociais da comunidade, o modo de vida, as experiências cotidianas, bem como suas manifestações culturais. Nesse sentido, reafirmamos a importância da história oral, que com os devidos cuidados e compromissos éticos, “tende a representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém, formam um todo coerente depois de reunidos [...]” (Portelli, 1997, p. 16). Ao compartilhar suas histórias, os colaboradores desta pesquisa ajudaram na construção dessa colcha de retalhos, cujos pedaços foram unidos à luz das reflexões de muitos autores e da minha interpretação dos fatos enquanto pesquisadora.

Quanto aos aspectos históricos registrados nesta investigação, constatamos que a nossa comunidade *locus* formou-se no século XIX com a chegada das primeiras famílias àquela localidade. As narrativas dos moradores entrevistados rememoram as dificuldades e enfrentamentos de todas as pessoas que fizeram parte da construção daquele lugar/território. Para além disso, desvelam como a falta de garantia de direitos básicos relacionados às áreas de saúde, educação esporte e lazer, comprometem o fortalecimento e autonomia da comunidade, reiterando a importância das políticas públicas afirmativas.

As narrativas também fazem referência a uma pluralidade do modo de vida e experiências cotidianas dos moradores ao longo da história da comunidade, demonstrando que suas produções econômicas se davam, sobretudo, a partir da relação com a terra. O manejo da palmeira licuri é rememorado como uma importante atividade para o sustento das famílias até meados do ano de 1952. Atualmente, na comunidade, se mantém a agricultura e pecuária de

subsistência, sendo comum o cultivo de árvores frutíferas, hortaliças, feijão, milho, cana-de-açúcar, a mandioca para a feita da farinha, entre outros. Os moradores criam animais como bovinos, suínos, equinos e aves.

As manifestações culturais em Lagoa do Rocha são bastante diversas, destacando-se os festejos à padroeira Nossa Senhora Aparecida, o Terno de Reis, festejos de São Cosme e Damião, prática do artesanato que no passado já fora fonte de renda, a cavalgada e outros saberes como o uso de plantas medicinais. Com as falas dos informantes, conhecemos as vivências destas tradições na comunidade e percebemos como as lembranças apontam valores, costumes e atitudes expressas em diversas manifestações.

Em linhas gerais, a pesquisa nos levou a perceber que apesar da diversidade existente em Lagoa do Rocha, não há uma conexão entre escola e comunidade, uma vez que as práticas pedagógicas não contemplam as especificidades do lugar, ou seja, não existe a articulação entre o conhecimento escolar e os conhecimentos do lugar/território, pois o currículo continua sendo pensado pelo viés eurocêntrico. Dessa forma, nega-se às crianças da Escola Municipal Professor Sebastião Joaquim Pinto o conhecimento da própria história e da trajetória de seus ancestrais. É preciso descolonizar o currículo, como defende (Gomes, 2012), a partir de uma dialogicidade entre escola, currículo e a realidade dos estudantes, sendo este o tripé fundamental para a construção de uma pedagogia quilombola defendida por Souza (2015).

Para além da descontextualização do currículo, a pesquisa ainda nos permitiu identificar outros desafios como a infraestrutura inadequada da escola, a falta de formação inicial e continuada para professores e equipe gestora e a inexistência do PPP. Todas estas questões se configuram como entraves para a implantação e efetivação da educação escolar quilombola. A falta de formação inicial e continuada impossibilita a adaptação do currículo à realidade da comunidade e, dessa forma há uma permanência de práticas pedagógicas descontextualizadas em relação à realidade dos estudantes. Mais uma vez percebemos que as vivências no ambiente escolar não colaboram para a afirmação da identidade quilombola das crianças.

O PPP, instrumento que deve nortear todo o trabalho da instituição de ensino, conforme explicita as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, no artigo nº 32, “[...] deverá estar intrinsecamente relacionado com a realidade histórica, regional, política, sociocultural e econômica das comunidades quilombolas” (Brasil, 2012). A ausência deste documento na Escola Municipal Professor Sebastião Joaquim Pinto, compromete a autonomia da unidade escolar e o trabalho pedagógico que vise a construção de aprendizagens contextualizadas com a realidade das crianças e que contribuam para o fortalecimento da identidade quilombola.

O presente estudo constatou, de igual forma, a necessidade de se construir uma educação alinhada à Lei nº 10.639 e à legislação que trata da educação escolar quilombola, com vistas à construção de uma educação emancipatória e para o exercício da cidadania de maneira consciente e ativa. Desse modo, urge uma articulação da comunidade e esforços do poder público municipal, estadual e federal.

Revisitando a legislação que trata da educação escolar quilombola, é importante mencionarmos também aquela que está em voga neste momento como o PNEERQ, instituída pelo MEC e gerenciada pela SECADI. Essa política tem como objetivo “implementar ações e programas educacionais voltados à superação das desigualdades étnico-raciais na educação brasileira e à promoção da política educacional para a população quilombola” (Brasil, 2024). Assim como outros instrumentos normativos, a PNEERQ resulta da luta dos movimentos sociais negros, possibilitando a ampliação do debate sobre a educação escolar quilombola.

Diante das demandas da comunidade, a fim de contribuir com o aprimoramento das práticas pedagógicas na Escola Municipal Professor Joaquim Pinto e atendendo a um dos requisitos do mestrado profissional, de acordo com a CAPES, foi elaborado o guia didático “Saberes e fazeres quilombolas: contribuições pedagógicas”, contendo propostas de atividades a partir da realidade local. Este guia didático será entregue à equipe escolar e poderá auxiliar o processo de ensino e aprendizagem na escola da comunidade.

Ao repartir suas histórias e memórias, por meio das entrevistas e de conversas informais, moradores de Lagoa do Rocha nos permitiram fazer esse importante registro através dessa dissertação. Ouvir e evidenciar suas vozes em uma sociedade que historicamente apagou epistemologias negras é uma maneira de conhecer histórias de lutas e resistências de populações negras no Brasil, (re)conhecer e valorizar as imensas contribuições na formação da sociedade brasileira e, sobretudo, contribuir com o debate antirracista.

REFERÊNCIAS

- ABA. Documento do Grupo de Trabalho sobre comunidades negras rurais. Disponível em: Documento do Grupo de Trabalho sobre comunidades negras rurais. | Acervo | ISA (socioambiental.org). Acesso em 10 de Jun. de 2024.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra; FILHO, Walter Fraga. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombolas e novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.
- ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar**. 5.ed. Campinas: Papirus, 2000.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- ARRUTI, José Maurício. **Mocambo**: Antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: Edusc, 2006. 370 p.
- BAHIA. **Diretrizes Curriculares Estaduais Para Educação Escolar Quilombola**. Secretaria Estadual de Educação. Salvador - Bahia, Conselho Estadual de Educação da Bahia, Secretaria do Estado da Bahia, 2014.
- BAHIA. **Lei Ordinária nº 13 908, de 29 de janeiro de 2018**. Estabelece como patrimônio biocultural, as espécies do Licuri, do Ariri e do Umbu, torna essas 16 espécies imunes ao corte e dá outras providências. Diário Oficial do Estado da Bahia, Salvador, 2018.
- BESSA, L.F. **Condições de trabalho de parteiras tradicionais**: algumas características no contexto domiciliar rural. Rev.Esc.Enf.USP , v.33, n.3, p.250-4 , set. 1999.
- BOSI, Alfredo. **O ser e o tempo da poesia**. São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças dos velhos. São Paulo: Companhia das letras, 1994.
- BRAGA, Sara Ferreira. **Resistência e Invisibilidade**: Um Estudo Sobre Comunidades Quilombolas e Políticas Públicas. 2015. 179 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social). Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, março 2015.
- BRASIL, CAPES. **Documento de área – ensino**. Brasília, 2019a. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>. Acesso em 16 de 2024.
- BRASIL. **Artigo 68 da Constituição Federal – 1988**. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Conferência Nacional de Educação (CONAE)**. Documento final. Brasília: MEC, SEA, 2010

BRASIL. **Decreto nº 4887 de 20 de novembro de 2003**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 de novembro de 2003.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Brasília. Conselho Nacional de Educação, 2013.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: SECAD, 2004.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n.º 9.394 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira. Brasília: Ministério da Educação- MEC, Governo Federal. 2003.

BRASIL. Lei Nº 9394. LDB. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Ministério da Educação - MEC, Governo Federal, 1996.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Documento-base – Diretrizes e recomendações técnicas para adoção de boas práticas de manejo do licuri (Syagrus coronata)**. Brasília: MAPA/ ACS, 2012. 33p. (Série: Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável orgânico).

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável. Departamento de Extrativismo. **Licuri: boas práticas para o extrativismo sustentável orgânico** / Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável. Departamento de Extrativismo. – Brasília, DF: MMA, 2017.

BRASIL. **Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola**. Brasília: MEC/SECADI, 2023.

BRASIL. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020** dispõe sobre a Substituição das Aulas Presenciais por Aulas em Meios Digitais Enquanto Durar a Situação de Pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Ministério da Educação, 2020. Disponível em:

BRASIL. **Resolução CNE/CEB 7/2010**. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de dezembro de 2010.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 3/2021**. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de maio de 2021.

Brasília, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, 20 de novembro de 2012.

CAMPOS, Margarida Cássia. GALLINARI, Tainara Sussai. **A educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil**. Revista Nera – Ano 20, Nº. 35 – Janeiro/Abril de 2017 – ISSN: 1806-6755

CARDOSO, Rivelli. [et al.]. **Associação de Moradores**. Apoio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR. Artgraph, São Paulo, 2012. Disponível em:

https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/escritorio-modelo/biblioteca/09_Associacao_moradores_web.pdf. Acesso em: 11 de set. de 2024.

CASSAB, Latif Antonia; RUSCHEINSKY, Aloísio. **Indivíduo e ambiente**: a metodologia de pesquisa da história oral. Biblos, Rio Grande, n. 16, p. 7-24, 2004.

CEDEFES – Centro de Documentação Elóy Ferreira da Silva. **Comunidades quilombolas de Minas Gerais no século XXI** – História e resistência. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

COLFERAI, S. A. **Entre cavalos, colheitadeiras e abadás**: a cavalgada como celebração da colonização agrícola da Amazônia. Revista Eletrônica Mutações, [S. l.], v. 4, n. 7, 2013. Disponível em: //periodicos.ufam.edu.br/index.php/relem/article/view/558. Acesso em: 1 out. 2024.

DELGADO, E. C. . **Lagoa Real sua história e seu povo!**. 01. ed. Campina Grande: Gráfica e Editora Agenda Ltda, 2003. v. 2.100. 118 p.

DELGADO, Lucília de A.N. **História oral e narrativa**: tempo, memória e identidades. História oral, 6, 2001, p. 9-25.

DIAS, Adeuma Silva. **Sambaíba Território Quilombola**: Histórias, Memórias e Identidades (Riacho de Santana/Ba- 1988-2005). 2024. 43 f. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade do Estado da Bahia, Caetité, 2024.

DIAS, Júlio César Tavares. **Doce de Cosme e Damião**: considerações sobre um caso de sincretismo. Revista Diálogos – N. ° 11 – Abr/Mai – 2014.

DUARTE, Santina Abília. **Santina Abília Duarte**: entrevista [16 out. 2024] Entrevistadora: Cleidiana Brito da Silva. Caetité: UNEB, 2024. Gravador digital. Morador de Lagoa do Rocha. Entrevista concedida ao projeto de Histórias Repartidas: Cultura, Saberes e Ensino na Comunidade Quilombola Lagoa Do Rocha – Lagoa Real-Bahia.

DUTRA, Nivaldo Osvaldo. Identidades, territórios: a luta pela garantia da vida na comunidade negra de Mangal\Barro Vermelho. In: SANTANA, Napoliana Pereira (Org.). **Diversidade étnico-racial, educação e quilombo no Território Velho Chico**. Goiânia: Kelps, 2016.

DUTRA, Nivaldo Osvaldo. **Liberdade é reconhecer que estamos no que é nosso**: comunidades negras do Rio das Rãs e da Brasileira – BA (1982 – 2004). 2007. 182 f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

DUTRA, Nivaldo Osvaldo. **Retalhos da memória**: Os negros de Mangal \ Barro Vermelho – comunidade quilombola do Médio São Francisco - Bahia. 209 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

FIABANI, Adelmir. **Os novos quilombos**: luta pela terra e a afirmação étnica no Brasil [1998 – 2008]. 2008. 275 f. Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo/RS, 2008.

FIGUEIREDO, Alessandra Aninceto Ferreira de; QUEIROZ, Tacinara Nogueira de. **A utilização de rodas de conversa como metodologia que possibilita o diálogo**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais eletrônicos), Florianópolis, 2012.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila

FONTES, Daiane. SARAIVA, Juracy Assmann. **Reisados de Boa Nova (Ba):** de Geração para Geração, Patrimônio Imaterial. Interdisciplinar, São Cristóvão, v. 29, jan.-jun., p. 173-187, 2018.

FRANÇOIS Etienne. A fecundidade da história oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira, (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Fundação Getúlio Vargas, 8ª Edição, Rio de Janeiro, 2006.

FREIRE, G. G.; ROCHA, Z. de F. D. C.; GUERRINI, D. **Produtos educacionais do Mestrado Profissional em Ensino da UTFPR – Londrina:** estudo preliminar das contribuições. Revista Polyphonia, Goiânia, v. 28, n. 2, 2018. DOI: 10.5216/rp.v28i2.52761. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/sv/article/view/52761>. Acesso em: 20 nov. 2023.

FREITAS, Morena. **Correndo atrás de doce:** socialidades na festa de Cosme e Damião no Rio de Janeiro. Ponto Urbe [Online], 24 | 2019, posto online no dia 26 junho 2019, consultado o 04 junho 2020. URL : <http://journals.openedition.org/pontourbe/6201> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/pontourbe.6201>

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola> Acesso em 02 de Jun. de 2024.

GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos:** mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVI – XIX). São Paulo: Ed. UNESP: Ed. Polis, 2005

GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas:** Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Flávio. **Palmares**. São Paulo: Contexto, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Alguns Termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma Breve Discussão. In: BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação Anti-racista:** caminhos abertos pela Lei Federal nº 10. 639/03. Brasília, 2005, p. 39-62.

GOMES, Nilma. Lino. Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos. **Currículo Sem Fronteiras**, [s. l.], v. 12,n. 1, p. 98-109, jan./abr.2012

GONZAGUINHA. **Caminhos do coração**. Rio de Janeiro: Deck, 2015. Disponível em: <https://soundcloud.com/search?q=caminhosdocoracaogonzaguinha>. Acesso em 23 de março de 2025.

GUIMARÃES, Eudes Marciel Barros. **Um painel com cangalhas e bicicletas:** os (des)caminhos da modernidade no alto sertão da Bahia. (Caetité, 1910-1930), 2012. 151 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2011.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do “popular”. *In: Da diáspora: identidade e mediações culturais*. Tradução de Adelaine La G. Resende et al. Minas Gerais: Ed. UFMG, 2003.

IBAMA – **Instrução Normativa nº 191\2008**. Disponível em: <https://www.normasbrasil.com.br/norma/instrucao-normativa-191-2008> Acesso em 30 de dez. de 2024.

JOSÉ, G. M. S. S.. MOREIRA, Núbia Regina. Mulher quilombola: trajetória e memórias de Bezinha. *In: NASCIMENTO, Washington. Et alii. Narrativas ancestrais: Histórias e Trajetórias de Mulheres Negras na Bahia*. Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2022.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil**: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.

LIMA, Ricardo Gomes. **Artesanato e Arte Popular**: duas faces de uma mesma moeda. Disponível em: <https://www.cliqueapostilas.com.br/> Acesso em 17 de out de 2024

MAIA, Tim. **A festa de Santo Reis**. Disponível em: <https://novabrasilfm.com.br/musica/historia-de-a-festa-do-santo-reis-sucesso-de-tim-maia-no-dia-de-reis> Acesso em 12 de nov. de 2024.

MARTINS, Eloísa Cecília Dias. **Relatos de Experiências**: Narrativas de Beleza e Encantamento no Ensino De Ciências. 2021. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ensino, Linguagem e Sociedade). Universidade do Estado da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade – PPGELS Caetité, 2021.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MINAYO, M. C. S.. **Análise qualitativa**: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.17, n.3, p. 621 - 626, 2012.

MORAES, Carine Novaes. **Inventário Museológico Do Museu do Alto Sertão da Bahia na Comunidade Quilombola Pau Ferro do Joazeiro**, Caetité, Bahia. 2019. 199 f. Dissertação (Mestrado em Museologia). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Museologia, Salvador, 2019.

MOREIRA, Abel José. **Abel José Moreira**: entrevista [25 ago. 2024] Entrevistadora: Cleidiana Brito da Silva. Caetité: UNEB, 2024. Gravador digital. Morador de Lagoa do Rocha. Entrevista concedida ao projeto de Histórias Repartidas: Cultura, Saberes e Ensino na Comunidade Quilombola Lagoa Do Rocha – Lagoa Real-Bahia.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera. **Indagações sobre currículo**: currículo, conhecimento e cultura. Brasília: DF. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

MOURA, Gloria. Aprendizado nas comunidades quilombolas: currículo invisível. *In: BRAGA, Maria Lúcia de Santana; SOUZA, Edileuza Penha de; PINTO, Ana Flávia*

Magalhães (organizadoras). **Dimensões da inclusão no ensino médio:** mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006, p. 259-268.

MOURA, Adriana Borges Ferro; LIMA, Maria da Glória Soares. **A reinvenção da roda:** roda de conversa, um instrumento metodológico possível. Interfaces da educação, Paranaíba, v.5, n. 15, p. 24 – 35, 2014.

MOURA, Glória. Quilombos contemporâneos no Brasil. In: CHAVES, R.; SECCO, C.; MACÊDO, Tânia (Orgs.) **Brasil\África:** como se o mar fosse mentira. São Paulo: Editora UNESP; Luanda, Angola: Chá de Caxinde, 2006.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo.** 2 ed. Brasília/ Rio de Janeiro: Fundação Palmares/ OR Editor Produtor, 2002.

NASCIMENTO, Lisângela Kati do. Educação escolar quilombola: reflexões sobre os avanços das políticas educacionais e os desafios para a prática pedagógica no Vale do Ribeira – SP. In: **Educação e contemporaneidade.** Revista da FAEBA, Ed. E Contemp., Salvador, v. 26, n. 49, p. 69-86, maio\agosto. 2017.

NOBLICK, L. R. Palmeiras das caatingas da Bahia e suas potencialidades econômicas. In: **Simpósio sobre caatinga e sua exploração racional,** 1984, Feira de Santana. Anais... Brasília: Embrapa-DDT, 1986.

O QUE É UMA NOVENA. **Paróquia Bom Pastor.** Disponível em: <https://obompastor.org.br/o-que-e-uma-novena/> Acesso em 14 de Out. de 2024.

OLIVEIRA, Gilma Souza. **Vivências escolares de estudantes quilombolas:** um estudo a partir da Teoria Racial Crítica sobre o Colégio Estadual de Seabra – Tempo Integral. 2024. 237 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais). Universidade Federal do Oeste da Bahia, Barreiras, 2024.

OLIVEIRA, Ires Verena. **Ser quilombola:** práticas curriculares em educação do campo. Rev. FAEBA – Ed. e Contemp., Salvador, v. 26, n.49, p 139 – 154, maio/ago. 2017.

PEREIRA, Antônio. **Análise de dados, o tendão de Aquiles da pesquisa interventiva nos mestrados profissionais em educação:** por quê? Tear: revista de Educação Ciência e Tecnologia, v.11, n.2, 2022.

PINTO, Aparecida da Silva Lima. **Aparecida Silva Lima Pinto:** entrevista [25 ago. 2024] Entrevistadora: Cleidiana Brito da Silva. Caetité: UNEB, 2024. Gravador digital. Morador de Lagoa do Rocha. Entrevista concedida ao projeto de Histórias Repartidas: Cultura, Saberes e Ensino na Comunidade Quilombola Lagoa Do Rocha – Lagoa Real-Bahia.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. **Fios da Vida:** tráfico internacional e alforrias nos sertões de Sima –BA (1860-1920). São Paulo: Annablume, 2009.

PORTELLI, Alessandro. História oral e memórias entrevista com Alessandro Portelli. Entrevista concedida a Paulo Roberto de Almeida e Yara Aun Koury. **Revista História e Perspectivas,** n. 50, v. 27, ago. 2014.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente.** Proj. História, São Paulo,

1997.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho**: algumas reflexões sobre a ética na história oral. Revista Projeto História, n.15, p.13-15-16, 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL LAGOA REAL. **Plano Municipal de Educação de Lagoa Real**. Diário Oficial do Município, Ibiassucê, Bahia, 26 de junho de 2015. Disponível em: <http://portaldatransparencia.com.br/prefeitura/lagoareal/?pagina=abreDocumento&arquivo=31EE005F894A> Acesso em 25 outubro. 2024.

RANGEL, Feliper Sarnangui; DELCARRO, Jéssica C. Silva; OLIVEIRA, Lohan Galvão. **Guia didático – como se faz?**. Instituto Federal do Espírito Santo. IFES Programa de Pós - Graduação em Ciências e Matemática – EDUCIMAT

REIS, Maria Clareth Gonçalves. **Reflexões sobre a construção da identidade negra num quilombo pelo viés da história oral**. 27ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação ANPED. Caxambu/MG, 2004.

RIBEIRO, Djamila. Djamila Ribeiro: entrevista [nov. 2020]. Entrevistadores: BERTH, Joice; Ad Júnior; ODARA, Mafoane; BARTIS, Cris; DIAMANT, Fernanda. Entrevista 63 concedida ao Roda Viva. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jn1AtnzTql8> Acesso em: 23 de mar. de 2025.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROCHA, Eliete Freitas da. **Desafios para uma educação que constitua e fortaleça a identidade afro-brasileira no quilombo Santo Inácio – Ibiassucê – Bahia**. 2022. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ensino, Linguagem e Sociedade). Universidade do Estado da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade – PPGELS, Caetité/BA, 2022.

ROCHA, Kilma Manso Raimundo da. **Biologia reprodutiva da palmeira licuri (Syagrus coronata) (Mart.) Becc. (Arecaceae) na ecorregião do Raso da Catarina**. 2009. 98 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais). Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Ciência Florestal, Recife, 2009.

RODRIGUEZ, Margarita. **'Irmãos de leite'**: o amor proibido entre duas pessoas amamentadas pela mesma mulher. Dezembro 2020. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/irmaos-de-leite-o-amor-proibido-entre-duas-pessoas-amamentadas-pela-mesma-mulher> Acesso em 06 de jan. de 2025.

SABER ABERTO – **Repositório Institucional da Universidade do Estado da Bahia**. Disponível em: <https://saberaberto.uneb.br/home>. Acesso em 27 de Nov. de 2023.

SACRAMENTO, Adriana de Jesus. **Artes e Práticas Curativas em Caetité - Ba (1897-1940)**. 2012. 143 f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local). Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2012.

SANTANA, Jaqueline. **Histórias de quilombos do Alto Sertão da Bahia**: Lagoa do Rocha. Salvador: Portuário, 2019.

SANTANA, Jaqueline. **Histórias de quilombos do Alto Sertão da Bahia**: Gurunga. Salvador: Portuário, 2019.

SANTANA, Napoliana Pereira. **Raízes negras em terras dos sertões da Bahia**: famílias e comunidades de africanos, libertos a quilombolas (Urubu, 1870-1930). 246 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

SANTOS, Ana Rosa dos. **Ana Rosa dos Santos**: entrevista [12 nov. 2024] Entrevistadora: Cleidiana Brito da Silva. Caetité: UNEB, 2024. Gravador digital. Morador de Lagoa do Rocha. Entrevista concedida ao projeto de Histórias Repartidas: Cultura, Saberes e Ensino na Comunidade Quilombola Lagoa Do Rocha – Lagoa Real-Bahia.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos**: modos e significados. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SANTOS, Arivaldo José dos Santos. **Arivaldo José dos Santos**: entrevista [29 out. 2024] Entrevistadora: Cleidiana Brito da Silva. Caetité: UNEB, 2024. Gravador digital. Morador de Lagoa do Rocha. Entrevista concedida ao projeto de Histórias Repartidas: Cultura, Saberes e Ensino na Comunidade Quilombola Lagoa Do Rocha – Lagoa Real-Bahia.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal**: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Revista crítica de ciências sociais, 2007, 78: 3-46.

SANTOS, Jorge José dos. **Jorge José dos Santos**: entrevista [25 ago. 2024] Entrevistadora: Cleidiana Brito da Silva. Caetité: UNEB, 2024. Gravador digital. Morador de Lagoa do Rocha. Entrevista concedida ao projeto de Histórias Repartidas: Cultura, Saberes e Ensino na Comunidade Quilombola Lagoa Do Rocha – Lagoa Real-Bahia.

SANTOS, Natália Santana Duarte. **Natália Santana Duarte dos Santos**: entrevista [17 dez. 2024] Entrevistadora: Cleidiana Brito da Silva. Caetité: UNEB, 2024. Gravador digital. Morador de Lagoa do Rocha. Entrevista concedida ao projeto de Histórias Repartidas: Cultura, Saberes e Ensino na Comunidade Quilombola Lagoa Do Rocha – Lagoa Real-Bahia.

SANTOS, Reinaldo da Silva. **Reinaldo da Silva Santos**: entrevista [26 dez. 2024] Entrevistadora: Cleidiana Brito da Silva. Caetité: UNEB, 2024. Gravador digital. Morador de Lagoa do Rocha. Entrevista concedida ao projeto de Histórias Repartidas: Cultura, Saberes e Ensino na Comunidade Quilombola Lagoa Do Rocha – Lagoa Real-Bahia.

SATO, Michele; SANTOS, Déborah Luíza Moreira Santana; SILVA, Regina Aparecida. **Educação e Território**: A Luta por uma Construção Decolonial No Quilombo de Mata Cavalu. Atos de Pesquisa em Educação, [S. l.], v. 16, p. e9100, 2021.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. **A atualização do conceito de quilombo**: identidade e território nas definições teóricas. Ambiente e Sociedade, São Paulo, v. 5, n. 10, 1º Semestre de 2002.

SILVA, Simone Rezende da; NASCIMENTO, Lisangela Kati do. **Negros e territórios quilombolas no Brasil**. Rev. Cadernos CEDEM, Marília \ SP, v. 3, n.1 p 23– 37, ago. 2012.

SILVEIRA, Éder da Silva. **História oral e memória**: pensando um perfil de um historiador etnográfico. Métis: história e cultura, v. 6, n. 12, p. 35 – 44, jul.\dez. 2007.

SIQUEIRA, Sonia Aparecida. **Constituição da memória como fato social**: visão de mundo e comportamento cotidiano. In: WEHLING, Arno. WEHLING, Maria José. Memória social e documento: uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro. Mestrado Memória Social e Documento, 1997. P 117 – 119.

SOARES, P. S. **Comercialização de plantas medicinais**: um estudo etnobotânico na feira livre no município de Guarabira, Paraíba, Nordeste do Brasil. 2016. 38f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia)- Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2017.

SOBRINHO, Maria Neves Sobrinho. **Maria Neves Sobrinho**: entrevista [16 ago. 2024] Entrevistadora: Cleidiana Brito da Silva. Caetité: UNEB, 2024. Gravador digital. Morador de Lagoa do Rocha. Entrevista concedida ao projeto de Histórias Repartidas: Cultura, Saberes e Ensino na Comunidade Quilombola Lagoa Do Rocha – Lagoa Real-Bahia.

SODRÉ, Muniz. **Claro e Escuros** - identidade, Povo e Mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUSA, Marlene. **Deusdedit Meira Prates**: Saberes e práticas de um homem de fé, caridade e sabedoria no Alto Sertão da Bahia. Graficalog, 2018.

SOUZA, Shirley Pimentel de. **Educação escolar quilombola**: as pedagogias quilombolas na construção curricular. 112f. 2015. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2015.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. **Valores civilizatórios afro-brasileiros na educação infantil**. P. 30 a 36. Boletim 22, novembro 2005 Ministério da Educação. Disponível em: <https://atividadesescolaresprontas.com.br/wp-content/uploads/2021/11/Valores-afro-brasileiros-na-educacao-1.pdf#page=30> Acesso em 24 de Set. de 2024.

VALLE, Edênio. **Conversão**: da noção teórica ao instrumento de pesquisa. Revista Eletrônica de da Religião. Nº 2 / 2002 / pp. 51-73 Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv2_2002/p_valle.pdf Acesso em 28 de Fevereiro de 2025.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento**: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. 24 ed. São Paulo: Libertad, 2014.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 5. ed. São Paulo: Libertad, 2004.

VIEIRA, G. C. *et al.* **Entre Sela e Saudade**: Um Estudo das Representações Sociais da Cavalgada no Sertão Norte-Mineiro (2005-2020). LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 1–22, 2024. DOI: [10.35699/2447-6218.2024.54935](https://doi.org/10.35699/2447-6218.2024.54935). Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/54935>. Acesso em: 23 jan. 2025.

XAVIER, Fabiana Guimarães. **Políticas públicas para cultura negra**: a Fundação Cultural Palmares. 2019. 169 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

ANEXOS

Anexo A: Parecer Consubstanciado do CEP

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Histórias Repartidas: Cultura, Saberes e Ensino na comunidade quilombola de Lagoa do Rocha (Lagoa Real-BA) **Pesquisador:** CLEIDIANA BRITO DA SILVA **Área Temática:** **Versão:** 2

CAAE: 76743123.7.0000.0057

Instituição Proponente: Departamento de Ciências Humanas - Campus VI

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.728.079

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um protocolo do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE, trata-se de uma pesquisa qualitativa, com trabalho de campo de caráter etnográfico, que visa colaborar com a produção historiográfica, uma vez que buscar valorizar a presença negra na Bahia, em especial em Lagoa Real, município onde se localiza a comunidade lócus da pesquisa. Objetiva fazer uma discussão sobre a origem, o modo de vida, as manifestações culturais e a identidade negra na comunidade, à luz destas questões, será analisado o papel da escola como forma de afirmação da identidade negra. Propõe como procedimentos para coleta de dados pesquisa documental e de campo, por meio da história oral, com a realização de entrevistas com questões previamente elaboradas e a Roda de Conversa. Como recurso complementar, farei a análise documental (de matrículas escolares), das observações e registros do diário de campo e os registros fotográficos.

Hipótese: A escola da comunidade Lagoa do Rocha, por meio de atividades e ações cunhadas na tradição oral, propicia a valorização da cultura negra, contribuindo dessa forma, para uma afirmação positiva da identidade negra na comunidade

Objetivo da Pesquisa:

De acordo com a autora o protocolo de pesquisa proposto tem como objetivos:

Objetivo Primário: Analisar o papel da escola como forma de afirmação da identidade negra, à

luz das experiências vivenciadas na comunidade, seus saberes e cultura.

Objetivo Secundário: ; Conhecer a origem da comunidade; ; Analisar o modo de vida e as experiências do cotidiano dos moradores da comunidade; ; Conhecer as manifestações culturais existentes na comunidade; ; Identificar de que forma, ou se, as manifestações culturais da comunidade colaboram com a construção da identidade; ; Elaborar uma cartilha a fim de contribuir com a prática pedagógica na escola da comunidade, com vistas à valorização da cultura local, tendo como referência a memória individual e coletiva dos sujeitos sociais do lugar.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisadora atende de forma as normativas 466/2012 e 510/2016.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Destacamos que todos os comentários deste parecer são baseados na correlação dos princípios éticos (autonomia, não maleficência, beneficência, equidade e justiça) com os aspectos da pesquisa (objeto, participante, metodologia e aspectos do campo). Sempre na perspectiva da orientação e sem julgamento de valores, conforme preconiza a ética no seu significado mais profundo que é propor a dignidade humana. Critérios de inclusão e/ou critério de exclusão: Em conformidade O orçamento: Em conformidade.

O cronograma: Em conformidade

Instrumento de registro de dados: Em conformidade

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Na perspectiva da eticidade, conforme segue:

- 1 ; Termo de compromisso do pesquisador responsável: Em conformidade.
- 2 ; Termo de confidencialidade: Em conformidade.
- 3 ; A autorização institucional da proponente: Em conformidade..
- 4 ; A autorização da instituição coparticipante: Em conformidade5 - Folha de rosto: Em conformidade.
- 6 ; Modelo do TCLE: Em conformidade.
- 7 ; Modelo do Assentimento: Em conformidade.
- 8 ; Declaração de concordância com o desenvolvimento do projeto de pesquisa: Em conformidade.

9 ; Termo de concessão: apresenta-se em conformidade.

10 - Termo de compromisso para coleta de dados em arquivos: Em conformidade.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Tendo em vista o exposto no projeto e no formulário de informações básicas da Plataforma Brasil o projeto é considerado APROVADO devendo o pesquisador apresentar no final o relatório de pesquisa conforme estabelece a Resolução 466/12 que norteiam a pesquisa envolvendo seres humanos.

Considerações Finais a critério do CEP:

Após a análise com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos sujeitos da pesquisa tendo respeitado os princípios da autonomia dos participantes da pesquisa, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2200155.pdf	23/03/2024 19:42:12		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	23/03/2024 19:40:27	CLEIDIANA BRITO DA SILVA	Aceito
Outros	Instrumentocoletadedados.pdf	23/03/2024 19:39:39	CLEIDIANA BRITO DA SILVA	Aceito
Outros	Termodeanuencia.pdf	23/03/2024 19:38:07	CLEIDIANA BRITO DA SILVA	Aceito
Outros	Autorizacaoinstitucionaldacoparticipante.Pdf	23/03/2024 19:36:46	CLEIDIANA BRITO DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	23/03/2024 19:33:32	CLEIDIANA BRITO DA SILVA	Aceito
Outros	Termodeconfidencialidade.pdf	21/12/2023 21:02:45	CLEIDIANA BRITO DA SILVA	Aceito
Outros	Termodeconcessao.pdf	21/12/2023	CLEIDIANA BRITO DA SILVA	Aceito

Página 03 de

Outros	Termodeconcessao.pdf	21:02:03	DA SILVA	Aceito
Outros	Termodecompromissoparacoletadedados.pdf	21/12/2023 20:59:58	CLEIDIANA BRITO DA SILVA	Aceito
Outros	Entrevista.pdf	16/11/2023 20:09:56	CLEIDIANA BRITO DA SILVA	Aceito
Outros	Autorizacao_imagem.pdf	16/11/2023 20:02:15	CLEIDIANA BRITO DA SILVA	Aceito

Outros	Termo_compromisso.pdf	16/11/2023 19:58:10	CLEIDIANA BRITO DA SILVA	Aceito
Outros	Declaracao_concordancia.pdf	16/11/2023 19:56:46	CLEIDIANA BRITO DA SILVA	Aceito
Outros	Autorizacao_coparticipante.pdf	16/11/2023 19:55:34	CLEIDIANA BRITO DA SILVA	Aceito
Outros	Autorizacao_institucional.pdf	16/11/2023 19:51:58	CLEIDIANA BRITO DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_plataforma.pdf	16/11/2023 18:35:04	CLEIDIANA BRITO DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:



Não

SALVADOR, 27 de Março de 2024

Assinado por:
Aderval Nascimento Brito
(Coordenador(a))

APÊNDICES

Apêndice A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CAMPUS VI
Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade - PPGELS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM
SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO Nº 466/12 E 510/16 DO CONSELHO
NACIONAL DE SAÚDE

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Participante: _____

Documento de Identidade nº: _____ Sexo: F () M ()

Data de Nascimento: ____ / ____ / ____

Endereço: _____ Complemento: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ CEP: _____

Telefone: (____) _____

II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

1. TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA: “Histórias Repartidas: Cultura, Saberes e Ensino na comunidade quilombola de Lagoa do Rocha (Lagoa Real – BA)”

2. PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Cleidiana Brito da Silva
Cargo/Função: discente do curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS) – mestrado profissional.

3. ORIENTADOR: Nivaldo Osvaldo Dutra
Cargo/Função: professor/orientador do curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS) – mestrado profissional.

III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

O senhor/a está sendo convidado/a para participar da pesquisa: **“Histórias Repartidas: Cultura, Saberes e Ensino na comunidade quilombola de Lagoa do Rocha (Lagoa Real –**

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do Estado da Bahia, aprovado sob número de parecer: 6.728.079 em 27 de março de 2024, consulta link : <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>

BA)”, de responsabilidade da pesquisadora **Cleidiana Brito da Silva**, discente do curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS) – mestrado profissional, da Universidade do Estado da Bahia, que tem como objetivo: **Analisar o papel da escola como forma de afirmação da identidade negra, à luz das experiências vivenciadas na comunidade, seus saberes e cultura.** A realização desta pesquisa trará ou poderá trazer benefícios como: registro escrito (dissertação) acerca da cultura, dos saberes e experiências cotidianas da comunidade; elaboração de cartilha a fim de contribuir com o aprimoramento das práticas pedagógicas na Escola Municipal Professor Sebastião Joaquim Pinto; colaborar com a realização de atividades com vistas a uma afirmação positiva da identidade negra na comunidade.

Caso aceite, o senhor/a será submetido/a a uma entrevista, e esta entrevista será gravada em áudio, onde responderá a um questionário objetivando coletar memórias (lembranças) relacionadas à sua história de vida e história da comunidade. Sua entrevista será analisada pela pesquisadora/discente Cleidiana Brito da Silva, do curso de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade. Devido à coleta de informações, o senhor/a poderá sentir várias emoções, constrangimento, lembranças de momentos tristes, sentir-se incomodado/a ao narrar determinado fato de sua vida e, portanto o senhor/a terá total liberdade para solicitar a suspensão da entrevista ou optar por não responder às perguntas, bem como esta pesquisadora se esforçará para evitar perguntas envolvendo mortes, miséria, rixas e opinião a respeito de terceiros/as. Sua participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que sua identidade será tratada com sigilo e, portanto o senhor/a poderá optar em não ser identificado/a. Caso queira, o senhor/a poderá, a qualquer momento desistir de participar e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição UNEB. Quaisquer dúvidas que o senhor/a apresentar, serão esclarecidas pela pesquisadora, e o senhor/a caso queira, poderá entrar em contato também com o Comitê de Ética da Universidade do Estado da Bahia. Esclareço ainda que de acordo com as leis brasileiras, o senhor/a tem direito a indenização caso seja prejudicado/a por esta pesquisa. O senhor/a receberá uma cópia deste termo onde consta o contato dos pesquisadores que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento

V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do Estado da Bahia, aprovado sob número de parecer: 6.728.079 em 27 de março de 2024, consulta link : <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Cleidiana Brito da Silva

Endereço: Rua Airton Sena, nº 106, Bairro Pedrinhas – Ibiassucê-BA, CEP: 46390-000

Telefone: (77)991032633

E-mail: cleidianacte@hotmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 2º andar, sala 23, Água de Meninos, Salvador- BA. CEP: 40460-120. Tel.: (71) 3312-3420, (71) 3312-5057, (71) 3312-3393 ramal 250, e-mail: cepuneb@uneb.br

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP- End: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte CEP: 70719-040, Brasília-DF

V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pela pesquisadora sobre os objetivos, benefícios da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa **“Histórias Repartidas: Cultura, Saberes e Ensino na comunidade quilombola de Lagoa do Rocha (Lagoa Real – BA)”** e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário\ a. Consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos, desde que a minha identificação não seja realizada e assinarei este documento em duas vias sendo uma destinada à pesquisadora e outra a mim.

_____ de _____ de _____.



Assinatura do participante da pesquisa

Cleidiana Brito da Silva
Cleidiana Brito da Silva
Mestranda do Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu em Ensino, Linguagem e
Sociedade (PPGELS)
Tel. (77)991032633
E-mail: cleidianacte@hotmail.com

Nivaldo Osvaldo Dutra
Nivaldo Osvaldo Dutra
Professor \ orientador do Programa de Pós-
Graduação Stricto Sensu em Ensino,
Linguagem e Sociedade (PPGELS)
Tel. (77) 991269300
E-mail: ppgels@uneb.br

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do Estado da Bahia, aprovado sob número de parecer: 6.728.079 em 27 de março de 2024, consulta link : <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>